

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

EDERSON HENRIQUE DE SOUZA MACHADO

**GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL COMO QUADRO METODOLÓGICO  
PARA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

DISSERTAÇÃO

PATO BRANCO  
2018

EDERSON HENRIQUE DE SOUZA MACHADO

**GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL COMO QUADRO METODOLÓGICO  
PARA ANÁLISE DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

Texto apresentado à banca examinadora para defesa de dissertação, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Edival Sebastião Teixeira.

M149g Machado, Ederson Henrique de Souza.

Gramática sistêmico-funcional como método para análise de representações sociais / Ederson Henrique de Souza Machado. -- 2018.

129 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira

Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. Pato Branco, PR, 2018.

Bibliografia: f. 113 - 118.

1. Representações sociais. 2. Gramática - Análise. 3. Linguística - Metodologia. I. Teixeira, Edival Sebastião, orient. II. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22. ed. 469

Ficha Catalográfica elaborada por  
Suélem Belmudes Cardoso CRB9/1630  
Biblioteca da UTFPR Campus Pato Branco



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Câmpus - Pato Branco



Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Programa de Pós-Graduação em Letras

---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### Título da Dissertação n.º 020

**“Gramática Sistêmico-Funcional como Quadro Metodológico para  
Análise de Representações Sociais”**

por

**EDERSON HENRIQUE DE SOUZA MACHADO**

Dissertação apresentada às quatorze horas e trinta minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, como requisito parcial para obtenção do título de MESTRE EM LETRAS. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Banca examinadora:

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Edival Sebastião Teixeira**

UTFPR/PB (orientador)

\_\_\_\_\_  
**Profª. Drª. Didiê Ana Ceni Denardi**

UTFPR/PB

\_\_\_\_\_  
**Profª. Drª. Romilda Teodora Ens**

PUC/PR

\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Anselmo Pereira de Lima**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação  
em Letras – UTFPR

\*participação a distância.

A via original devidamente assinada, encontra-se na Biblioteca da UTFPR –  
Câmpus Pato Branco.

*À Karine*

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus.

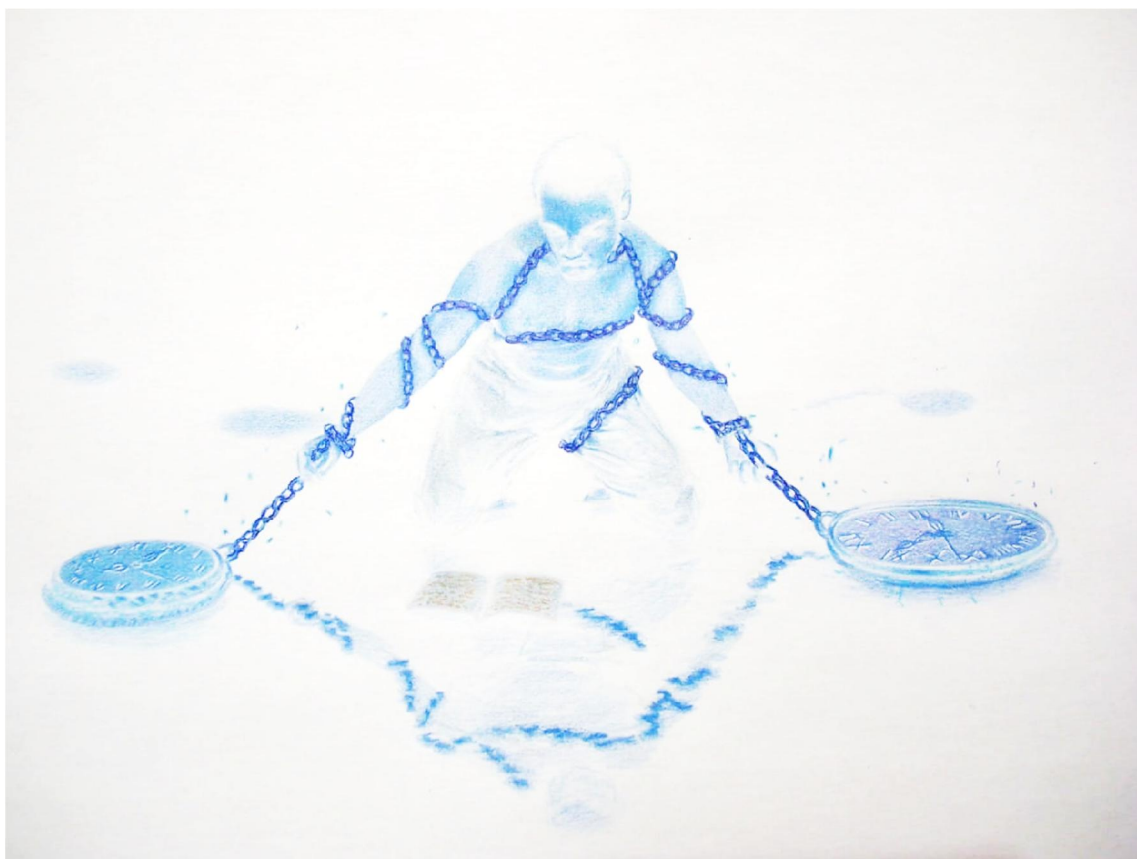
Agradeço à minha esposa Karine pelo companheirismo em todos os sentidos.

Agradeço a toda minha família, pela infinidade de apoio que demonstraram ao longo dessa trajetória:

aos pais Edison e Terezinha, aos meus irmãos, Edison e Willian, à Vanessa, ao Edison Gabriel, ao Rafael, ao Valdemir e à Gorete.

Agradeço ao Professor Dr. Edival Sebastião Teixeira e à Professora Dr.<sup>a</sup> Didiê Ana Ceni Denardi, pela confiança e pelo apoio acadêmico de longa data.

Agradeço também à Professora Dr.<sup>a</sup> Romilda Teodora Ens, pelas contribuições apontadas ao texto de qualificação e pela prontidão e solicitude com que respondeu a nosso convite para participação na banca de defesa.



*O homem e o tempo – Willian Machado*

## RESUMO

MACHADO, Ederson Henrique de Souza. **Gramática Sistêmico-Funcional como quadro metodológico para análise de representações sociais**. 129 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

O presente texto estabelece um diálogo entre duas teorias de diferentes áreas do conhecimento científico. Essas teorias são: a Teoria das Representações Sociais que pertence ao campo da Psicologia Social e a Gramática Sistêmico-Funcional que pertence ao campo científico da Linguística. A proposta geral do presente trabalho é discutir as possibilidades para a utilização da Gramática Sistêmico-Funcional como método para a análise do fenômeno das representações sociais. Nesse sentido, o estudo propõe os seguintes objetivos específicos: a) realizar um levantamento teórico sobre a Teoria das Representações Sociais; b) segmentar os pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional; c) discutir a intersecção – possíveis pontos concordantes e conflitantes – entre as teorias em questão; e d) demonstrar, em uma amostra textual, as possibilidades e os limites de uma análise sistêmico-funcional sobre o fenômeno das representações sociais. A realização desses objetivos é feita ao longo dos quatro capítulos que constituem o texto. Assim, o primeiro capítulo apresenta a Teoria das Representações Sociais, seus conceitos fundamentais e seus desdobramentos teóricos. O capítulo dois detém-se sobre os pressupostos teóricos da Gramática Sistêmico-Funcional, sua concepção de linguagem e seus dispositivos analíticos. Por sua vez, o capítulo três discute pontos de encontro entre as teorias em questão, bem como as limitações entre elas. O capítulo quatro demonstra o contato entre as teorias por meio da análise do discurso do Senador Fernando Collor de Mello em ocasião do julgamento do processo de impedimento presidencial de Dilma Rousseff.

**Palavras-chave:** Teoria das Representações Sociais. Gramática Sistêmico-Funcional. Método. Análise.



## ABSTRACT

MACHADO, Ederson Henrique de Souza. **Systemic-Functional Grammar as method for Social Representation analysis** 129p. Master thesis (Master degree) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2018.

This text establishes a dialogue between two theories from different areas of scientific knowledge. These theories are Social Representation Theory, which belongs to the Social Psychology field, and Systemic-Functional Grammar, which belongs to the Linguistics area. The general proposal of the present work intends to bring up to discussion the possibilities for the use of Systemic-Functional Grammar as an analytical method on social representation phenomena. Therefore, this study proposes the follow specific aims: a) to review the theoretical contribution of Social Representation Theory; b) to organize the theoretical assumption of Systemic-Functional Grammar; c) to discuss the intersection – common and opposite points – between the referred theories; and d) to demonstrate, in a textual sample, some limits and possibilities of Systemic-Functional analysis on the social representation phenomena. The four chapters, which constitute the text, present each specific aim, respectively. Then, the first chapter presents Social Representation Theory, its essential concepts and its theoretical development. The second chapter reviews the theoretical bases from Systemic-Functional Grammar, its language concept and its analytical resources. In its turn, the third chapter discusses the common points between the studied theories, as well as, the limits between them. The fourth chapter demonstrates the contact between the theories, through the analysis of the Senator Fernando Collor de Mello's speech, in occasion of Dilma Rousseff's impeachment trial process.

**Keywords:** Social Representation Theory. Systemic-Funcional Grammar. Method. Analysis.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Análise trinocular da oração do fragmento um .....	56
Quadro 2: Relação de processos, respectivos significados, exemplos e participantes .....	63
Quadro 3: Composição de Modo e Resíduo na oração do fragmento um .....	65
Quadro 4: estrutura temática do fragmento dois .....	89
Quadro 5: estrutura temática do fragmento três .....	90
Quadro 6: estrutura temática do fragmento quatro .....	90
Quadro 7: estrutura temática do fragmento cinco .....	90
Quadro 8: estrutura temática do fragmento seis .....	90
Quadro 9: estrutura temática do fragmento sete .....	91
Quadro 10: estrutura temática do fragmento oito .....	91
Quadro 11: estrutura temática do fragmento nove .....	92
Quadro 12: estrutura temática do fragmento dez .....	92
Quadro 13: estrutura temática do fragmento onze .....	93
Quadro 14: estrutura temática do fragmento doze .....	93
Quadro 15: estrutura temática do fragmento treze .....	93
Quadro 16: estrutura temática do fragmento quatorze .....	93
Quadro 17: estrutura temática do fragmento quinze .....	93
Quadro 18: estrutura temática do fragmento dezesseis .....	93
Quadro 19: Transitividade do fragmento dezessete .....	98
Quadro 20: Transitividade do fragmento dezoito .....	98
Quadro 21: Transitividade do fragmento dezenove .....	98
Quadro 22: Transitividade do fragmento vinte .....	98
Quadro 23: Transitividade do fragmento vinte e um .....	98
Quadro 24: Transitividade do fragmento vinte e dois .....	99
Quadro 25: Transitividade do fragmento vinte e três .....	99
Quadro 26: Transitividade do fragmento vinte e quatro .....	99
Quadro 27: Transitividade do fragmento vinte e cinco .....	99
Quadro 28: Transitividade do fragmento vinte e seis .....	99
Quadro 29: Transitividade do fragmento vinte e sete .....	100
Quadro 30: Transitividade do fragmento vinte e oito .....	100
Quadro 31: Transitividade do fragmento vinte e nove .....	100
Quadro 32: Transitividade do fragmento trinta .....	100
Quadro 33: Transitividade do fragmento trinta e um .....	100
Quadro 34: Transitividade do fragmento trinta e dois .....	100
Quadro 35: Transitividade do fragmento trinta e três .....	101
Quadro 36: Estrutura de MODO do fragmento trinta e três .....	103
Quadro 37: Estrutura de MODO do fragmento trinta e quatro .....	103

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Hierarquia dos diferentes estratos da linguagem e princípios de realização e instanciação: .	50
Figura 2: Representação dos seis domínios da experiência humana.....	58
Figura 3: Síntese da relação entre papel, valor, forma de negociação e modo oracional.....	65
Figura 4: Representação do sistema de polaridade e modalidade.....	67
Figura 5: Representação dos padrões de progressão temática de Tema constante, Linear e de subdivisão de Rema.....	70
Figura 6: Confluência teórica entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional.....	74
Figura 7: Texto como instância de representações sociais.....	83
Figura 8: Relação entre os tipos de passado e as imagens do campo de representação da figura pública de Collor.....	104
Figura 9:Relação entre as instâncias contextual e semântica sob os princípios de instanciação e realização.....	106
Figura 10: Representação social da figura pública de Fernando Collor.....	108

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....</b>	<b>23</b>
1.1 Teoria das Representações Sociais .....	23
1.2 Representações sociais como fenômeno e conceito .....	25
1.3 Processo de familiarização: ancoragem e objetivação.....	29
1.4 A caracterização social da representação.....	31
1.5 Desdobramentos da Teoria das Representações Sociais.....	34
1.6 Da diversidade metodológica na investigação de representações sociais.....	40
<b>CAPÍTULO 2 - GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL.....</b>	<b>44</b>
2.1 Gramática Sistêmico-Funcional; considerações preliminares.....	44
2.2 A arquitetura da linguagem .....	45
2.3 Os diferentes estratos da linguagem .....	51
2.4 Sistemas léxico-gramaticais .....	57
<b>2.4.1 Sistema de Transitividade .....</b>	<b>57</b>
<b>2.4.2 Sistema de MODO .....</b>	<b>64</b>
<b>2.4.3 Sistema Temático .....</b>	<b>67</b>
<b>CAPÍTULO 3 - DIÁLOGO ENTRE AS TEORIAS.....</b>	<b>72</b>
3.1 Linguagem, representações sociais e a tríade de significados .....	73
3.2 Realização, instanciação e unidade de análise .....	78
3.3 Limitações decorrentes da aproximação teórica.....	82
<b>CAPÍTULO 4 - ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS; UMA POSSIBILIDADE .....</b>	<b>86</b>
4.1 A política, a justiça e a jurisprudência dos seus .....	86
4.2 A informação.....	89
4.3 Campo .....	97
4.4 Atitude.....	102
4.5 Resolução: a representação social da figura pública de Collor no pronunciamento de apreciação sobre a admissibilidade do impedimento da presidente Dilma Rousseff.....	104
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>116</b>

## APRESENTAÇÃO

O texto que encaminha o fechamento dos trabalhos realizados no mestrado em Letras na Universidade Tecnológica Federal do Paraná remete-se a um projeto que vem sendo desenhado há vários anos.

O aprendizado científico, iniciado no primeiro ano de graduação, em 2009, com o Professor Dr. Edival Sebastião Teixeira, colocou-me nas discussões que envolvem a Teoria das Representações Sociais. À época, eu o acompanhava como aluno de iniciação científica na realização de pesquisas sobre representações sociais de meio ambiente e de educação ambiental em contextos escolares rurais e urbanos.

Empolgado pela capacidade de explicação fornecida pela Teoria das Representações Sociais a questões relativas ao conhecimento social, bem como, estimulado pelo conhecimento metodológico que acumulei com o Dr. Edival Sebastião Teixeira, propus-me a investigar a relação mantida entre as representações sociais produzidas por alunos da escola pública em relação ao aprendizado de língua inglesa. Após realizar uma análise dos núcleos semânticos contidos nas representações sociais dos alunos participantes da pesquisa, notei que havia alguns elementos linguísticos que marcavam relações importantes acerca das convicções dos alunos. Nesse sentido, surgiu a necessidade de uma teoria linguística que complementasse a análise das representações sociais.

Para tanto, iniciei um processo de investigação teórica que passou pela Semiótica Francesa, Análise do Discurso Francesa e Análise do Discurso Crítica. Por intermédio da Análise do Discurso Crítica, cheguei à Gramática Sistemico-Funcional, uma vez que Norman Fairclough, expoente da Análise do Discurso Crítica, baseara-se em Halliday para constituir os níveis de análise dessa Teoria. A partir de então, iniciei exercícios de análise de representações sociais a partir dos dispositivos analíticos da Gramática Sistemico-Funcional.

Em 2013, apresentei a ideia ao Dr. Teixeira por meio de um pequeno artigo intitulado “Elementos Léxico-gramaticais em representações sociais de educação ambiental em acadêmicos de um curso de Letras”. O professor Teixeira estimulou-me a investir na ideia e mostrou-se empolgado pela originalidade da ideia, apesar de sua incipiência.

De 2013, com a ocasião em que apresentei o texto, a 2015, com a formulação do projeto de mestrado, minha preocupação diminuiu quanto à submissão do fenômeno das representações sociais aos dispositivos analíticos da Gramática Sistemico-Funcional e aumentou quanto às implicações de tal submissão. Isto é, a rigor, eu já sabia que teria condições

de desenvolver análises de representações sociais a partir da perspectiva sistêmico-funcional, no entanto, eu precisava certificar-me da coerência teórico-metodológica de tais análises, observando não só os pontos afins, mas também as limitações do uso metodológico de uma teoria sobre a outra.

Cabe acrescentar ainda que é difícil negar o fato de que a amplitude e a popularidade da Teoria das Representações Sociais produziram empecilhos à clara interpretação dos seus próprios fenômenos, ou, pelo menos, empecilhos a critérios que dessem clareza a tal interpretação. O presente trabalho coloca-se também nesse embate, não com o intuito de constituir uma hermenêutica do fenômeno das representações sociais, mas com o objetivo de se colocar como uma **alternativa** hermenêutica, com limites e possibilidades à leitura das representações sociais.

## INTRODUÇÃO

A Psicologia e a Linguística compartilham mútuos objetos na compreensão do processo de construção de sentidos e significados sobre a realidade. Como disciplinas científicas, tanto Psicologia quanto Linguística atendem a uma extensão ampla de contextos *objectuais*. Investidas que ora sob uma ótica, ora sob outra, contemplam a relação dos sujeitos com a realidade. E é no âmbito da construção de sentidos e significados – ou semiose – que parece haver o ponto maior de solidariedade entre as duas ciências.

Para tanto, antes mesmo da segmentação do conhecimento em disciplinas científicas, a relação dos sujeitos com a realidade mediada pelos signos já estava presente nas discussões filosóficas que precederam a existência de tais disciplinas em seu estado contemporâneo. O fato é que a linguagem e o conhecimento da realidade são, de longa data, quadros fenomênicos solidários que produzem questionamentos sobre suas intersecções. Essas discussões, com frequência, não dizem respeito exclusivamente ao âmbito linguístico ou epistêmico, mas também à ontologia que se estabelece como proposta.

É o caso da discussão proposta em *Crátilo*, de Platão (428 a.C.-347 a.C.), sobre as propriedades convencionais e naturais dos signos. Conforme Pinheiro (2003), o debate suscita uma teoria platônica da linguagem como capacitada às relações do conhecimento nos níveis lógicos e ônticos, sendo que “essa remissão ao onto-lógico, uma vez referida ao conhecimento, constituirá o núcleo genuinamente platônico de uma análise da linguagem e da comunicação” (PINHEIRO, 2003, p. 32).

Já Aquino (1225-1274), na Escolástica Medieval, pressupõe na linguagem um movimento centrífugo dos objetos intelectuais. Como explica Santos (2013, p. 143), para o autor, se “não houvesse a linguagem o ser humano estaria limitado à dimensão interna do intelecto e, com isso, não haveria comunicação entre os indivíduos, com a sociedade e com o mundo físico. A linguagem tira o homem da solidão, do isolamento pessoal e social”.

No âmbito da Hermenêutica Pós-Kantiana, Schleiermacher (1768-1864) aponta para a linguagem como dois vínculos integrantes: o de sua própria totalidade e do pensar de seu autor. Como explica Ruedell, “a linguagem é central na definição da hermenêutica de Schleiermacher, isto é, a linguagem efetuada no discurso, a qual torna possível a expressão e o pensar, sendo o pensar algo como um falar interior” (RUEDELL, 2012, p. 5).

Essas reflexões sobre conhecimento e linguagem, contudo, não se mantêm dissociadas das tensões sociais e históricas que as acolhem. Como menciona Leff (2006) todo o saber desenvolvido pelo homem se vincula a determinantes dos contextos geográfico, ecológico e

cultural. Isso é notório na maneira de se fazer ciência e de se conceber a relação entre linguagem e conhecimento do século XVII ao século XX, em que a fragmentação disciplinar atende às intenções e demandas da divisão do trabalho, de aprimoramento técnico e produtivo. As tensões históricas e sociais desse período produzem uma transição valorativa do papel da ciência na sociedade; tal transição emerge “como resultado das transformações ideológicas vinculadas à dissolução do sistema feudal ao surgimento do capitalismo que estabeleceram um novo campo epistemológico para produção de conhecimentos” (LEFF, 2006, p. 22). Isso repercute no modo com que o sujeito da ciência se coloca em relação aos objetos científicos. Conforme Morin, a princípio, a investigação científica era realizada por amadores, ao mesmo tempo cientistas e filósofos. “Hoje, a ciência tornou-se poderosa e maciça instituição no centro da sociedade, subvencionada, alimentada, controlada pelos poderes econômicos e estatais” (MORIN, 2005, p. 19). Essa transformação implica modos característicos de conceber a ciência moderna no que tange às relações que envolvem linguagem e conhecimento, em específico, modos de característicos de conceber a Linguística e a Psicologia.

No processo de configuração da ciência com traços adjetivos de modernidade, pode-se destacar o papel do pensamento Cartesiano em relação à maneira de se conceber as relações de conhecimento e linguagem. Como explica Marková (2006 p. 98) acerca de Descartes (1596-1650), segundo a autora, apesar de o referido filósofo “não ter escrito muita coisa sobre linguagem, seu método científico e sua concepção mecanística dos objetos físicos e dos organismos biológicos influenciaram o movimento que busca o desenvolvimento de gramáticas universais”. Da possibilidade de estabelecer uma linguagem universal, deduz-se a viabilidade de se organizar as ideias em unidades simples e claras (MARKOVÁ, 2006).

No caso da constituição da Linguística como ciência moderna, observa-se os esforços e cortes teóricos de Ferdinand Saussure compilados em *Curso de Linguística Geral e Os escritos*. Nas referidas obras, ao mesmo tempo que Saussure reconhece a complexidade do trabalho analítico no que se refere ao estudo do objeto da Linguística – tendo clareza de que o método transforma o objeto – o autor do curso lança mão de uma empresa para delimitar um objeto exclusivo à ciência Linguística.

Para tanto, dentro da preocupação disciplinar, Saussure apresenta argumentos para que a língua, e não a linguagem, seja entendida como objeto da Linguística. A linguagem, conforme Saussure não poderia ser concebida como objeto da Linguística uma vez que outras ciências como a Gramática, a Psicologia, a Antropologia e a Filologia poderiam reivindicá-la como um de seus objetos (SAUSSURE, 2006, p. 16).



Não obstante, isso não significa que Saussure não reconhecia, nas propriedades da linguagem, a conexão com as formas de conhecimento e as relações com o próprio pensamento. Comparando a língua a uma folha de papel, o autor diz que “o pensamento é o anverso e o som é o verso; não se pode cortar um, sem cortar, ao mesmo tempo, o outro; assim, tampouco, na língua, se poderia isolar o som do pensamento, ou o pensamento do som” (SAUSSURE, 2006, p. 131). Para tanto, as restrições sobre certos traços da linguagem ocorriam no âmbito da teorização do referido autor, uma vez que esses não eram pautas da Linguística frente aos cânones das ciências modernas.

No âmbito da Psicologia como projeto científico, como explica Lopes (2009), as perspectivas precisaram abster suas observações de uma série de fenômenos que não eram, sob tal paradigma, considerados como objetivos ou matéria científica; assim “uma Psicologia científica vê-se obrigada a negar a natureza mental do fenômeno que pretende estudar. Em outras palavras, para que a psicologia possa ser considerada uma ciência torna-se necessário "objetivar" os fenômenos psicológicos” (LOPES, 2009, p. 238).

Na transição do século XIX ao XX, tanto no campo da referida Linguística, quanto no campo da Psicologia, o que é presenciado remete, de certo modo, à tentativa de respeito a uma jurisdição disciplinar.

Ainda no século XX, manifestações contrárias ao modelo científico vigente emergem, como o caso da crítica de Feyerabend (1977), na qual o autor problematiza a devoção a uma tradição metodológica que se mantém absoluta e imutável; conforme o autor, as elaborações epistêmicas “podem parecer esplêndidas quando comparadas a outras receitas epistemológicas ou a princípios gerais — mas quem assegurará que são o melhor meio de descobrir não uns poucos ‘fatos’ isolados, mas também alguns profundos segredos da natureza?” (FEYERABEND, 1977, p. 21-22).

Tal reação foi acompanhada em âmbitos mais específicos como na Filosofia da Linguagem de Bakhtin e na Psicologia Histórico Cultural de Vygotsky. Essas contribuições possuem como ponto de apoio a mesma matriz epistemológica e, grosso modo, convergem sobre críticas ao tratamento positivista dado pela Linguística e pela Psicologia aos fenômenos da consciência e dos signos.

Bakhtin (1992), em *Marxismo e filosofia da Linguagem*, postula o signo linguístico como uma instância que abriga a consciência no enunciado verbal, na gestualidade; sendo, o que excede a tais manifestações, meros significantes fisiológicos. De maneira similar, Vygotsky (2005), por sua vez, aborda em *O pensamento e a Linguagem* a problemática da definição conceitual da consciência reiterando a indissociabilidade dessa com a linguagem. O autor

também reconhece um importante traço objectual e metodológico em seu modo de conceber o pensamento como analisável apenas em sua manifestação pela linguagem (VYGOTSKY, 2005). Nota-se que ambos os autores reatam a relação entre linguagem e conhecimento já reconhecida por pensadores precedentes, trazendo tal relação novamente ao debate teórico.

Para tanto, a contribuição dos autores evidencia-se no momento em que realocam a gênese social da consciência e do signo, do conhecimento e da linguagem. Isto é, ambos os autores recusam uma perspectiva *psicologizante*, advogando pela gênese social da consciência e do signo. Como argumenta Vygotsky (2005), o social não está nos sujeitos, não está fora deles, nem mesmo entre eles; mas de certa forma em cada um deles.

Desse modo, a interface dos signos, dos significados e dos sujeitos em seus contextos sociais tem se tornado objeto de interesse, tanto no âmbito da Psicologia, quanto na linguística.

Essas colocações, pressupostos Bakhtinianos e Vygotskyanos, contribuem no modo com que se assume o papel social na antinomia indivíduo e coletividade, bem como, viabilizam (re)encontros entre objetos de pesquisa da Linguística e da Psicologia no âmbito das ciências sociais, que em um ou outro momento da história afastaram-se.

A essa altura, chega-se a uma nova configuração disciplinar de objetos recíprocos. Trata-se, pois, de explorar, justamente o que Saussure encarou como uma limitação de estudo, isto é, um objeto que pode ser reclamado por diferentes disciplinas, para que a pesquisa possa operar em sua intersecção.

Nesse sentido, interessam, para o presente estudo, duas vertentes de estudos em particular: a) no campo amplo da Psicologia, a Teoria das Representações Sociais; e b) no campo da Linguística, a Gramática Sistemico-Funcional.

A Teoria das Representações Sociais, preconizada por Serge Moscovici, emerge no âmbito da Psicologia Social, reagindo à tradição clássica da Sociologia de Émile Durkheim (1858-1917). A Gramática Sistemico-Funcional, de Halliday, surge do desdobramento sistemático e linguístico dos pressupostos da Antropologia de Malinowski (1884-1942). Em comum, ambas as vertentes teóricas – seja a Teoria das Representações Sociais ou a Gramática Sistemico-Funcional – reconhecem que a produção dos significados, no pensamento ou na linguagem, atende dinâmicas de escolhas e necessidades dos sujeitos de acordo com circunstâncias dadas pelos contextos em que estão situados. Questão que será discutida adiante.

Aparentemente, nesse sentido, produções acadêmicas têm trazido à superfície da apresentação de suas pesquisas, a aproximação analítica entre as duas vertentes de estudo. É o

caso das pesquisas de Brasil (2010), Olmos (2011), Vasconcelos (2012), Silva (2014)<sup>1</sup>, que ora em maior, ora em menor detalhamento, trazem o fenômeno das representações sociais observado sob a ótica sistêmico-funcional.

Brasil (2010) investigou as representações sociais de escrita de alunos e professores de uma turma de ensino médio da cidade de São Gabriel no estado do Rio Grande do Sul. Nesse caso, percebe-se a correlação entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional à medida que os temas das representações sociais são evidenciados pela análise das escolhas lexicais feitas pelos sujeitos. Esse procedimento analítico teve por finalidade compreender a popularização do conhecimento científico da área de Letras por meio das representações sociais.

Olmos (2011) estudou as representações sociais de adolescência em editoriais de uma revista destinada ao público jovem. Essas representações sociais foram extraídas das evidências léxico-gramaticais dos sistemas de Transitividade e Avaliatividade que se associavam à personificação do adolescente.

Silva (2014) utilizou a Gramática Sistêmico-Funcional para identificar os mecanismos pelos quais se manifestam as representações sociais sobre gays idosos em artigos de opinião, reportagens e notícias. A partir da análise, o autor indica sete temas que constituem as representações sociais do estudo, sendo elas relativas aos gays idosos como solitários, vítimas de preconceito, desamparados politicamente, atuantes, invisíveis, marginalizados e vítimas de crimes (SILVA, 2014).

Vasconcelos (2012) desenvolveu uma pesquisa sobre as representações sociais sobre a mulher, utilizando como instrumento analítico a Gramática do Design Visual – uma sistematização da linguagem voltada para textos visuais que dá continuidades aos estudos da Gramática Sistêmico-Funcional. A autora conclui que, em relação à temática trabalho, a mulher é representada como Ator e, na temática comportamento, ainda persiste um estereótipo de fragilidade feminina.

As pesquisas mencionadas cumprem seu papel descritivo e aplicado: descritivo, pois elencam representações sociais de um determinado contexto, assim, sendo possível acessar a relação de temas vinculados à representação do objeto em questão; e aplicado, uma vez que, abordam objetos de representações sociais que interessam ao debate social contemporâneo.

---

<sup>1</sup> Os estudos citados ilustram o diálogo teórico mencionado. Outros estudos podem ser encontrados também no repositório de Teses e Dissertações da Capes, bem como em plataformas como *Scientific Electronic Library Online*.

Ademais, essas pesquisas, tomadas em um todo, submetem o fenômeno das representações sociais a um conjunto de variáveis. Variáveis que colaboram de forma determinante para o modo com que o próprio fenômeno opera, ou não?

A segunda assertiva do parágrafo anterior é digna de questionamento uma vez que não se tem problematizado o percurso experimental que aborda o fenômeno das representações sociais a partir dos dispositivos de análise da Gramática Sistêmico-Funcional. Assim, ainda que, em geral, as pesquisas correlacionem a manifestação linguística das representações sociais ao respectivo contexto de produção, não se busca responder em que medida a utilização de um método analítico como a Gramática Sistêmico-Funcional sobre o fenômeno das representações sociais é um modo particular de estudo, bem como não se questiona diretamente quais os efeitos que se implicam nesses estudos. Em síntese, não é proporcional o que tem sido dito em termos aplicados e descritivos, quando comparado ao reconhecimento das implicações metodológicas produzidas pela articulação das duas teorias.

Ainda, subjacente às diferentes proposições expostas nos momentos iniciais do texto – sobre a linguagem e o conhecimento – estão pressupostas, regras, restrições, que condicionam o objeto à perspectiva. O presente trabalho parte do pressuposto de que a aproximação entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional não se exime dessas implicações típicas, isto é, a utilização da Gramática Sistêmico-Funcional como suporte metodológico para representações sociais implica certo condicionamento do objeto em função do procedimento que se efetiva.

Tendo em vista o que está em jogo mediante tal aproximação, surge o questionamento do presente trabalho: que possibilidades ou restrições podem ser identificadas na utilização da Gramática Sistêmico-Funcional, e de seus respectivos mecanismos, como método de análise das formas de conhecimento concebidas como Representações Sociais?

Por conseguinte, o objetivo da presente discussão consiste em abordar a utilização da Gramática Sistêmico-Funcional como método voltado à Teoria das Representações Sociais. Isto é, trata-se de discutir em que medida a Gramática Sistêmico-Funcional fornece dispositivos pertinentes à análise de representações sociais.

Nesse sentido, o trabalho precisa cumprir objetivos pontuais como: a) realizar um levantamento teórico sobre a Teoria das Representações Sociais, enquanto fenômeno manifesto majoritariamente sobre a linguagem; b) segmentar as contribuições e pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional que auxiliam na análise das formas de conhecimento; c) refletir sobre a intersecção – possíveis pontos concordantes e conflitantes – entre as vertentes de estudo

em questão; por fim, d) demonstrar como a concordância analítica entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional aparece em amostras textuais.

Assim, o presente estudo insere-se na linha de pesquisa Linguagem, educação e trabalho, do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Pato Branco, uma vez que propõe uma discussão acerca de aportes teóricos que são utilizados assiduamente como métodos de análise em situações relativas ao domínio educacional ou às mais diferentes instâncias do trabalho.

Desse modo, o estudo justifica-se por sua contribuição imediata e prolongada. Imediata, pois, vai ao encontro do interesse sobre o fenômeno das representações sociais investigado pelo Grupo de pesquisa Representações, Ambiente e Sociedade da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. E prolongada, pois, ainda que incipiente, sugere uma discussão mais pontual acerca da relação de utilização da Gramática Sistêmico-Funcional como método de análise de representações sociais, o que pode subsidiar estudos aplicados posteriores.

Para tanto, o trabalho segue organizado em quatro capítulos fundamentais. No capítulo um, o texto traz os pressupostos teóricos da Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici (2009; 1961/2012), seus traços conceituais e derivações procedimentais de estudos relativos à teoria. No capítulo dois, o texto desenha o esboço da Arquitetura da linguagem proposta por Halliday e Matthiessen (2014), bem como, delinea uma descrição geral dos sistemas léxico-gramaticais que realizam os significados das escolhas linguísticas. O capítulo três, em contiguidade com o capítulo um e dois, reflete sobre os pontos de convergência e divergência das teorias em estudo, buscando levantar uma caracterização da figura metodológica que se estabelece a partir da observação do fenômeno das representações sociais por meio da ótica dos mecanismos de análise da Gramática Sistêmico-Funcional. Por fim, o capítulo quatro, demonstra as considerações levantadas no capítulo três, por meio de uma análise ilustrativa que utiliza, como amostra textual, o discurso do senador Fernando Collor de Mello, em ocasião do julgamento da admissibilidade do processo de impedimento presidencial de Dilma Rousseff.

Por meio desse percurso, chega-se a conclusões acerca de algumas implicações que envolvem a utilização dos mecanismos da Gramática Sistêmico-Funcional como método de análise de representações sociais.

Não obstante, antes de passar à sequência, algumas ressalvas típicas de um estudo inicial: a) o estudo debruça-se sobre a implicação metodológica e não epistemológica da aproximação feita entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional; b) o estudo analisa essa implicação metodológica sob um conjunto específico de

manifestações tal com um conjunto específico de dispositivos analíticos; c) a análise linguística na perspectiva sistêmico-funcional que se efetiva no presente trabalho possui textos como objeto de análise, contudo, parte da oração como unidade analítica.

O estudo debruça-se sobre a implicação metodológica e não epistemológica decorrente da aproximação entre as vertentes de estudo, uma vez que se restringe a verificar a maneira com que a utilização da perspectiva Sistêmico-Funcional para análise de representações sociais, de certa forma, dimensiona o procedimento e, por conseguinte, a forma de acesso ao objeto. O trabalho não adentra discussões acerca da delimitação conceitual de noções como as de conhecimento e contexto geradas no entremeio das vertentes de estudo.

Na pesquisa ora apresentada, o produto procedimental decorrente da aproximação das vertentes em questão é observado apenas no conjunto específico de representações sociais manifestas pela linguagem verbal, submetidas a dispositivos de análise voltados para a linguagem verbal. Assim, o estudo não trata de formas de representações sociais apreensíveis em outros sistemas semióticos que não o verbal, bem como não lança mão de dispositivos de análise que utilizaria se fosse o caso de tal empresa, como por exemplo, dos dispositivos analíticos da Gramática do Design Visual.

Especificamente no âmbito da Gramática Sistêmico-Funcional, o estudo concentra-se na oração como unidade de análise, por assumi-la como central na representação, troca e organização lógica da experiência. Dessa forma, o segmento analítico não possui como ponto de partida, nem os níveis abaixo da oração (dos grupos, palavras e morfemas), nem os níveis acima da oração (complexos oracionais); mas sim, a oração como elemento básico.

## **CAPÍTULO 1 - TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS**

O presente capítulo remete-se ao primeiro objetivo específico da presente dissertação. Nesse sentido, ao longo deste capítulo, há a tentativa de vislumbrar a especificidade e a pluralidade do estudo das representações sociais; especificidade no sentido de definir, em linhas gerais, os contornos da noção de representação social; pluralidade no sentido de ressaltar os diversos percursos traçados em relação ao tratamento dessa noção, seja em termos teóricos, seja em termos metodológicos.

### **1.1 Teoria das Representações Sociais**

No campo de estudos da Psicologia Social, o fenômeno das representações sociais tornou-se um viés de estudo fundamental a partir da publicação das considerações de Moscovici na década de 1960.

A proposta formulada por Moscovici (1961/2012), a respeito da Teoria das Representações Sociais, leva em conta a especificidade da modernidade em relação à produção do conhecimento decorrente das novas formas de comunicação e participação dos sujeitos. Nesse sentido, Moscovici coloca o conhecimento do senso comum no centro de suas investigações.

Na configuração moderna da sociedade, o pensamento científico estabelece uma forma específica no modo com que os objetos são acessados. Isto é, do ponto de vista epistemológico e institucional, busca-se inaugurar uma forma característica de tratar os diferentes fenômenos. Seria, na forma com que concebe Lévi-Strauss (1829-1902) (s/d), na altura dos séculos XVII e XVIII, uma separação real entre a ciência e o “pensamento mitológico”; nesse sentido, para identificar a ciência, Bacon (1561-1622), Newton (1643-1727), Descartes (1596-1650) entre outros contrapuseram suas resoluções às verdades míticas e místicas ou oriundas do sensorial imediato. Distingue-se, essa ciência, então, em resolução e procedimento, do pensamento mítico, religioso e das impressões comuns.

Nesse sentido, a ciência construiu uma maneira característica de conceber a realidade; em sua jurisdição, as ciências concebem, de certo modo, aspectos realidade (objetos, conceitos, analogias, formas lógicas) que são utilizados para explicar as diferentes manifestações no cotidiano. Para tanto, tais explicações não produzem efeitos restritos à circunscrição do meio

científico, mas afetam as formas de conhecimento dos sujeitos que constituem o domínio cotidiano (MOSCOVICI, 1961/2012).

Seguindo Moscovici (1961/2012), à medida que os referidos efeitos passam a ser levados em conta, sob certas perspectivas, pode-se estabelecer um valor hierarquicamente distinto entre o conhecimento científico e o conhecimento dos sujeitos em seu cotidiano. Sendo que, nesse contexto, o movimento percorrido de um a outro é entendido em termos de distorção, degradação, simplificação ou banalização.

Contudo, “a propagação de uma ciência tem um caráter criador” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 25). A essa altura, importa o fenômeno de socialização do conhecimento; trata-se de uma distinção que não se ocupa dos valores decorrentes da precisão ou da complexidade intelectual com que determinado objeto é tratado, mas que se pauta sobre “a formação de um outro tipo de conhecimento adaptado a outras necessidades, obedecendo a outros critérios, em um contexto social específico” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 25).

No âmbito científico da Educação Ambiental é possível encontrar um exemplo ilustrativo: Guimarães (2004) distingue duas concepções de Educação Ambiental, a Crítica e a Conservadora. A Educação Ambiental Crítica, a qual o autor advoga favoravelmente, tem como base pensadores da Teoria Crítica como Milton Santos, Edgar Morin e Paulo Freire, que embasam a fundamentação dessa vertente sobre a compreensão crítica do espaço complexo. E a Educação Ambiental Conservadora, que se apoia em uma “visão de mundo que fragmenta a realidade, simplificando e reduzindo-a, perdendo a riqueza e a diversidade da relação” (GUIMARÃES, 2004, p. 26).

Com a introdução da temática ambiental nos meios educativos, formas de conhecimentos sobre a Educação Ambiental surgem dentre os envolvidos na prática pedagógica. Tendo em vista a perspectiva de Moscovici, não se trata de investigar como as formas de conhecimento sobre a Educação Ambiental nesses sujeitos aproximam-se ou distanciam-se de uma perspectiva Crítica ou Conservadora, mas trata-se de investigar o como e o porquê determinado conhecimento é formado.

Isso, dentro da perspectiva de Moscovici (1961/2012, p. 25), significa reconhecer uma nova forma de senso comum, uma forma, não mais entendida “em termos de vulgarização, de difusão ou de distorção da ciência”, mas, uma forma considerada como uma ruptura necessária “para entrada de cada conhecimento (físico, biológico, psicológico etc.) no laboratório da sociedade, onde se encontra dotada de um novo estatuto epistemológico, na forma de representações sociais” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 27).



Esses conhecimentos assumem estatuto específico dentre as formas de conhecimento, como representação social, pois, imprescindivelmente pertencem a alguém e representam algo, isto é, possuem uma orientação contextual particular que as diferem dos modelos concebidos cientificamente. Moscovici (1961/2012, p. 29) sugere que esse processo de socialização do conhecimento científico seja pensado “na troca pela qual experiências e teorias se modificam qualitativamente tanto em alcance como em conteúdo”. A comunicação atua nessas dinâmicas. Conforme Moscovici, a comunicação pressupõe a mudança, pela recodificação e ressignificação dos objetos científicos na forma e no conteúdo da linguagem social (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 29).

Essas questões levantadas por Moscovici introduzem a proposta de localização do fenômeno e o conceito de representações sociais no campo das ciências humanas.

## 1.2 Representações sociais como fenômeno e conceito

O fenômeno, que transita epistemologicamente pelos quadros fenomênicos da psicologia e sociologia, refere-se, basicamente, a formas de conhecimento socialmente partilhadas, voltadas à compreensão da realidade e ao cotidiano (JODELET, 2001).

Para Moscovici, “as representações sociais são entidades quase tangíveis”; entende-se que essas “se cruzam e se cristalizam continuamente através da fala, do gesto, do encontro no universo cotidiano” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 39). Esses, fenômenos, são constituintes e constituídos no entremeio dos fatos psíquicos, sociais e comunicativos.

A definição acima habilita a abertura de discussões de ordem teórica e metodológica pois, ao mesmo tempo em que há uma ampla manifestação do fenômeno através nas interações linguísticas e nas práticas sociais em geral, há também uma dificuldade em definir os contornos conceituais das representações sociais, uma vez que se acessa o fenômeno pelo estado em que se manifesta. Como analisa Guareschi (2000, p. 249-250) as representações sociais “são, de fato, mas elas não podem ser tocadas. Elas existem, mas não se deixam ver. Elas possuem determinada concretude, mas não podem ser delimitadas, medidas, desenhadas. Elas aparecem sem ser vistas; influenciam, sem que as identifiquemos claramente”.

Nesse sentido, para a marcação conceitual, as representações sociais apresentam-se com maior dificuldade. Segundo Moscovici (1961/2012), tal dificuldade depreende-se justamente da posição “mista” – conforme sugerido anteriormente – das representações sociais, no entremeio de conceitos psicológicos e sociológicos. Começando por algumas distinções: qual é a posição conceitual das representações sociais em relação à dimensão mítica, opinativa ou imagética?

As dimensões mítica e científica se definem pela correlação dos valores determinados socialmente junto aos procedimentos e racionalidades características para concepção de um objeto do conhecimento por cada uma dessas instâncias. Acerca da distinção de uma forma a outra, ocorre uma transição nos critérios de legitimação; como coloca Gerard Duveen (2009) nas sociedades feudais, o conhecimento era regulado e legitimado de maneira mais centralizada na instituição eclesiástica. Nas sociedades modernas, as regulações das crenças não se dão da mesma forma, uma vez que as relações sociais são geridas por diferentes centros de poder, de modo que “a legitimação não é mais garantida pela intervenção divina, mas se torna parte duma dinâmica social mais complexa e contestada, em que as representações dos diferentes grupos na sociedade procuram estabelecer uma hegemonia” (DUVEEN, 2009, p. 17). Assim, o mito como conhecimento arcaico de um homem primitivo serve-o como verdade absoluta e é o reflexo de sua prática e percepções sobre a natureza das relações sociais, à medida que o para homem moderno “a natureza das relações sociais só é uma das vias de apreensão do mundo concreto, circunscrita em seus fundamentos e consequências” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 41). Diferentemente do conhecimento mítico, as formas de conhecimento das representações sociais não são entendidas como modelos primitivos ou arcaicos, mas como um processo comum para que os desenvolvimentos científicos tomem parte no cotidiano (MOSCOVICI, 1961/2012).

A opinião pode ser concebida como o teor valorativo com o qual o sujeito reage, em termos de adesão ou negação. A opinião é, por si, um tipo de resolução que pode não trazer explicitamente suas obrigações contextuais e critérios de apreciação. Porém, nas observações de Moscovici (1961/2012, p. 43-44), tratando-se de opinião, há de ser levar em conta que esse fenômeno implica uma reação individual frente a um objeto dado exteriormente, bem como pressupõe um vínculo com o comportamento que estabelece uma relação predicativa com o sujeito.

A noção de imagem, por sua vez, evoca acepção correspondente a um reflexo interno, do que está externo, “um tipo de sensação mental” conforme Moscovici (1961/2012, p. 44). Nesse sentido, essas imagens mantêm impressões das experiências na mente do sujeito, o qual pode reanimá-las na imaginação. Segundo Moscovici (1961/2012, p. 45), “elas sempre executam uma filtragem de informações adquiridas e recebidas pelo sujeito relativas à satisfação que provoca ou a coerência que lhe é necessária”.

Nesse sentido, enquanto a opinião pressupõe a exteriorização de um valor em forma de atitude, a imagem implica uma relação de internalização e de organização de figuras que representam a experiência.

Segundo argumenta Moscovici (1961/2012), o conceito de representações sociais não reconhece esse recorte entre o universo exterior e o universo dos indivíduos e dos grupos. Os objetos do conhecimento dos sujeitos e dos grupos permanecem e se mobilizam em um contexto ativo no qual esse conhecimento se estabelece como prolongamento do próprio comportamento. Assim sendo, o que o sujeito ou o grupo conhece acerca de determinado objeto serve, essencialmente, como orientação das atitudes.

O que Moscovici (1961/2012) parece sugerir é que a separação do aspecto interior e exterior que os conceitos de imagem e opinião evocam é, de certo modo, obsoleta para a Teoria das Representações Sociais, já que o objeto de conhecimento da representação social e sua materialização no comportamento físico e verbal pressupõem interdependência ou reciprocidade. A representação social “possibilita dar sentido ao comportamento, integrá-lo numa rede de relações na qual está ligada ao objeto, fornecendo, ao mesmo tempo, as noções, as teorias e o fundo de observações que tornam essas relações possíveis e eficazes” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 46).

Assim, o comportamento é de certa maneira pressuposto do objeto conhecido, ou da forma como o objeto é conhecido. Nesse sentido, a atitude frente ao comportamento esquizofrênico de um indivíduo pode denotar se o reconhecimento que se faz da situação concebe-a como doença da alma, problema da cabeça ou transtorno psíquico; de modo que a representação social justifica os comportamentos, bem como é justificada por eles.

Esse processo, segundo Moscovici (1961/2012), longe de ser estático, é submetido às condições de interação em que se envolvem os sujeitos e os grupos no momento que se posicionam em relação à realidade. Para o autor “as representações sociais são conjuntos dinâmicos, seu estatuto sendo o da produção de comportamentos e de relações com o ambiente, da ação que modifica uns e outros, e não a reprodução de comportamentos ou relações, como reação a um dado estímulo externo” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 47).

Com efeito, a discussão de Moscovici tangencia um sistema de lógica e “linguagem particular, uma estrutura de implicações que influenciam tanto os valores como os conceitos” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 47). Não se trata isoladamente, segundo o autor, da imagem de um objeto, ou de uma opinião ou atitude sobre um objeto, mas de uma verdade, assumida a partir da conceptualização de fatos de maneira mais ou menos coerente, que incide interativamente sobre as imagens, opiniões e atitudes. Isto equivale a dizer que enquanto fenômeno as representações se manifestam nas imagens, opiniões e atitudes, mas conceitualmente se distingue dessas noções.

Há na Teoria das Representações Sociais, uma mudança de paradigma que é própria de sua forma de conceber a psicologia social no âmbito das sociedades modernas, no qual os sujeitos – vistos como cientistas amadores – não apenas reagem ou reproduzem, mas também descobrem e constroem uma forma coerente de se orientar no mundo a partir das informações que tem acesso sobre a produção técnica e científica. Esses “cientistas amadores” demonstram que os sujeitos, cotidianamente, “não são unicamente máquinas, registrando mensagens e reagindo aos estímulos externos, no que uma psicologia é sumária, reduzida às opiniões e imagens, tende a transformá-los. Ao contrário, possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar sentido à sociedade e ao universo” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 52).

Dessa forma, as representações sociais apresentam aspectos relacionados, não apenas à repetição ou mera reação ao que se impõe ao psiquismo do sujeito, mas também a um processo ativo assimilação, adequação e, de certa forma, de reformulação dos faz a que o sujeito se expos. Essa perspectiva sobre o conhecimento dos sujeitos revela dois aspectos das representações sociais: o aspecto convencional e o aspecto prescritivo.

As representações sociais “convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram” (MOSCOVICI, 2009, p. 34) e isso é o que permite, em termos gerais, que o sujeito, por meio de aproximações, distinções reformulações encontre a realidade e se encontre na mesma. Esse processo de conceber a realidade não escapa às convenções precedentes que contribuem nas aproximações, distinções reformulações feitas. Em outras palavras, as representações sociais são convencionais, pois adequam estruturas prévias de conhecimento, novidades e diferentes aspectos da realidade cotidiana aos modelos conceituais do sujeito (MOSCOVICI, 2009).

Ao mesmo tempo, segundo Moscovici (2009) as representações sociais são prescritivas. O conhecimento elaborado na vivência do sujeito também se alicerça nos pilares dos conhecimentos produzidos historicamente. Isto é, as representações sociais são prescritivas, uma vez que evocam estruturas tradicionalmente estabelecidas. Nessas estruturas precedentes, o sujeito repensa, (re)cita e rerepresenta suas representações sociais. Nesse sentido, Moscovici (2009, p. 37) afirma que “todos os sistemas de classificação, todas as imagens e todas as descrições que circulam dentro de uma sociedade, mesmo as descrições científicas implicam um elo de prévios sistemas e imagens, uma estratificação na memória coletiva e uma reprodução na linguagem”.

Assim, segundo Moscovici (2009), os componentes da representação social são percebidos ou imaginados como parte da realidade concreta através, por um lado, da

mobilização do signo convencional da realidade e, por outro lado, das prescrições, dos já-ditos e das tradições.

Tal natureza convencional e prescritiva das representações sociais sustenta – e harmoniza em certa medida – o confronto entre o peso dos costumes, dos produtos culturais e o peso da resistência concreta dos objetos materiais (MOSCOVICI, 2009). No âmbito das representações sociais isso se refere à gestão da verdade amplamente consolidada e do novo que a problematiza. Na próxima seção, apresenta-se como essa tensão é gerida, bem como por meio de quais operações se efetiva.

### 1.3 Processo de familiarização: ancoragem e objetivação

A dinâmica de relações apresentadas na seção anterior implica, pois, um processo, característico das operações realizadas pelas representações sociais; um processo onde as ciências do conhecimento amador são formuladas a partir da experiência indireta de observação (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 52).

Conforme explica Moscovici (1961/2012), na Psicologia Clássica, as representações foram concebidas como elemento misto e mediador desse processo que passa pela percepção e pela formulação de conceitos. Enquanto a operação perceptiva precede da presença do objeto, a operação conceitual pressupõe a ausência do objeto.

Para o autor, no entanto, não se trata de entender a representação como instância mediadora, mas como um processo que faz com que os conceitos e as percepções sejam intercambiáveis, de forma que "o objeto do conceito possa ser tomado como objeto da percepção, o conteúdo do conceito poder ser “percebido”” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 53).

Isso sugere que há na representação, algo de concreto e algo de abstrato, de centrífugo e centrípeto, algo que faz com que, por um lado, o objeto seja constantemente atualizado sob o âmbito da percepção e, por outro lado, seja perpetuado no campo da conceptualização.

É na coexistência opositiva entre percepção e conceito, e em suas respectivas relações com o objeto de conhecimento, que a representação se desenvolve. Nas palavras de Moscovici (1961/2012, p. 53), por um lado, a representação está relacionada ao pensamento conceitual já que para haver o seu surgimento é necessário haver “o apagamento do objeto ou da entidade concreta; mas, por outro lado, esse apagamento não permanece total e, a exemplo da atividade perceptiva, ela deve recuperar esse objeto ou essa entidade e os tornar “tangíveis””. Desse modo, enquanto em seu aspecto conceitual, as representações estabilizam e legitimam determinadas verdades; em seu aspecto perceptivo, as representações desestabilizam e questionam tais verdades com algo novo que é apresentado.

Nessa condição, configura-se um processo de familiarização do novo que é, ao mesmo tempo, uma renovação do familiar.

Esse processo ocorre graças a duas operações: a ancoragem e a objetivação; enquanto a primeira estabelece conexões entre o novo e o conhecimento já estabelecido, a segunda faz com que o que um dia se apresentou como estranho ganhe concretude e faça parte da realidade objetiva (MOSCOVICI, 2009, 1961/2012).

Os conceitos geridos pelas representações estão abertos à percepção e, por conseguinte, à atualização. Assim, a experiência da novidade pode perturbar a estagnação do universo conceitual do sujeito. Para tanto, conforme Moscovici (2009, p.61), entra em ação a ancoragem, que transforma o novo, incômodo e estranho, em um elemento das categorias de conceitos já concebidos, mediante a comparação desse elemento a um paradigma de uma categoria. Isto é, a assimilação e o controle dos elementos novos percebidos cotidianamente dependem da operação de ancoragem que busca, justamente, lançar âncora ou fixar o conteúdo das percepções no conjunto de categorias conceituais. Dessa forma, a ancoragem realiza um movimento de aproximação do novo com paradigmas conceituais comparáveis, mas que são mais concretos quanto à tangibilidade.

Para tanto, o movimento de aproximação do novo em relação ao concebido pressupõe, para Moscovici (2009), um movimento de classificação do intangível em relação ao tangível. Nas palavras do autor (2009, p. 61), “ancorar é, pois, classificar e dar nome a alguma coisa. Coisas que não são classificadas e que não possuem nome são estranhas, não existentes e ao mesmo tempo ameaçadoras”. A resolução desse desconforto ocorre por meio da alocação de categorias e nomes, concomitantemente à avaliação dos objetos e dos seres categorizados e nomeados.

A objetivação, por sua vez, une o abstruso ao real, reveste de materialidade o que era abstrato (MOSCOVICI, 2009). Segundo Moscovici (2009) essa dinâmica ocorre pela seleção de uma qualidade icônica de um objeto na qual o conceito aparece através de uma determinada imagem. Para que isso aconteça é necessário um conceito, ou paradigma figurativo, aceito como realidade, convencional, mas ainda assim realidade. Tal conceito, paradigma ou núcleo figurativo é resultado das imagens que se integram a ele por sua capacidade de representação.

É nesse sentido que “a imagem do conceito deixa de ser um signo e torna-se a réplica da realidade, um simulacro, no verdadeiro sentido da palavra. A noção, pois, ou a entidade da

qual ela proveio, perde seu caráter abstrato, arbitrário e adquire uma existência quase física, independente” (MOSCOVICI, 2009, p. 74). *Verum et factum convertuntur*, como diria Vico<sup>2</sup>.

O processo de familiarização mobilizado pelas representações sociais estabelece uma relação entre essas e a memória; vínculo do qual as operações de ancoragem e objetivação não prescindem. Conforme Moscovici, ancoragem e objetivação são recursos de operação na memória. A primeira mobiliza a memória – sendo, em certo sentido, direcionada para dentro – por meio da introdução e retirada de pessoas eventos e coisas, “que ela classifica de acordo com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no exterior” (MOSCOVICI, 2009, p. 78).

Os referidos mecanismos são, nesse sentido, soluções cognitivas para dimensionar, de forma coerente, os eventos que se introduzem e se estabelecem no curso do tempo. Assim, o sujeito toma parte de fatos muitas vezes alheios a si, bem como impregna-os e é impregnado pelas e nas verdades cultivadas que estão em sua memória.

#### 1.4 A caracterização social da representação

Esse panorama explicita que as representações sociais de que Moscovici trata não são fenômenos estáveis ou permanentes; as operações de ancoragem e objetivação identificam a atenção voltada a um processo de estabilidade e instabilidade, cujas instâncias retroalimentam-se. Para tanto, há uma lacuna a ser esclarecida sobre em medida as representações geridas nesse processo podem ser consideradas teoricamente e identificadas metodologicamente como representações sociais.

Moscovici (1961/2012) busca tratar a questão social – inicialmente de maneira superficial como diz o próprio autor – do âmbito do que é coletivamente comum, isto é, “quando a representação social se mostra como um conjunto de proposições, de reações e de avaliações que tocam pontos particulares, ditos aqui e ali, em meio a uma enquete ou uma discussão pelo “coro” [refrão] coletivo do qual cada um, querendo ou não, faz parte” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 62). Esse conjunto corresponde, para o autor, à opinião pública, a qual é constituída por três dimensões: a informação, o campo de representação ou imagem e a atitude.

---

<sup>2</sup> “Verdade e fato se convertem”, princípio, postulado por Gambattista Vico (1668-1744) em *Antiquissima Italorum Sapientia*, em crítica ao modelo cartesiano no que diz respeito à oposição entre os objetos e o conhecimento no âmbito das ciências humanas.

Segundo Moscovici (1961/2012, p. 62), “a informação (dimensão ou conceito) tem relação com a organização dos conhecimentos que o grupo possui com respeito ao objeto social”. Para Moscovici, essa dimensão refere-se ao repertório de informações que o grupo possui em relação ao objeto, o que permite que o conhecimento desse se apresente de forma coerente. No estudo sobre as representações sociais da Psicanálise, o autor constata que um grupo de operários não possuíam informações coerentes sobre o objeto, o que faz com que a própria existência da referida dimensão seja contestada no escopo desse grupo. Por outro lado, em estudantes de classe média esse conhecimento se apresentava de maneira mais consistente.

Já a dimensão intitulada por Moscovici como campo de representação refere-se à ideia de imagem ou modelo social; essa instância possui elementos de conteúdo concreto que expressa um aspecto do objeto. O autor observa que “a amplitude do campo, os pontos nos quais está centrada, variam, englobando tanto as opiniões sobre a psicanálise como asserções sobre ela ou a tipologia das pessoas que possivelmente recorrem a essa teoria” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 64).

A atitude, por sua vez, “termina de explicitar a orientação global em relação ao objeto da representação social” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 65). Essa terceira dimensão implica a resolução do posicionamento dos sujeitos, em que esses podem colocar-se como favoráveis ou desfavoráveis ao objeto da representação social, ou ainda em níveis intermediários de atitude.

Para Moscovici (1961/2012), apesar da análise dimensional possuir sua utilidade questionável, a identificação e ou comparação de representações sociais está vinculada à possibilidade de produzir conteúdos passíveis de serem postos sistematicamente em relação. Dentre as conclusões de Moscovici, está o fato de que a atitude seria a mais frequente das dimensões e também geneticamente a primeira; isso leva o autor a considerar que os sujeitos se informam e representam algo depois de ter se posicionado sobre e em função desse posicionamento.

Essas dimensões no estudo de Moscovici (1961/2012) contribuíram na sondagem e definição dos grupos e subgrupos que constituíram a amostra de seu estudo, em que a distinção se valia não apenas de critérios estruturais, mas também da relação dos sujeitos com o conteúdo da representação.

Vale abrir um parêntesis para destacar ainda a contribuição de Jorge Vala; o autor sugere que a identificação de uma representação como social pressupõe três critérios, a saber: quantitativo, genético e funcional. O primeiro pressupõe um objeto de conhecimento partilhado por certo número de indivíduos; o segundo parte do pressuposto de que a representação social é, também, coletivamente produzida; o terceiro prevê a dimensão prática das representações



sociais, uma vez que “as representações sociais constituem guias para a comunicação e a acção” (CABECINHAS, 2004, p. 126 sic).

Essa delimitação dos contornos dimensionais contribui para a explicação do aspecto social da representação, principalmente em termos da identificação dos vínculos grupais. Ao mesmo tempo, entretanto, surgem questões sobre os limites da configuração do social em uma representação, isto é, sobre os limites que separam a dimensão social da dimensão individual; sobre os traços que distinguem o aspecto social das representações das demais (MOSCOVICI, 1961/2012).

Segundo Moscovici (1961/2012) tais questões geraram um conflito central na Psicologia e Sociologia Clássica. Essa dificuldade epistemológica é própria da disciplina a que a Teoria das Representações Sociais pertence, a Psicologia Social, a qual reúne em seu próprio nome aspectos aparentemente antagônicos: “o psicológico, de um lado, entendido, na maioria das vezes, como algo individual; o social, por outro lado, entendido como algo diferente ou até oposto do individual” (GUARESCHI, 2000, p. 250).

A ocupação da Psicologia e Sociologia Clássica na determinação do traço limítrofe entre os hemisférios individual e social não interessa a Moscovici. Nesse sentido, ocorre, como menciona Guareschi (2000), a superação da dicotomia individual e social pela Teoria das Representações Sociais.

Para Moscovici, em relação ao fenômeno das representações sociais, a distinção supracitada é menos interessante do que a compreensão do processo de produção. Destarte, para o autor, “qualificar uma representação de social significa optar pela hipótese segundo a qual é produzida e engendrada coletivamente” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 71). Como explica Guareschi (2000) uma representação social pressupõe uma dimensão individual, pois precisa ser pensada por indivíduos, mas ao mesmo tempo estende-se da mente ao meio. A representação social “está na cabeça das pessoas, mas não de uma única pessoa; para ser social, ela necessita “perpassar” pela sociedade, existir em certo nível de generalização” (GUARESCHI, 2000, p. 250).

Para tanto, o estudo das representações sociais assume que as dimensões sociais e individuais tornam-se interpenetradas à medida que determinado conteúdo ganha certo nível de generalização. Por conseguinte, Moscovici lança a ideia de que saber quem é produtor de uma representação social mostra-se menos instrutivo do que entender as razões pelas quais, isto é, com que função ela foi produzida. Nas palavras do autor, “a função é própria ao social, na medida que contribui exclusivamente aos processos de formação das condutas e de orientação das comunicações sociais (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 71)

Tal função diferencia as representações sociais dos demais tipos de conhecimento, envolvendo a reprodução, re-atualização e re-criação de saberes, com vista às situações concretas de interação social.

### 1.5 Desdobramentos da Teoria das Representações Sociais

As considerações apresentadas em linhas gerais acerca do trabalho teórico de Moscovici exprimem alguns pressupostos iniciais sobre o fenômeno das representações sociais e suas dinâmicas que envolvem indivíduos e grupos, estabilidade e instabilidade. A partir das proposições seminais de Moscovici, diferentes autores se apropriaram da Teoria das Representações Sociais no intuito de agregar teoricamente explicações acerca das dinâmicas que permeiam o fenômeno, bem como contribuir metodologicamente a respeito da apreensão e tratamento desse fenômeno. Nesse âmbito, pode-se considerar três desdobramentos da Teoria das Representações Sociais que se configuram nas seguintes vertentes: Estruturalista, Societal e Culturalista<sup>3</sup>.

A abordagem Estruturalista emerge a partir das investigações do Grupo de Midi que era composto de pesquisadores de Aix-en-Provence e Montpellier da região sul da França. Dentre os estudos providos pelo grupo o principal é a Teoria do Núcleo Central.

Segundo Sá (1996), as pesquisas da referida abordagem surgem próximas à tradição de pesquisa experimental de laboratórios – típica das investigações realizadas na área de Cognição Social. Com efeito, enquanto na Cognição Social esse procedimento era realizado para controlar e suprimir a coerção das variáveis socioculturais, para os pesquisadores de representações sociais, essa técnica é utilizada com a finalidade de visualizar “as representações nutridas pela participação na cultura” (SÁ, 1996, p. 53).

No âmbito dessa perspectiva, o interesse sobre a operacionalização na testagem experimental implica, de certa forma, uma atenção voltada muito mais para a função prática das representações do que para a gênese social do fenômeno. Nesse sentido, Abric produz experimentos que o permitem concluir que o comportamento e a interação são determinados pela interação dos sujeitos e dos grupos, e não o contrário, sendo que as representações que o participante trazia consigo a respeito da situação que se apresentava resultava em comportamentos distintos (SÁ, 1996).

---

<sup>3</sup> Cabe registrar a existência de outras possibilidades de classificação, como a apontada por Jodelet (2011), na qual, a autora faz alusão às vertentes estrutural, genética, processual, dialógica e de subjetividade.

Em outras palavras, apesar dos resultados serem obtidos a partir de induções laboratoriais, diferentemente da Cognição Social, os experimentos de Abric observaram atentamente os aspectos dos dados que exprimiam as significações produzidas e pré-concebidas pelos participantes para estabelecer o controle das situações a que eram submetidos durante as investigações.

Para tanto, tendo em vista a solução metodológica para a obtenção desses dados, bem como as críticas atribuídas a ela por pesquisadores de representações sociais, Sá (1996, p.60) observa que “não é que a gênese social não seja considerada no planejamento experimental, mas sim que essa indução “quase artificial” pelo experimentador desperta ou desencadeia verdadeiras representações sociais”.

A atenção metodológica experimental acaba sendo um fator relevante na constituição e na emergência da Teoria da do Núcleo Central, introduzida por Jean-Claude Abric em 1976. A Teoria mantém dos estudos precedentes a ocupação com a função e transformação das representações sociais, bem como, com a relação entre representação e comportamento (SÁ, 1996).

Segundo Sá (1996), a partir dos experimentos realizados em laboratório, Abric levantou a hipótese de que a toda representação social é organizada em torno de um núcleo central que provê um traço comportamental de reatividade. Abric percebeu a existência de componentes centrais da representação uma vez que nas conduções experimentais realizadas em laboratório, a presença ou a ausência de certos elementos constituintes da situação implicava mais diretamente o comportamento dos sujeitos, não por responderem meramente ao estímulo, mas por que tal presença ou ausência significava uma diferença na conjuntura do estado das coisas percebidas pelos sujeitos.

Conforme Sá (1996), o conceito de núcleo central dialoga com a noção de núcleo figurativo – componente imagético que resulta do processo de objetivação (ver seção anterior) – proposto por Moscovici (1961/2012). Da noção formulada por Moscovici ao conceito de Abric, há o fato de que o último não possui caráter imagético como o primeiro, passando a ser um elemento de estruturação e manutenção de sentido da representação (SÁ, 1996).

Assim, o conceito de núcleo central possui um papel na estruturação de uma representação social, sendo responsável por sua significação e organização interna; ou ainda, como observa Guimelli (1993) o núcleo define o que é consenso na representação. Para tanto, o núcleo central cumpre fundamentalmente duas funções, as quais estabelecem um sistema central de elementos de uma representação social: a) geradora, que estabelece sentido aos elementos da representação social; b) organizadora, que unifica e estabiliza a representação

social, determinando a natureza dos laços de seus elementos constituintes (ABRIC *apud* SÁ, 1996).

Destarte, Abric postula algumas características do núcleo central, por conseguinte, do sistema central, que vão em direção ao aspecto estável e permanente das representações. Para o autor, cita Sá (1996), o núcleo central é marcado pela memória coletiva e consensualidade; seus elementos são mais resistentes a mudanças e a eventos do contexto imediato, fazendo com que, de certo modo, seja relativamente independente do contexto próximo.

Nesse sentido, presença e permanência fazem com que a característica mais proeminente dos elementos do sistema central seja a saliência. Como observa Quenza (2005, p. 82) esses elementos “são os mais presentes nas produções discursivas. A Saliência foi considerada o principal aspecto na definição da centralidade de um elemento no campo de representações”.

Complementar e indispensável ao sistema central, há os elementos do sistema periférico das representações sociais. Esses elementos estão mais próximos à realidade concreta, provendo a atualização das representações sociais. Para tanto, os elementos do sistema periférico são mais flexíveis, regulando e adaptando o sistema central aos eventos concretos (ABRIC, *apud*, SÁ, 1996). Como explica Quenza, o sistema periférico “adapta as representações às transformações no contexto imediato, e protege as representações por diferentes mecanismos: transformando o peso dos elementos, realizando uma integração condicional das informações contraditórias ou das novas interpretações” (QUENZA, 2005, p. 82).

Essa proposta teórica lida com a aparente contradição do fenômeno das representações sociais em que há concomitantemente uma relação de estabilidade e instabilidade. Nesse sentido, vale reconhecer a especificidade do papel desempenhado pelo centro e pela periferia das representações sociais. De acordo Guimelli (1993, p. 86) os elementos constituintes do núcleo central estão na “origem do sentido e da significação de uma dada estrutura. Nesse domínio, o papel dos elementos periféricos é provavelmente menor. Por outro lado, os elementos periféricos desempenham um papel fundamental na origem das dinâmicas das representações”.

A abordagem Societal, por sua vez, surge a partir de estudos realizados no Laboratório Experimental de Psicologia Social de Genebra em 1972, com a colaboração de pesquisadores como Willem Doise, Gabriel Mugny, Claude Deschamps, Anne Sinclair, Anne-Nelly Perret-Clermont e Marisa Zavalloni (ALMEIDA, 2009). Dentre os objetivos dos referidos pesquisadores em trabalhos sobre desenvolvimento social da inteligência, influência social e

intergrupo estava o interesse acerca das relações individuais e sociais, isto é, os processos que o indivíduo dispõe para viver em sociedade, bem como o interesse sobre as “dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos” (DOISE, 2002, p. 28).

De maneira similar à abordagem Estruturalista, a perspectiva Societal emerge da tradição de estudos experimentais, os quais, inicialmente, buscavam demonstrar “que elementos do ambiente social, como as normas, as representações e as regras, organizam as relações sociais das quais a criança faz parte e agem como reguladores de suas atividades” (ALMEIDA, 2009, p. 719). Nesse processo, como comenta Almeida (2009), haveria a apropriação, por parte dos indivíduos, dos instrumentos socialmente construídos.

Assim, a especificidade do estudo Societal em relação à pesquisa experimental precedente está na consideração do amplo contexto social que envolve toda situação experimental, nesse sentido, no âmbito de investigação, “esboça-se uma evolução na direção de uma psicossociologia experimental, o que implica uma obrigatória e progressiva inserção do social na experimentação” (ALMEIDA, 2009, p. 723).

Essa inserção social aparece subjacente às quatro categorias analíticas propostas pela abordagem Societal das representações sociais, isto é, em quatro processos nos quais o conhecimento das representações sociais interage, a saber: intraindividuais, interpessoais, intergrupais e sociais.

O primeiro nível, intraindividual, consiste no modo com que os indivíduos organizam suas experiências com o meio ambiente. O segundo nível, interpessoal, compreende, as relações dos sistemas de interação que certificam as dinâmicas sociais, nesse sentido, esse nível se constitui das experiências intersubjetivas. O terceiro nível, intergrupais, refere-se ao posicionamento dos indivíduos nas relações sociais, tendo, esse posicionamento, o caráter de modulação dos níveis citados anteriormente. O quarto nível, societal, abrange os sistemas de crenças, avaliações e normas sociais, em que há o pressuposto de que os produtos cultivados pelas culturas orientam, criam, associam e dissociam referências sociais a partir de princípios organizadores (ALMEIDA, 2005; ALMEIDA, 2009).

Segundo Almeida (2009), esses quatro níveis foram discutidos nas pesquisas do grupo de Genebra acerca das relações intergrupais. Como observa Rosa Cabecinhas, as representações sociais regulam nosso comportamento e relação com o outro. Nesse sentido, menciona a autora, “as representações intervêm ainda em processos tão variados como a difusão e a assimilação de conhecimento, a construção de identidades pessoais e sociais, o comportamento intra e intergrupais, as ações de resistência e de mudança social” (sic) (CABECINHAS, 2004, p. 4).

Tendo em vista as dinâmicas que se passam entre os indivíduos, grupos e seus sistemas de crenças, Doise (2002, p.30) define representações sociais “como princípios organizadores das relações simbólicas entre indivíduos e grupos”. Essa definição induz um quadro teórico-metodológico de três fases de estudo que pressupõem três respectivas hipóteses.

A primeira fase concentra-se sobre o campo comum das representações sociais, pressupondo a existência de crenças comuns compartilhadas acerca de um dado objeto; a segunda fase atenta aos princípios organizadores das diferenças individuais, considerando a variedade de tomadas de posições em relação a certo objeto; a terceira fase observa a ancoragem das diferenças individuais, levando em conta que as tomadas de posições são ancoradas em outras realidade simbólicas e coletivas, definindo relações de pertença social (DOISE, 2002; ALMEIDA, 2009).

Finalmente, a abordagem Culturalista tem como expoente principal Denise Jodelet que, conforme Pacheco (2011, p. 60), “estabeleceu ricos diálogos da psicologia social com outras ciências sociais, em especial, a Antropologia, Sociologia e História”.

A sugestão de tal percurso de pesquisa de Jodelet atende metodologicamente, em certa medida, o questionamento que, segundo a autora (2009, p. 680), decorre da Teoria das Representações, sobre “o estatuto concedido ao sujeito enunciativo e produtor das representações, seja ele individual ou social”.

Na perspectiva de Jodelet, o quadro investigativo deve apreender os discursos que mantêm a representação de um dado objeto nas relações individuais e grupais, bem como obter os comportamentos e práticas sociais pelas quais as representações se manifestam. Ainda, é necessário observar documentos onde os fenômenos supracitados (discursos, comportamentos e práticas) se institucionalizam e examinar as coerções produzidas pelos instrumentos de comunicação em massa na manutenção e transformação das representações sociais (ALMEIDA, 2005).

O exame desse material ocorre sobre três instâncias relativas à subjetividade, essas instâncias Jodelet (2009) chama de três esferas de pertença das representações sociais: a esfera da subjetividade propriamente dita, a da intersubjetividade e da transubjetividade, de modo que, pelo ângulo das diferentes instâncias citadas, os sujeitos são “concebidos não como indivíduos isolados, mas como atores sociais ativos, afetados por diferentes aspectos da vida cotidiana, que se desenvolve em um contexto social de interação e de inscrição” (JODELET, 2009, p. 696).

Na dimensão da subjetividade a atenção se volta para as representações que o indivíduo constrói ou se apropria. Como observa Jodelet (2007; 2009), esses processos podem exprimir relações de sujeição ou resistência – o que equivale a admitir uma distinção entre as

representações elaboradas ativamente e as integradas passivamente – bem como, serem de natureza emocional, cognitiva ou condicionadas à experiência do sujeito.

Nessa dimensão é possível sondar a função expressiva das representações sociais; em outras palavras, é possível verificar “os significados que os sujeitos, individuais ou coletivos, atribuem a um objeto localizado no seu meio social e material, e examinar como os significados são articulados à sua sensibilidade, seus interesses, seus desejos, suas emoções e ao funcionamento cognitivo” (JODELET, 2009, p. 697).

Na face intersubjetiva, observa-se as situações contextuais de interação que geram certas representações, com ênfase, nas trocas verbais. Nessas situações contextuais há vários exemplos de interações que produzem significações e ressignificações em torno de um objeto pertinente a mais de um indivíduo (JODELET, 2007, 2009).

A dimensão transubjetiva perpassa aspectos das duas dimensões citadas anteriormente; conforme explica Jodelet (2009, p. 699) “na formação das representações sociais, a esfera da transubjetividade se situa diante da intersubjetividade e remete a tudo que é comum aos membros de um mesmo coletivo”. O aspecto comunitário dessa dimensão pode estar vinculado, segundo Jodelet (2007; 2009), ao acesso do sujeito as interpretações (critérios de classificação, repertórios de informações) oferecidas pelo aparelho cultural; às coerções materiais propiciados pelas relações sociais e de poder; ou ainda ao espaço social e público construído pelas ideologias, práticas institucionalizadas e pelos meios de comunicação em massa.

Essas dimensões não operam isoladas, segundo Jodelet (2007, p. 64), as “três esferas se cruzam e se combinam na elaboração das representações sociais em contextos concretos de vida em relação com objetos que têm uma relevância significativa para os sujeitos e grupos”. Nesse sentido, conforme ilustra a autora, uma investigação pode demonstrar que as representações sociais dos indivíduos ou grupos gerem tanto os sentidos produzidos a partir da experiência pessoal, quanto as significações relacionadas às trocas interpessoais das quais o sujeito participa no contexto mais imediato ou mais amplo.

Isso significa que é possível considerar, ao menos para fins metodológicos, as representações sociais cumprem funções específicas no âmbito da experiência processada emocional e cognitivamente pelo sujeito, na circunscrição da vivência interativa com outros sujeitos, bem como no escopo da coexistência junto aos modelos consolidados pela cultura. Em outras palavras, de acordo com Jodelet (2007; 2009), as representações sociais cumprem funções específicas na esfera da subjetividade, intersubjetividade e transubjetividade.

Segundo a autora, na esfera da subjetividade as representações sociais cumprem função expressiva e significativa; na esfera da intersubjetividade as representações sociais

servem como meios de compreensão e interpretação para as trocas realizadas; na esfera da transubjetividade “o sistema de representações oferece os critérios de codificação e de classificação da realidade, fornece os instrumentos mentais, os repertórios que permitem construir as significações compartilhadas na sociedade” (JODELET, 2007, p. 68).

Da leitura de Jodelet (2007), observa-se que é em referência às três instâncias que as representações sociais ganham corpo complexo, de modo que a suspensão de uma das esferas pode acarretar a negligência sobre as determinantes materiais e ideativas mais rígidas ou a omissão sobre o aspecto da liberdade individual e grupal.

A partir do que foi exposto é possível verificar que o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais não se encaminha para o consenso, de modo que seus desdobramentos não necessariamente lhe contradizem, mas a complementam de forma específica pelo conjunto de preocupações que lançam dentro do quadro teórico das representações sociais.

Não obstante, apesar desses desdobramentos não anularem a proposta de Moscovici, eles implicam o reconhecimento do fenômeno e do conceito de representações sociais de uma maneira específica.

Quando se trata do desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais no âmbito obtenção e análise do fenômeno, a multiplicidade de procedimentos tende a aumentar. Essa será a matéria do final desse capítulo na próxima seção.

## **1.6 Da diversidade metodológica na investigação de representações sociais**

As pesquisas em representações sociais, tanto como método quanto objeto, apresentam uma variedade de procedimentos metodológicos, ainda que pareçam conceber como ponto comum o lugar privilegiado da linguagem, em diferentes modalidades de materialização, na obtenção e análise do material.

Em consonância com o que foi apresentado anteriormente, pode-se concordar com Nascimento-Schulze e Camargo (2000), no que se refere à existência de duas orientações nas pesquisas sobre representações sociais, em que uma se ocupa dos aspectos histórico-culturais nos quais se geram as representações sociais e se mantêm as relações entre indivíduos e grupos (perspectiva de Doise e Jodelet); e outra mais voltada aos aspectos estruturais (perspectiva de Abric). Como dizem os autores (2000, p. 288) essas “orientações sugerem abordagens metodológicas que dêem conta seja das características mais processuais seja das mais estruturais do objeto em escrutínio” (sic).

Conforme registram Nascimento-Schulze e Camargo (2000), bem como Wagner et al (1999), as formas de coletas de representações sociais podem variar de uma pesquisa



etnográfica, entrevistas de grupos focais, coleta de materiais da mídia, associação livre e questionários. No que se refere à etapa analítica dos procedimentos metodológicos, no que se refere ao tratamento do material textual obtido, Nascimento-Schulze e Camargo (2000) apresentam dois procedimentos típicos; a) o método de análise de evocações que possibilita a identificação dos termos estruturantes da representação social; b) análise de conjunto de segmentos de textos, que oferece uma análise lexicográfica, contextos textuais e segmentos de textos.

Nascimento-Schulze e Camargo (2000) observam que as pesquisas de enfoque estrutural que utilizam o método do tipo (a) tendem a lançar mão de estudos experimentais para vislumbrar os componentes estruturantes da representação social, é o caso da pesquisa sobre representações sociais de alimentação no público francês realizada por Lahlou (1996). Segundo o autor, o material das representações sociais pode ser obtido com sujeitos através de questionários de associação livre, bem como ser coletado em amostras como dicionários. O material coletado é submetido ao processamento de aproximação lexical em um *software* que estabelece estatísticas de classes semânticas com base na referida aproximação; segundo Lahlou “as classes semânticas são consideradas o núcleo básico das representações sociais e o padrão global que as vincula será o “paradigma” subjacente à representação social” (LAHLOU, 1996, p.3).

Outro exemplo é o da investigação acerca das representações sociais de meio ambiente e de educação ambiental de Teixeira e Algeri (2011), Teixeira et al. (2013) e Teixeira, Machado e Menegazzo (2014). Nessas pesquisas, as representações foram obtidas por meio de questionários escritos em que os participantes eram submetidos a testes de evocação livre.

Nas referidas pesquisas, o questionário utilizava, mediante um termo indutor, o registro das quatro palavras prontamente lembradas, bem como, a atribuição das duas palavras, dentre as quatro mencionadas, que o participante considerava como mais importante. Esse instrumento fornece hierarquias sobre a frequência e ordem de evocação dos elementos, distinguindo os elementos evocados mais presentes na representação social dos menos presentes, isto é, os componentes do núcleo central e dos componentes periféricos da representação social. Tal distinção ocorre através do cálculo que fornece a frequência e ordem média de evocação, sendo que os elementos mais prontamente evocados, mais frequentes, bem como marcados como importantes pelos participantes, são os que são confirmados como centrais na representação social.

No que se refere às pesquisas que utilizam o método do tipo (b), Nascimento-Schulze e Camargo (2000) comentam que essa coleta de amostras textuais ocorre de maneira “menos

controlada”; nesse caso, a pesquisa se dá sobre materiais da mídia, entrevistas, depoimentos e relatos.

Um exemplo nesse sentido é a pesquisa de Stenzel, Saha e Guareschi (2006) sobre as representações sociais de corpo. As representações sociais foram obtidas nesse estudo por meio de entrevistas de grupos focais e entrevistas individuais. Para o tratamento analítico do material, os autores utilizaram a proposta de Spink (1995), que se concentra sobre a identificação e aproximação de temas comuns, criação de categorias e análise de marcas discursivas. Conforme sintetizam Machado e Denardi (2012, p. 145) sobre esse procedimento analítico, “o argumento desenvolvido nessa metodologia se refere a uma análise centrada na totalidade do discurso, no intuito de desvendar as ideias subjacentes à estrutura de determinadas representações sociais”.

A pesquisa a respeito das representações sociais construída sobre o Movimento sem Terra (MST) relatada por Guareschi (2010) também trabalha com análise temática de textos, por sua vez, com textos obtidos em publicações da mídia. A análise de Guareschi sugere certo processo de premeditação em torno da construção das representações sociais presentes nas mídias investigadas.

Para além da tipologia de tratamento de textos verbais sugerida, pode-se acrescentar pesquisas como a de Terra e Nascimento (2016) que versam sobre as representações sociais do feminino em textos visuais, contando com o aporte analítico da Semiótica.

Depreende-se do que foi exposto, uma diversidade procedimental recíproca a uma diversidade na tipologia de materiais obtidos acerca da representação social de um determinado objeto. Isso levanta uma preocupação nos pesquisadores no que se refere a estabelecer um quadro de classificação das modalidades linguísticas nas quais as representações se manifestam.

Nesse escopo, está a classificação defendida por Bauer e Gaskel (1999) e Guareschi (2000), na qual os autores classificam os modos e os meios em que as representações sociais se manifestam. Guareschi (2000) explica que o que se entende por *modo* se refere ao formato no qual a representação social se manifesta, isto é, os hábitos e costumes, as cognições individuais, a comunicação informal e a comunicação formal; enquanto o meio está relacionado ao canal em que a representação pode ser obtida, como textos verbais, imagéticos, sonoros, gestuais e ritualísticos.

O paradigma metodológico proposto por Bauer e Gaskel (1999) e Guareschi (2000) coloca o estado dos quadros teóricos textuais/discursivos, e respectivos pressupostos sobre a linguagem, em um lugar de relevância para o reconhecimento das representações sociais. Ainda, a proposta dos autores pressupõe não “a”, mas “uma” interpretação teórica a respeito do funcionamento textual/discursivo. Nesse sentido, a dissertação ora em construção caminha para

a discussão sobre a Gramática Sistêmico-Funcional como alternativa, com implicações consequentes, dentro dos referidos quadros teóricos para reconhecimento das representações sociais.

A essa altura parece ser válido ressaltar uma reflexão; da mesma forma que os desdobramentos teóricos apresentados na seção anterior levam a uma forma específica de reconhecimento sobre o fenômeno e o conceito de representações sociais, pode-se pensar em que medida um método também conduz a uma forma particular de reconhecimento através do procedimento que encaminha.

Isso é o que será discutido tendo em vista o quadro teórico da Gramática Sistêmico-Funcional cuja síntese das propostas é apresentada a seguir.

## CAPÍTULO 2 - GRAMÁTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL

Neste capítulo, serão apresentados, em linhas gerais, alguns componentes básicos sobre o quadro teórico de estudos da Gramática Sistêmico-Funcional que foi preconizado por Michael A. K. Halliday sob influência do linguista John Rupert Firth e do antropólogo Bronislaw Malinowski (FUZER; CABRAL, 2014). Para tanto, inicia-se a discussão pela explicação do grupo nominal que intitula o capítulo e a vertente linguística que ora se apresenta.

### 2.1 Gramática Sistêmico-Funcional; considerações preliminares

Inicialmente cabe mencionar que o termo gramática em língua portuguesa atende pelo menos a duas acepções: a primeira refere-se a um subsistema da linguagem organizado/motivado por leis internas e externas; a segunda acepção está relacionada à teoria que concebe a linguagem e suas relações, nesse caso, gramática equivale à perspectiva teórica, sendo que os adjetivos que a acompanham indicam o viés da linguagem priorizado pela teoria, por exemplo: Gramática Histórica, Gramática Estrutural, Gramática Gerativo-Transformacional, Gramática Sistêmico-Funcional. Assim, como observam Halliday e Matthiessen (1997, p. 2) a “gramática (como fenômeno) é parte da linguagem [...], mas como é concebida vai depender das Gramáticas<sup>4</sup>”.

Isso implica que a Gramática, objeto deste capítulo, é uma perspectiva em particular, isto é, uma alternativa para tratar ou compreender a linguagem, especificamente, uma perspectiva sistêmico-funcional.

Para tanto, essa perspectiva caracteriza-se como funcional pois parte do pressuposto que a linguagem cumpre operações em contextos específicos – não podendo, os significados realizados pelos elementos gramaticais serem alheios às motivações ambientais – e que essas operações podem ser descritas por meio do estudo linguístico; nesse sentido, a abordagem realizada pela perspectiva em questão também é funcional, pois se configura como “uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso” (GOUVEIA, 2009, p. 14).

---

<sup>4</sup> Em língua inglesa Halliday e Matthiessen (1997, p. 2) distinguem o termo “grammar”, referindo-se ao nível material dos elementos linguísticos; e o termo “grammatics”, que se refere ao estudo e teorização do primeiro termo. No presente trabalho a distinção dos termos é marcada na primeira letra de cada palavra, sendo que “gramática” grafada com letra minúscula indica o sistema linguístico e “Gramática” com a inicial maiúscula indica a teoria linguística.

Ainda, a Gramática ora apresentada é sistêmica, pois considera a linguagem como um recurso sistêmico; pressupõe a existência de uma configuração na linguagem que permite que coisas sejam feitas nos contextos, ou seja, “um sistema de escolhas disponível aos usuários da linguagem para a realização do significado” (BAWARSHI; REIFF, 2013, p. 29-30).

Por conseguinte, dentro da Gramática Sistêmico-Funcional se pode tomar o texto – conforme Halliday e Matthiessen (2014), aqui entendido como qualquer instância da linguagem, em qualquer *medium*, que faça sentido a alguém” – sob dois ângulos diferentes: como artefato, abordando o aspecto funcional do texto acerca de seu valor, significado e respectivas razões; ou como espécime, observando o que o texto revela sobre o sistema que nele se instancia (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Nas dinâmicas da linguagem os aspectos funcional e sistêmico operam indissociavelmente. Como menciona Webster (2009, p. 5), “a linguagem é a instanciação de um indefinidamente amplo potencial de significado através de atos de significado que simultaneamente constroem a experiência e viabilizam as relações sociais”, de modo que um ato de significado implica necessidade contextual sendo atendida, bem como pressupõe a utilização ou escolha de recursos potencialmente disponíveis nos sistemas da linguagem.

No âmbito da perspectiva Sistêmico-Funcional, a gramática é considerada na relação existente entre necessidades e escolhas possíveis para a produção de significado em determinado texto oral ou escrito. Isto é, a expressão linguística materializa as necessidades, estruturando as decisões linguísticas de um falante a partir do conjunto de possibilidades e necessidades linguísticas juntamente com as possibilidades e necessidades que dada situação ou determinada cultura (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Para dimensionar o atributo sistêmico e funcional da Gramática Halliday (1994), Halliday e Matthiessen (2004, 2014) propõem diferentes princípios que organizam a coerência teórica da arquitetura da linguagem.

## 2.2 A arquitetura da linguagem<sup>5</sup>

As considerações iniciais do capítulo indicam que na Gramática Sistêmico-Funcional, há uma concepção de linguagem compreensiva de aspectos que envolvem a estruturação dos

---

<sup>5</sup> Halliday (2009) abre uma ressalva para o caráter estático da metáfora “arquitetura”, segundo o autor uma comparação mais plausível para se pensar um modelo sobre a linguagem seria “um fluxo de tráfego guiado pelo planejamento ou urbano um complexo urbano, composto por vias abertas, umas mais favorecidas que outras, e os princípios guias (relativos à precedente, motivo, poder, velocidade e assim por diante) têm se envolvido ao longo do tempo com outras características como densidade demográfica, avanços na tecnologia etc.” (HALLIDAY, 2009 p. 61).

elementos do sistema linguístico selecionada e combinada pelos falantes nos seus respectivos contextos. Em outras palavras, trata-se de uma concepção que lida com a linguagem desde os estratos de produção de significado mais abstratos até os estratos linguísticos mais concretos nos níveis, em uma conjuntura na qual a linguagem pode ser observada de diferentes maneiras.

Isto é, o quadro sistêmico-funcional explica o funcionamento da linguagem em relação ao contexto social, ao sistema de recursos linguísticos, à estrutura de combinação dos elementos linguísticos, de modo o trato da linguagem fica condicionado a relação que se instaura entre os diferentes elementos do quadro conceitual. Fato que implica considerar a linguagem sobre diferentes aspectos: na qualidade de sua função semântica ou como unidade semântica, na organização léxico-gramatical ou como unidade léxico-gramatical, como potencial de criação de significado e assim por diante.

Uma vez que linguagem pode se tornar aparente sob diferentes aspectos, Halliday e Matthiessen (2014) estabelecem uma proposta que busca mapear a posição dos aspectos constituintes da linguagem e esclarecer seu quadro de relações – bem como no intuito de elaborar um modelo aplicável a uma grande variedade de contextos (HALLIDAY, 2009). Ao estabelecerem tal mapeamento, os autores propõem cinco dimensões: estrutura, sistema, instanciação, estratificação e metafunção (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 20).

Para a realização de significados é necessária a combinação de elementos significativos. Para tanto, há a dimensão da estrutura da linguagem que é de ordem sintagmática e equivale aos processos de combinação entre os elementos linguísticos (HALLIDAY, 2009; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Segundo Halliday e Matthiessen essa combinação opera em uma escala de níveis que permite a articulação de unidades menores em unidades maiores, desse modo, na léxico-gramática os morfemas se combinam formando palavras, cuja combinação resulta na formação de grupos com respectiva articulação que produz orações, complexos oracionais e textos (HALLIDAY, 2009; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Por exemplo, no fragmento 1: “chegamos às ruínas de um governo<sup>6</sup>”, há a combinação de diferentes elementos com funções léxico-gramaticais distintas que juntamente a outras orações formam complexos oracionais. Na oração, a estrutura da combinação resulta de combinações menores como em grupos de palavras (chegamos + às + **ruínas de um governo**), somente palavras (chegamos + às + ruínas + de + um + governo) ou ainda em morfemas (cheg + a + mo + s a + a + s ruína + s + d + e umØ governoØ).

---

<sup>6</sup> Fragmento do discurso feito pelo então senador Fernando Collor de Mello durante a primeira fase de votação de admissibilidade do impedimento da então presidente Dilma Rouseff no dia onze de maio de dois mil e dezesseis. A análise da totalidade desse discurso consta no capítulo 4.

A combinação do exemplo acima é possível a partir de um conjunto de escolhas disponíveis no sistema da linguagem. De acordo com Halliday e Matthiessen (2014) a dimensão sistêmica é de ordem paradigmática e refere-se à linguagem como recurso, isto é, ao potencial de significados da linguagem, no sentido em que ela disponibiliza ao usuário um conjunto de alternativas, escolhas, passíveis de combinação junto a outros elementos. Nesse sentido, como mencionado por Halliday e Matthiessen (1997, p. 3) “a gramática é um recurso para a criação de significados em forma de fraseados”, proporcionando assim, alternativas que cumpram adequadamente funções nos contextos.

Nota-se no caso do fragmento 1 que a estrutura realiza uma alternativa de combinação dentre outras possíveis. Assim, por exemplo o processo verbal “chegar” na referida oração é agenciado pela primeira pessoa do plural, o que representa uma escolha dentre as demais pessoas que poderiam ser combinadas ao processo.

Consoante, há uma relação entre o conjunto de alternativas disponíveis e o que efetivamente se concretiza no evento textual; sobre essa relação opera o princípio da instanciação. Mas antes de abordar esse princípio, é necessário abrir um pequeno parêntesis para uma distinção.

O fragmento 1 pode ser tomado como oração ou como texto; como oração corresponde a uma entidade léxico-gramatical e como texto a uma entidade semântica (WEBSTER, 2009); nesse sentido, nota-se que o texto enquanto entidade semântica não é simplesmente composto por orações, mas uma entidade que se realiza em orações (FUZER; CABRAL, 2010). Por esse motivo, pode-se entender que o fragmento 1 é um texto e se realiza em apenas uma oração. Como oração, o fragmento realiza na léxico-gramática os sistemas linguísticos, como texto, o fragmento se torna uma amostra, uma instância do potencial de significados disponíveis nos sistemas. Fecha-se o parêntesis.

A dimensão e princípio da instanciação se dá na relação que o potencial de significados mantém com uma instância específica, nesse caso, pode-se explicar a relação que o texto mantém com o sistema. Nas palavras de Halliday e Matthiessen (2014 p. 23) “um texto é produto da contínua seleção em uma imensa rede de sistemas”, de forma que o sistema da linguagem é instanciado na forma de texto. Independentemente de seu valor ou extensão, um texto traz, subjacente, o sistema e essa relação determina essencialmente a sua existência (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Conforme explica Hasan (2009) sistema e instância não são objetos distintos, são apenas concebidos com diferentes graus de profundidade, de modo que, enquanto a instância se mantém no plano concreto, podendo ser mais imediatamente observada, o sistema é

formulado em decorrência de uma estrapolação teórica que permita saída da experimentação imediata, viabilizando a projeção das diferentes possibilidades de instanciações (HASAN 2009; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A estrutura e o sistema materializam-se no âmbito da léxico-gramática, sendo na interação entre essas relações sintagmáticas e paradigmáticas que os significados se constroem e se instanciam no texto (HALLIDAY, 2009).

Os significados gerados tanto pela instanciação dos sistemas quanto pela combinação da estrutura estão relacionados aos contextos em que a linguagem atua. Tanto o texto no âmbito semântico, quanto a oração no âmbito léxico-gramatical têm seus valores ativados em relação às interações que se desenvolvem em contextos compartilhados pelos sujeitos (HASAN 2009; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Nesse sentido, percebe-se que a linguagem, no âmbito da Gramática Sistêmico-Funcional, é constituída por diferentes níveis para além do gramatical, levando-se em conta também os níveis semântico e contextual.

Destarte, da compreensão da linguagem organizada em diferentes estratos emerge a dimensão da estratificação da linguagem. Nessa dimensão, reside o pressuposto de que a linguagem é um sistema semiótico que opera entre as seleções e determinações de fatores linguísticos e extralinguísticos gerando uma relação de interdependência entre o ambiente, os significados, e sua realização, conforme mencionam Fuzer e Cabral (2010, p. 14) “o contexto em que o texto se desenvolve está encapsulado no texto através de uma relação sistemática entre o meio social e a organização funcional da linguagem.

Na organização estratificada da linguagem, a realização se refere ao princípio de que os níveis mais abstratos se realizam nos níveis mais concretos em um percurso que vai do estrato contextual, passando pelo estrato semântico das metafunções, da léxico-gramática ao estrato da expressão fonológica e fonética (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

A utilização do termo do termo “realização” não é aleatória, ela difere a denotação do termo da causalidade denotada por terminologias alternativas como “expressão”. Enquanto a relação entre os sistemas materiais opera em lógicas de causalidade, os sistemas semióticos são governados pela realização (HALLIDAY, 2009), de modo que, entende-se que a relação entre os extratos na geração de significado e materialização léxico-gramatical não ocorre de forma determinista, mas de construção de realidade não absolutamente equivalentes

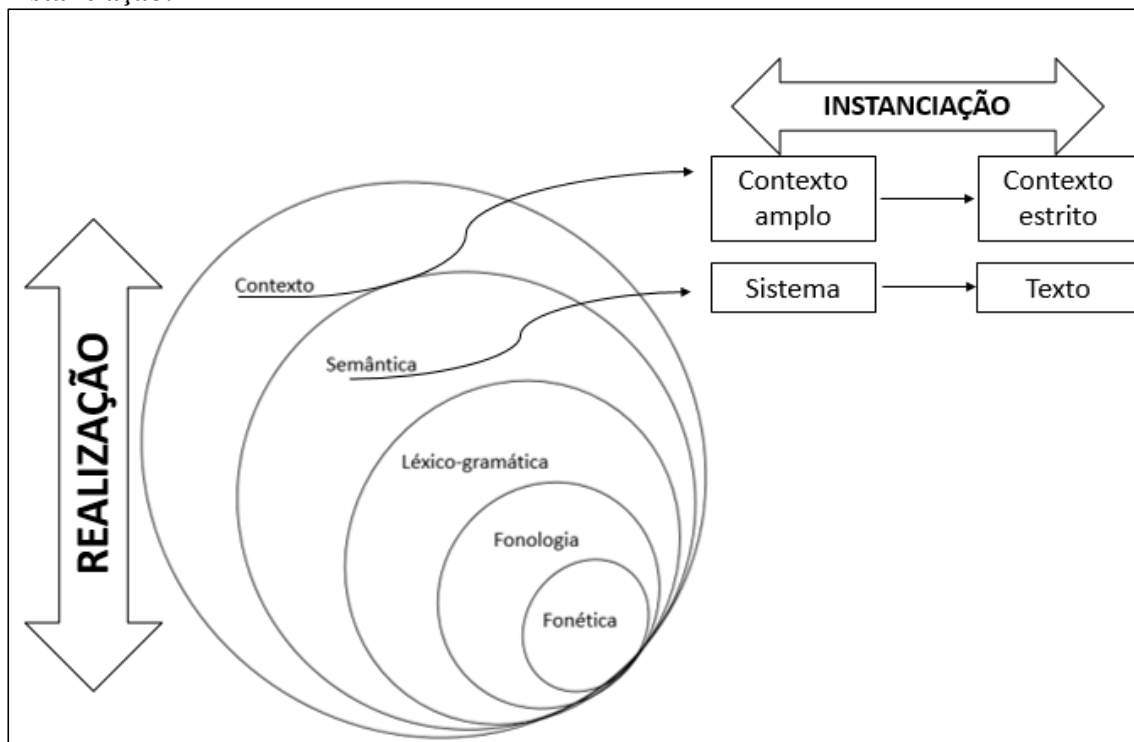
Na configuração de estratos da linguagem, a Gramática Sistêmico-Funcional reconhece o estrato contextual como extralinguístico e outros quatro estratos, dos quais, o estrato semântico e léxico-gramatical se estabelecem no plano do conteúdo, ainda, os estratos fonológico e fonético se estabelecem no plano da expressão. Como explica Hasan (2009), na



hierarquia da estratificação da linguagem, a relação de realização que se dá entre o estrato contextual, semântico e léxico-gramatical não é a mesma que se dá nos estratos inferiores; conforme a autora, nesses estratos a realização ocorre em uma relação dialética à medida que as escolhas contextuais ativam as escolhas semânticas e léxico-gramaticais, e, reciprocamente, as escolhas léxico-gramaticais constroem as escolhas semânticas e contextuais. Já “essa ativação e construção dialética não se estende aos estratos abaixo da léxico-gramática”, Hasan explica que é possível admitir que a léxico-gramática ative as escolhas fonológicas, mas não se pode dizer que elas constroem as escolhas léxico-gramaticais (HASAN, 2009, p. 170).

A Figura 1, logo abaixo, busca organizar visualmente uma síntese da dimensão de estratificação, operando sob princípio de realização, concomitante à relação que se dá entre sistema e instância sob dimensão e princípio de instanciação.

**Figura 1: Hierarquia dos diferentes estratos da linguagem e princípios de realização e instanciação:**



Fonte: elaboração do autor com base em Hasan (2009) e de Halliday e Matthiessen (2014)

Na Figura 1, é possível notar que a dimensão semântica medeia a relação entre o estrato extralinguístico e os estratos linguístico-formais, nessa instância se localizam as metafunções da linguagem. Segundo Halliday e Matthiessen (2014) a experiência humana que ocorre nos contextos de interações pode ser devidamente representada, negociada e organizada em termos de significado pela existência da dimensão das metafunções.

Nesse escopo, justifica-se a escolha do termo metafunção ao invés de função; segundo Halliday e Matthiessen (2014), o termo busca sugerir que dentro da teoria sistêmica a linguagem é intrinsecamente funcional, nas palavras dos autores “toda arquitetura da linguagem é organizada em traços funcionais. A linguagem é como é por causa das funções nas quais ela tem se desenvolvido nas espécies humanas. O termo “metafunção” foi adotado para sugerir que a função era um componente integral dentro de toda teoria”; a utilização do termo metafunção repudia a denotação indicada pelo termo função em que a linguagem apenas serviria como meio de uso para algo e não contribuiria também em termos de análise da linguagem em si (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 31).

A concepção de metafunção será abordada novamente na próxima seção e tornar-se-á mais clara na compreensão total dos diferentes estratos da linguagem, que serão objeto apresentado a seguir.

### 2.3 Os diferentes estratos da linguagem

A essa altura percebe-se que as análises textuais realizadas no âmbito da Gramática Sistêmico-Funcional não são restritas ao aspecto léxico-gramatical, ao invés disso, como menciona Meurer (2004a, p. 134), “cada significado deve ser relacionado simultaneamente a rotinas sociais e a formas linguísticas”.

Para além do procedimento analítico, essa postura está relacionada à forma de dimensionar a linguagem em diferentes estratos. Nesta seção, serão apresentados os diferentes estratos da linguagem, do contexto de cultura à léxico-gramática para que se esclareça o papel de cada um, bem como a dimensão da estratificação em geral.

O estrato contextual, que se realiza no estrato do conteúdo, divide-se em dois tipos: no estrato amplo há o contexto de cultura e no estrato restrito há o contexto de situação. Assim como no âmbito linguístico há a relação de instanciação entre sistema e texto, um processo análogo ocorre no estrato extralinguístico entre o contexto de cultura e o de situação; essa instanciação contextual desenvolve um percurso que parte “de todo potencial cultural de uma comunidade às instâncias contextuais específicas, envolvendo as interações particulares do sujeito e as trocas de significado em ocasiões particulares” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 32).

Do ponto de vista da instanciação, Hasan (2009, p. 169) observa que o contexto de cultura não é simplesmente um inventário das instâncias situacionais, “ele é uma organização das possíveis características de todas as possíveis situações e suas possíveis permutações, onde “possível” significa socialmente reconhecível – algo que, minucioso, pode interpretar, agir sobre e avaliar” (HASAN, 2009, p. 169).

O contexto de cultura compreende as várias práticas características de diferentes países ou grupos étnicos e práticas institucionalizadas; toda significação que pode ser produzida pelos membros de uma comunidade, isto é, o referido conceito relaciona-se ao ambiente sociocultural mais amplo atravessado pelas ideologias, instituições e convenções sociais (FUZER; CABRAL, 2010), desse modo, na Gramática Sistêmico-Funcional, “o contexto de cultura é interpretado como sistema de nível maior de significados” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 33).

Poucos estudos têm buscado ultrapassar a definição genérica de contexto de cultura e descrever suas categorias e especificidades. Nesse sentido, pode-se destacar a proposta de Meurer (2004a; 2004b), que baseia-se em conceitos práticas sociais, prescrições de papéis e estruturas sociais da teoria da estruturação de Anthony Giddens.

Destarte, leva-se em conta que a condução da vida social está relacionada às atividades que os sujeitos, as instituições ou nações empreendem em ambientes de interação. Essas atividades consistem em práticas sociais que se estabelecem nos domínios específicos da política e da economia e também no amplo escopo da vida cotidiana, operando tanto na previsibilidade de certas lógicas materiais quanto na imprevisibilidade de eventos particulares (MEURER, 2004a).

Meurer (2004a) propõe a noção de “cadeias de prática”<sup>7</sup>, defendendo a ideia de não há prática social isolada, sendo ela conectada com outras práticas do mesmo ou de outro contexto. Essa interdependência se estende à relação que as práticas sociais mantêm com “as prescrições de papéis/identidades sociais e estruturas sociais mais amplas em forma de regras e recursos” (MEURER, 2004a, p. 138-139).

Nas palavras de Meurer (2004a, p. 139), “sem agentividade não pode haver práticas sociais, nem instanciação ou manifestação de estruturas sociais”. E tal agentividade está fortemente condicionada às prescrições de papéis sociais. Isso significa que as práticas e estruturas sociais não se estabelecem indiscriminadamente, alheias às identidades e posições sociais dos sujeitos que agem nos contextos.

Nesse sentido, o agente da prática social possui uma identidade e essa identidade incorpora um potencial de agentividade, um poder-agir que legitima a prática no contexto, um poder-agir que se desenvolve nas regras e recursos estruturadores da sociedade (MEURER, 2004a).

Baseando-se nos postulados de Giddens, Meurer (2004a) observa que a estrutura social pode ser concebida a partir das práticas sociais regulares e institucionalizadas dos sujeitos, para tanto, ao invés de um caráter estático, a noção de estrutura opera na relação de regras e recursos que se produzem e reproduzem socialmente.

---

<sup>7</sup> Essa noção parece se aproximar do conceito de “redes de práticas” proposto por Fairclough (2003); segundo o autor, as práticas sociais se articulam em redes e servem como mediadoras da relação entre a estrutura e a ação social. “Com efeito, as redes de práticas são mantenedoras de uma relativa estabilidade das ações sociais, conforme as estruturas em que estão situadas; bem como essas redes de práticas correspondem a um domínio da ação e interação social que reproduz determinada estrutura, podendo potencialmente transformá-la” (MACHADO, 2014, p.320).

A noção de regra se refere ao componente estruturador de regulação dos processos sociais; esse componente possui um aspecto normativo apropriado ou legitimado (elemento normativo) e um aspecto de significação construído em relação à atividade desenvolvida (códigos de significação). A noção de recurso, por sua vez, envolve um poder específico acerca da gestão de bens e serviços; isto é, envolve a disposição de propriedade de recursos materiais (alocação) e de autoridade sobre recursos humanos (autorização) (MEURER, 2004a).

Em síntese, Meurer (2004a) propõe a observação do contexto de cultura como sistema tridimensional, em que a interdependência das práticas sociais, prescrições de papéis e estruturas sociais asseguram o potencial para mudança e permanência da ampla face contextual que se instancia por meio de situações particulares.

Como já mencionado, a ocorrência dessas instâncias ou situações particulares se configuram como fenômenos do contexto de situação; sendo, o contexto de situação a instância mais imediata, concreta e experienciável da cultura de uma comunidade (HASAN, 2009). Pode-se exemplificar essa relação a partir do fragmento 1. No texto, o grupo nominal “ruínas de um governo”, citado na ocasião de votação da admissibilidade do impedimento da então presidente Dilma Rouseff em 2016, faz alusão a uma obra de Rui Barbosa de 1931, citada também na introdução à denúncia contra o então presidente Fernando Collor de Mello em 1992. A referência “ruínas de um governo” aparece em diferentes situações específicas da história brasileira instanciando um sentido maior de crise política. Desse modo, no âmbito da cultura política brasileira, encarada como um grande eixo paradigmático que se desenvolve historicamente, a alternativa de crise política é instanciada em diferentes momentos, em combinações situacionais específicas.

Diferentemente do estrato do contexto de cultura, o contexto de situação possui categorias de análise amplamente reconhecidas. Com efeito, na Gramática Sistêmico-Funcional, a abordagem investigativa do contexto de situação em que os textos ocorrem se dá na exploração de três variáveis; como menciona Halliday (2003, p. 25) “a estrutura semiótica de um tipo de situação pode ser representado como um complexo de três dimensões: a contínua atividade social, as relações de papéis envolvidas e o canal simbólico ou retórico”; essas dimensões correspondem respectivamente as variáveis do contexto de situação: campo, relações e modo.

Como diz Halliday (2003, p. 24) “a situação é o ambiente que traz o texto à vida”. O texto se enquadra em ações sociais, das quais se depreendem tópicos ou assuntos característicos (HALLIDAY, 2003). Desse modo, a variável campo se refere ao que acontece na situação de

interação, tanto relativo à natureza de sua atividade sociossemiótica, “quanto ao domínio da experiência a que essa atividade refere-se” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014 p. 33).

A situação de contexto não se define apenas pela natureza da experiência que se desenvolve, mas também pelo vínculo entre os participantes da situação na troca de significados sobre essa experiência. Assim, no que se refere a relações, interessa os envolvidos que ocupam lugar na situação, no que tange à determinação dos papéis e dos valores instituídos na interação, isto é, quem participa sob qual condição de participação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Por fim, o campo e as relações estabelecem-se, pois a linguagem mantém-se materialmente no contexto imediato. Para tanto, a variável modo trata desse papel exercido pela linguagem na situação dada: seja no âmbito da relação da atividade verbal com a atividade social; seja no âmbito da relação com outros sistemas semióticos que se manifestam na situação. Ainda, leva-se em conta o modo retórico, o meio e o canal nos quais a linguagem faz com atividades e interações se desenvolvam na situação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Especificamente, a tríade constituinte do contexto de situação considera na variável campo a atividade, sua razão e finalidade em relação ao domínio da experiência em questão; bem como leva em conta os participantes da situação, participantes do texto e a distância social que se estabelece em relação aos valores e papéis negociados na interação; ainda, considera a forma com que linguagem contribui para a construção da situação em vias orais ou escritas, através de canais gráficos ou fônicos, em dinâmicas presenciais ou virtuais, de modo a observar a maneira com que se dá atuação na situação (FUZER; CABRAL, 2010; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Halliday (2003) observa que “as variáveis campo, relações e modo não são tipos de usos da linguagem, nem componentes da configuração da fala. Elas são uma estrutura conceitual para representar o contexto social como ambiente semiótico no qual as pessoas trocam significados” (HALLIDAY, 2003, p. 25). Esse ambiente semiótico sob forma e correlação das três variáveis do contexto de situação, segundo Halliday e Matthiessen (2014, p.34), determinam os diferentes usos da linguagem e “definem um espaço multidimensional semiótico no qual outros sistemas semióticos e sistemas sociais operam”.

Conforme mencionado na seção anterior, os estratos contextual, semântico e léxico-gramatical se definem, segundo Hasan (2009), em relação dialética à medida que o contexto ativa significados e elementos linguísticos e esses elementos linguísticos constroem significados pertinentes à situação. Nesse sentido, o estrato semântico medeia a relação entre o

estrato contextual e o estrato léxico-gramatical, construindo significados que atendam as demandas humanas a partir dos recursos disponíveis na léxico-gramática.

As demandas contextuais são atendidas pelas metafunções da linguagem, estabelecendo linhas de significados que realizam a construção e a troca de experiências e valores sob um segmento linear de textualidade (HALLIDAY, 2009). Em outras palavras, “metafunções são as manifestações, no sistema linguístico, dos propósitos que estão subjacentes a todos os usos da língua: compreender o meio (ideacional), relacionar-se com os outros (interpessoal) e organizar a informação (textual)” (FUZER; CABRAL, 2010).

Esses propósitos mencionados no parágrafo anterior se relacionam às situações que os indivíduos participam na partilha de contextos. Desse modo, segundo Fuzer e Cabral (2010, p.21) “cada uma das metafunções relaciona-se a uma variável do contexto de situação”. Nesse sentido, a representação do campo da atividade social que se dá no contexto é semanticamente realizada pela metafunção ideacional. A relação entre os participantes e a negociação de valores na interação é construída a partir de significados interpessoais. E, finalmente, a organização das duas linhas de significados mencionadas – tal como a linguagem na variável modo exerce seu papel para que o tópico e a interação da situação se desenvolvam – é realizada por uma terceira linha responsável pela ordenação do fluxo de informações em formas apropriadas de significação.

Voltando ao fragmento um, é possível notar no texto “Chegamos às ruínas de um governo” a atuação das três metafunções à medida que a oração realiza significados ideacionais, uma vez que traz uma imagem relativa à chegada de um coletivo a um estado de degradação política; a oração realiza significados interpessoais pois estabelece um caráter informativo quanto à natureza do objeto negociado na interação, bem como responsabiliza um coletivo em relação aos fatos da oração, bem como os posiciona temporalmente; ainda, a oração realiza significados textuais por possuir uma organização formal e respeitada e concretiza uma estrutura linguística convencionalmente inteligível.

O contexto é realizado pelas metafunções em forma de significados e as metafunções são realizadas pela léxico-gramática em forma de fraseado. Por conseguinte, as três linhas de significado geradas pelas metafunções se realizam na léxico-gramática por meio de sistemas respectivos. Isto é, os textos como instanciações contextuais do sistema, compreende linhas de significado (as metafunções) que permitem realizar as demandas do contexto. Essas linhas de significado “são realizadas por componentes gramaticais, sendo que tais componentes conjugam redes de sistemas de escolhas de caracterização semântica” (GOUVEIA, 2009, p.30).

Assim, o estrato léxico-gramatical é composto pelo sistema de transitividade, sistema de modo e modalidade e sistema de tema e rema. Esses sistemas correspondem respectivamente às metafunções ideacional, interpessoal e textual (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Uma vez que a léxico-gramática realiza a tríade de significados das metafunções em sistemas léxico-gramaticais respectivos e a oração é um unidade léxico-gramatical, isso implica a adoção de uma perspectiva trinocular proposta por Halliday acerca do estudo da oração.

A especificidade dessa perspectiva se torna mais notável em comparação à Gramática Normativa. Tomando o fragmento 1 sob a ótica da Gramática Normativa da língua portuguesa, tem-se “Chegamos às ruínas de um governo” respectivamente correspondentes a sujeito desinencial (mos = desinência verbal indicando a primeira pessoa do plural) – verbo – objeto indireto. Enquanto isso, a análise dessa oração na Gramática Sistemico-Funcional considera a realização de três sistemas distintos, como é possível observar no quadro um:

#### Quadro 1: Análise trinocular da oração do fragmento um

Transitividade	Ator	Processo Material	Meta
<b>MODO</b>	<b>Sujeito</b>	<b>Finito [Presente do indicativo]</b>	<b>Resíduo</b>
<b>Temático</b>	<b>Tema</b>	<b>Rema</b>	
	[Nós]	Chegamos	às ruínas de um governo

Fonte: elaboração própria

Com base em Halliday e Matthiessen (2014), pode-se dizer que realizando o sistema de Transitividade, a oração é considerada como representação à medida que traz em si a imagem de um processo de experiência que se desenvolve. Realizando, o sistema de MODO<sup>8</sup>, a oração é vista como troca, uma vez que responsabiliza um sujeito pelo objeto negociado na oração, bem como localiza esse sujeito temporalmente. Finalmente, realizando o sistema Temático, a oração é vista como mensagem, pois organiza a disposição do fluxo de informações, elegendo um elemento, o tema, para ser o ponto de partida ou a âncora da informação produzida.

Na próxima seção, serão apresentados os sistemas realizados pelas orações no estrato da léxico-gramática; nesse sentido, mantém-se a perspectiva trinocular sobre estudo da oração, tratando respectivamente da oração como representação, oração como troca e oração como mensagem.

<sup>8</sup> Convencionalmente, usa-se a palavra modo relacionada a três acepções na metafunção interpessoal; a primeira, escrita com todas as letras em maiúsculo, MODO, relaciona-se ao sistema geral que realiza a metafunção interpessoal; a segunda, acompanhada do adjetivo oracional, modo oracional, refere-se particularmente ao modo declarativo, interrogativo ou afirmativo das orações; a terceira, com apenas a letra inicial Maiúscula, Modo, corresponde à instância estruturada em Sujeito e Finito.



## 2.4 Sistemas léxico-gramaticais

Nessa seção, é contemplado o estrato léxico-gramatical da linguagem, para tanto, apresenta-se os três sistemas léxico-gramaticais: Transitividade, MODO e Tema/Rema (Temático) os quais realizam respectivamente os significados ideacionais, interpessoais e textuais.

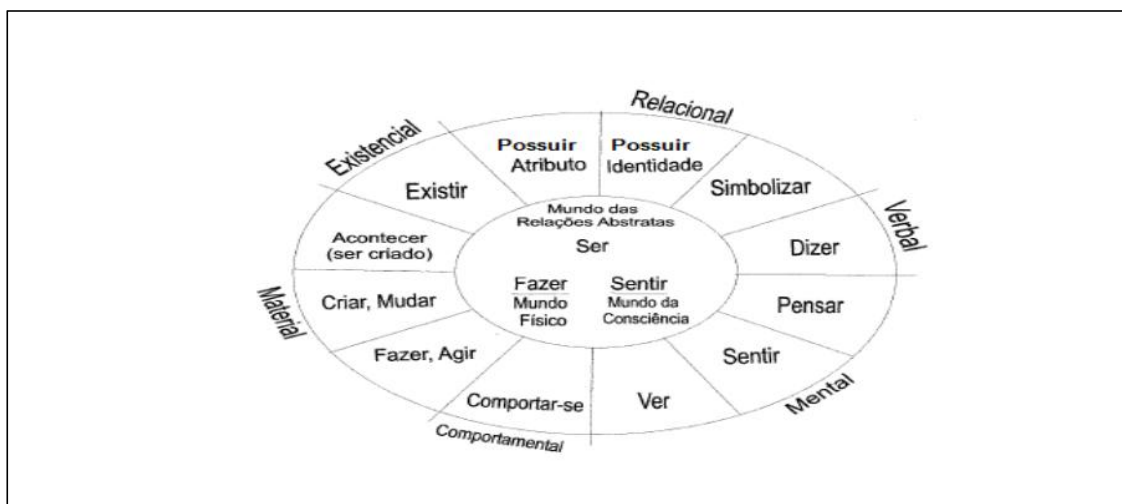
### 2.4.1 Sistema de Transitividade

O sistema de Transitividade realiza os significados da metafunção ideacional experiencial da linguagem, no âmbito desse sistema as orações realizam as representações dos diferentes domínios das experiências humanas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Segundo Halliday e Matthiessen (2014), a representação dessas experiências pressupõe um acontecimento, isto é, um evento que se desenvolve; um participante, que é um componente envolvido de alguma forma na experiência ocorrida no acontecimento; e uma configuração de ocasião, onde o acontecimento se efetiva. Esses elementos se realizam respectivamente por Processos verbais, elementos centrais na oração; pelos Participantes, componentes adjacentes aos Processos; e pelas circunstâncias, elementos mais variáveis responsáveis pela caracterização do processo da oração. Os processos, Participantes e Circunstâncias são, respectivamente, realizados por elementos verbais, nominais e adverbiais.

A existência da oração dentro da ótica da Transitividade está vinculada à representação de um domínio da experiência humana, seja do mundo físico, abstrato ou da consciência. Para tanto, há seis diferentes tipos de orações com participantes respectivos que correspondem à representação dos domínios da experiência: material, mental, relacional, verbal, comportamental e existencial (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). A relação de domínios da experiência é apresentada na Figura 2 abaixo.

**Figura 2: Representação dos seis domínios da experiência humana**



Fonte: adaptado de Halliday e Matthiessen (2014).

Segundo Halliday e Matthiessen (2014), as orações materiais realizam as representações das experiências que se desenvolvem nos processos físicos e químicos. Essas orações envolvem significados de criação e transformação, portanto, essas orações podem ser materiais criativas ou materiais transformativos. As orações materiais transformativas são aquelas que o participante traz algo à existência através do processo, enquanto as orações transformativas são aquelas em que o processo modifica algum aspecto do participante.

Nesse sentido, as orações materiais pressupõem um participante que empreende a energia para criação ou transformação, mediante o processo, de um objeto de alguma natureza. O componente léxico-gramatical que realiza a função de empreendedor de energia para efetivação do processo é chamado de Ator (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Há orações materiais em que os efeitos do desdobramento representado no processo se encerram apenas sobre o Ator, os processos materiais dessas orações são chamados de intransitivos; para tanto, há orações materiais em que o desdobramento representado no processo impacta um participante para além do ator, nesse caso, os processos dessas orações são chamados de materiais transitivos, sendo que o participante que sofre o impacto produzido pelo processo é realizado por um elemento léxico-gramatical que cumpre a função de Meta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Halliday e Matthiessen (2014) propõem que o trâmite de atividade representado nas orações materiais não se dá apenas sob a relação Ator – Processo Material – Meta.

Segundo os autores, alguns Processos Materiais estabelecem seu sentido na combinação com um participante chamado Escopo: o Escopo pode estabelecer dois tipos distintos de relações com o Processo Material, portanto, possui duas subdivisões: o Escopo-

processo e o Escopo-entidade. O Escopo-processo tem a função realizada por um elemento nominal que vem em seguida ao Processo Material e lhe determina o sentido; é o caso da composição “fazer uma reunião”, em que o Processo Material “fazer” possui sentido genérico, tendo sua natureza especificada pelo elemento nominal “reunião” que atua como Escopo-processo. O Escopo-entidade por sua vez consiste em uma instância que não é necessariamente afetada pelo processo, mas é essencial para que ele se efetive, por exemplo na combinação “subir as escadas”, as escadas não sofrem uma transformação na representação oracional mencionada, mas sem elas a experiência se torna incompleta. Em síntese, a partir de Halliday e Matthiessen, pode-se dizer que Escopo-processo estabelece a natureza do processo realizado, enquanto o Escopo-entidade a função de um campo para a possibilidade de execução do processo (MACHADO, 2014).

Ainda, os Processo Materiais podem representar o fornecimento de um bem ou serviço a um outro participante, o qual, é chamado de Beneficiário. No caso do Processo Material representar a prestação de um bem, tem-se o Beneficiário-recebedor, se a natureza do que for prestado pelo Processo Material for um serviço, tem-se o Beneficiário-cliente (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Finalmente, nas orações materiais os respectivos processos podem ter seu estado qualitativo definido por um outro participante chamado de Atributo. Por exemplo, na combinação “jogar bem”, o participante “bem” define a qualidade do Processo Material “jogar”, sendo um Atributo em relação à caracterização do desenvolvimento do processo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Enquanto as orações materiais realizam as representações dos processos do mundo objetivo, as representações do mundo subjetivo são realizadas pelas orações mentais. Uma oração mental constrói o âmbito de transformações do fluxo de eventos que ocorrem na consciência (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Conforme apresentam Halliday e Matthiessen (2014), nas orações mentais, há um participante que vivencia o Processo Mental chamado de Experienciador e um participante que se torna objeto do processo, chamado de Fenômeno. Essa disposição nas orações mentais pode ser semanticamente bidirecional de acordo com o Processo Mental, isto é, pode aparecer seja conforme modelo operativo Experienciador – Processo Mental – Fenômeno, por exemplo “A gosta de B”; seja conforme modelo receptivo Fenômeno – Processo Mental – Experienciador, por exemplo “B agrada a A”.

A experiência subjetiva representada nas orações mentais se dá em termos de desejo, pensamento, emoção ou percepção. Nesse sentido, os Processo Mentais podem ser classificados

em desiderativos (querer, planejar, pretender), cognitivos (pensar, raciocinar, conjecturar), emotivos (odiar, amar, gostar) e perceptivos (sentir, olhar, ver) (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Assim como nas dinâmicas da consciência, os indivíduos podem desejar, imaginar, amar ou perceber determinados fatos e atos, as orações mentais podem realizar essas dinâmicas por meio da projeção de outras orações que representem tais fatos e atos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Enquanto as orações materiais constroem na léxico-gramática a experiência do criar e do transformar, bem como as mentais do desejar, do pensar, do perceber e do simpatizar, as orações relacionais constroem a experiência do ser, do estar e do ter, estabelecendo essencialmente a representação de um vínculo entre duas entidades em termos de identificação ou caracterização. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014), as orações relacionais realizam a representações tanto dos eventos do mundo objetivo quanto do mundo subjetivo, isto é, as orações materiais podem construir representações relativas à experiência interior, vinculando uma entidade a um estado psíquico respectivo, bem como relativas à experiência exterior identificando uma entidade em relação a um traço físico.

Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 262) essa configuração de uma entidade somada à outra “abre um potencial para construção de relações abstratas de classe e de identidade em todos os domínios da experiência”. As relações de classe construídas pelas orações relacionais-atributivas e as relações de identificação construídas pelas orações relacionais-identificativas estabelecem dois tipos distintos de vínculos entre entidades; como observa Lima-Lopes (2008, p. 39), “o primeiro tipo expressa significados em que uma classe/característica é atribuída a uma determinada entidade do discurso; ao passo que no segundo tipo, uma entidade tem uma identidade atribuída a ela” (sic).

Em cada um dos dois modos de orações relacionais mencionados (atributivos e identificativos) se desenvolve a possibilidade de realização dos significados relativos ao ser, ter e estar. Nesse sentido, cada modo desenvolve a possibilidade dos seguintes três tipos de relação e respectivas formas típicas de combinação: a) intensiva, na qual a combinação estabelece que “A” é “B”, b) possessiva, na qual a combinação dispõe que “A” possui “B”; e c) circunstancial, na qual a combinação resulta em “A” está em “B”. (LIMA-LOPES, 2008; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Desse modo, a intersecção desses dois sistemas, atributivo e identificativo com intensivo, possessivo e circunstancial, produzem seis categorias de orações relacionais

(HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Em cada uma dessas categorias, há relações específicas estabelecidas entre os participantes.

Assim, nas orações relacionais intensivo-atributivas há um participante Portador de um outro elemento participante chamado de Atributo que o caracteriza, enquanto nas orações relacionais intensivo-identificativas, há um participante Identificado que é definido por outro participante chamado de Identificador (LIMA-LOPES, 2008).

Nas orações relacionais possessivo-atributivas e relacionais possessivo-identificativas se estabelece o vínculo os mesmos participantes, a saber: Possuidor e Possuído. A diferença é que nas orações possessivas do tipo atributivas o objeto ou participante Possuído coloca o Possuidor na classe de entidades detentoras do objeto em questão; enquanto isso, nas orações possessivas do tipo identificativas, o Possuidor é identificado pela relação de pertença que estabelece com o objeto ou participante Possuído (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Por fim, as orações relacionais circunstanciais-atributivas e circunstanciais-identificativas, conforme Lima-Lopes (2008), têm como participantes, respectivamente, Portador – Atributo e Identificador – Identificado, sendo em cada caso, um deles substituído por um elemento circunstancial; o que define a realização de um ou de outro tipo é a determinação da circunstância.

No caso das orações comportamentais, segundo Halliday e Matthiessen (2014), os respectivos processos são os menos distintos do sistema de Transitividade. Os autores (2014) definem que os processos comportamentais são “aqueles que representam manifestações externas de operações internas, o agir externo dos processos da consciência (estar rindo) e de estados fisiológicos (estar dormindo)” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 215).

Aprofundando a tipologia dos processos de orações comportamentais, Halliday e Matthiessen (2014) mencionam que esses processos, por não possuírem fronteiras claramente delimitadas, podem ser identificados próximos às fronteiras das experiências mentais, verbais e materiais. Esses processos podem indicar manifestações da consciência em forma de comportamento, processos verbais como forma de comportamento, processos fisiológicos que manifestam estados de consciência, demais processos fisiológicos, bem como posturas corporais e entretenimentos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p.302).

Halliday e Matthiessen (2014) destacam a presença do participante “Comportante” nas orações em questão. O Comportante é tipicamente um ser consciente (como Experenciador), em um processo com um domínio próximo ao agir. Segundo os autores, as orações comportamentais tipicamente possuem o padrão de Comportante e processo apenas. Para tanto, Halliday e Matthiessen apresentam uma variação na qual outro participante (Comportamento)

integra a oração. São os casos: cantar uma canção ou dar um forte grito, em que o Comportamento é estabelecido, assim como o Escopo-processo no caso das orações materiais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 301).

Essa variação remete a uma característica essencial da Transitividade que é a extensão. Halliday e Matthiessen (2014) não apresentam maiores detalhes sobre outras variações em que o processo estende seu domínio a outro tipo de participante (essa questão o presente estudo abordará na discussão dos resultados). Conforme os autores, há certas circunstâncias que complementam o sentido dos processos comportamentais, bem como, frases preposicionais que estabelecem o direcionamento do processo.

Finalmente, Halliday e Matthiessen (2014) observam que os processos comportamentais são utilizados, em certos casos, na introdução discurso direto, o que leva esse tipo de oração a cumprir uma função similar a das orações verbais que são apresentadas a seguir.

As orações denominadas como verbais cumprem a realização da representação do domínio das experiências comunicativas e semióticas. Essas orações constroem gramaticalmente as experiências do dizer, do significar e do simbolizar (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

As orações verbais, conforme Halliday e Matthiessen (2014), podem ser relativas a experiências de atividade, realizadas por processos verbais como denunciar, decretar, interrogar e requerer; e a experiências de semiose, realizadas por processos verbais como afirmar, sugerir, significar, mencionar.

Os processos das orações verbais podem envolver quatro participantes distintos: aquele produz significado que é denominado Dizente mediante a fala, escrita, imagem; o significado produzido mediante esse processo de produção corresponde participante chamado de Verbiagem; já o participante que assimila os significados resultantes desse processo é chamado de Receptor; por fim, há ainda um participante que não necessariamente recebe o produto do processo verbal, mas é afetado ou atingido por ele, esse participante é denominado Alvo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Segundo Halliday e Matthiessen (2014) os processos verbais podem, em certo sentido, ser similares aos processos comportamentais, compartilhando características de outros processos; dentre essas características está, similar às orações mentais, a possibilidade de projetar orações. Nessa qualidade, as orações verbais podem projetar relatos e citações de forma que através dessa realização aproximam-se textos que não estiveram necessariamente em interação imediata. No caso da citação, o Dizente, em um processo verbal, projeta uma oração

como Verbiagem na forma de discurso direto, já no caso do relato a realização se encaminha pela via do discurso indireto.

O último grupo de orações da transitividade são denominadas existenciais. De acordo com Halliday e Matthiessen (2014) as orações existenciais dizem respeito ao domínio do existir e do acontecer. Essas orações se caracterizam por possuírem um único participante, o Existente, que é aquele que existe em relação ao processo.

Halliday e Matthiessen (2014) classificam essas orações em neutras, circunstanciais e abstratas. Vale destacar a contribuição de Lima (2012, 2013) em relação a esse tipo de processos. Segundo o autor, os processos existenciais referem-se não apenas a representação de entidades como existentes ou não, mas sim como um processo de início, meio e fim. Nesse sentido, os processos existenciais podem se referir a um estar existindo, vir a existir, permanecer existindo e deixar de existir (LIMA, 2012, 2013).

No quadro dois, pode-se verificar, conforme proposto por Fuzer e Cabral (2010), a síntese dos tipos de processo, seus significados, exemplos e participantes.

**Quadro 2: Relação de processos, respectivos significados, exemplos e participantes**

<b>Tipos de Processo</b>	<b>Significado</b>	<b>Exemplos</b>	<b>Participantes</b>
<b>Material</b> Transformativo Criativo	Fazer Acontecer	Praticar, construir, exercer, pagar, ocorrer	Ator Meta Escopo Beneficiário Atributo
<b>Mental</b> Perceptivo Cognitivo Emotivo Desiderativo	Perceber Pensar Sentir Desejar	Perceber, ver, ouvir Lembrar, pensar saber Gostar, odiar, amar	Experenciador Fenômeno
<b>Relacional</b> Intensivo Possessivo Circunstancial	Caracterizar Identificar	Ser (cruel) Ser (o vencedor) Ter (dinheiro) Estar (no programa)	Portador Atributo Identificador Identificado
<b>Comportamental</b>	Comportar-se	Chorar, sorrir, dormir, pular, golpear	Comportante Comportamento
<b>Verbal</b>	Dizer	Dizer perguntar, responder, contar, relatar explicar	Dizente Verbiagem Receptor Alvo
<b>Existencial</b>	Existir	Haver, existir	Existente

Fonte: adaptado de Fuzer e Cabral (2010)

## 2.4.2 Sistema de MODO

A linguagem se realiza também em elementos que viabilizam a interação. Esses elementos pertencem ao sistema de Modo, isto é, os componentes da oração que desempenham a metafunção interpessoal (FUZER; CABRAL, 2010).

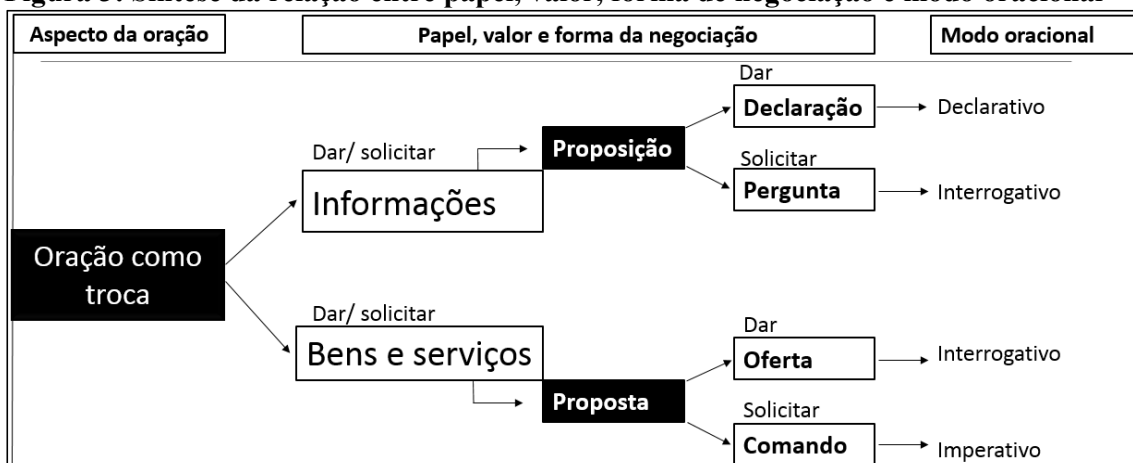
Dessa forma, o sistema de MODO está vinculado à natureza das operações que são geridas no diálogo. Halliday e Matthiessen (2014) explicam a existência de dois papéis de interação que podem cruzar com dois valores. Para tanto, nos papéis da interação, o enunciador pode dar ou solicitar valores que podem estar relacionados à informações ou bens e serviços.

Nesse sentido, a negociação de informações se dá por meio de proposições; declaração quando no papel de dar uma informação, pergunta quando no papel de solicitar uma informação. Já a negociação de bens e serviços se dá por meio de propostas; oferta, quando no papel de dar um bem/serviço, comando, quando no papel de solicitar um bem/serviço.

A execução desses papéis e trocas de valores são cumpridas por três modos oracionais, a saber: declarativos, interrogativos e imperativos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Conforme Fuzer e Cabral (2010), as orações declarativas podem ser do tipo exclamativas ou não-exclamativas; já as interrogativas podem requerer uma posição de aceitação ou rejeição do interlocutor, bem como essas orações podem solicitar uma informação específica; por fim, as orações imperativas são aquelas em que o processo verbal imprime uma relação de ordem sobre o interlocutor.

As orações de Modo declarativo realizam as declarações. As orações de Modo interrogativo podem realizar tanto perguntas quanto ofertas. As orações no Modo imperativo, por sua vez, realizam os comandos. A síntese da relação entre os papéis desempenhados na interação, os respectivos valores que podem ser negociados, sua forma de manifestação, bem como, o modo oracional é apresentada na Figura 3.



**Figura 3: Síntese da relação entre papel, valor, forma de negociação e modo oracional**

Fonte: Elaboração com base em Halliday e Matthiessen (2014)

Observando a oração como troca em sua composição linguística, é possível notar a presença de dois elementos fundamentais conforme Halliday e Matthiessen: Modo e Resíduo. O resíduo pode ser composto por um predicador, adjunto ou complemento. Sendo que o primeiro tem por função delimitar o tempo secundário do processo e os segundo e terceiro têm função de complementar o sentido da oração (FUZER; CABRAL, 2010).

O Modo, por sua vez, é composto por dois elementos: o Sujeito e o Finito. A título de ilustração, pode-se observar essa disposição aplicada à estrutura do fragmento um, conforme apresentado pelo quadro três:

**Quadro 3: Composição de Modo e Resíduo na oração do fragmento um**

[Nós]	<b>chegamos</b>	<b>às ruínas de um governo</b>
Sujeito	Finito [Presente do indicativo]	Complemento
Modo		Resíduo

Fonte: elaboração própria

Na oração, o Sujeito será a instância que ganha responsabilidade sobre a proposição ou proposta, isto é, responsável pelo funcionamento da oração enquanto evento interativo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014)

Segundo Halliday e Matthiessen (2014) o princípio da responsabilidade é mais facilmente verificável na negociação por meio de ofertas e comandos, nas quais se tende a especificar o endereçamento ao sujeito que assumirá a proposta. No caso da negociação de informações em declarações, o sujeito também é responsabilizado, mas desta vez, pela validade da proposição (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

O Finito estabelece a finitude temporal e modal da oração. Como explicam Halliday e Matthiessen (2014) uma forma de se colocar uma proposição em diálogo é marcá-la no aqui e

no agora do discurso, seja pela referência temporal, seja pela referência de julgamento autoral que se realiza. Tal referência temporal é marcada gramaticalmente pelo tempo primário, enquanto a referência de julgamento autoral é marcada pela modalidade (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

O tempo primário da oração equivale ao passado, presente ou futuro em relação ao momento do discurso (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Esse componente pode ser realizado por um operador verbal, como é o caso do operador *vai*, na expressão: *vai acontecer*; ou pode estar integrado ao processo como em: *acontecerá*. Esse segundo caso é possível verificar no fragmento um, apresentado no quadro três, em que o finito que determina o tempo presente não é propriamente o processo chegar, mas a desinência verbal integrada ao processo.

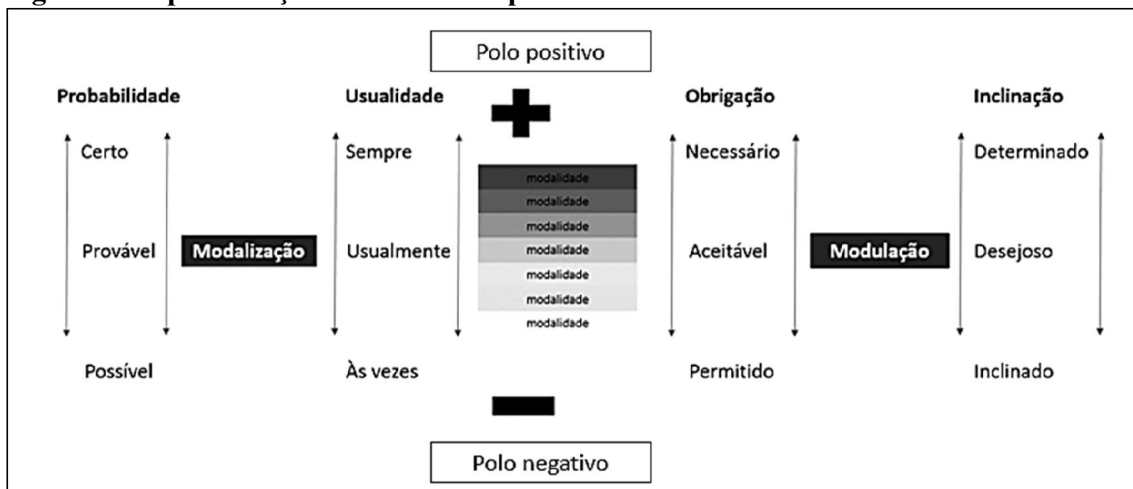
Já a modalidade opera em relação a outro sistema denominado polaridade. O sistema de polaridade refere-se à oscilação entre os polos positivo ou negativo pelos quais as proposições ou propostas podem transitar. No entremeio do referido sistema há o sistema de modalidade, que correspondem a níveis intermediários de julgamento que podem estar mais próximos ou mais distantes de um polo ou de outro.

Para tanto, as modalidades se dividem em dois tipos: modalização, que realiza a troca de informações, em termos de usualidade e obrigatoriedade; e modulação, que realiza a troca de bens e serviços, em termos de obrigação e inclinação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Partindo da proximidade ao polo positivo à proximidade ao polo negativo, a modalização, em termos de probabilidade, pode passar pelo que é certo, provável ou possível; bem como, em termos de usualidade, pode passar pelo que acontece sempre, usualmente ou às vezes. Com o mesmo vetor, a modulação, em termos de obrigação, pode variar entre o que é necessário, aceitável ou permitido, tal como, em termos de inclinação, pode passar pelo que é determinado, desejoso ou inclinado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; FUZER; CABRAL, 2010).

A Figura 4 apresenta a seguir a síntese do sistema de modalidade operando em relação ao sistema de polaridade:

**Figura 4: Representação do sistema de polaridade e modalidade**



Fonte: Elaboração com base em Halliday e Matthiessen (2014) e Fuzer e Cabral (2010).

### 2.4.3 Sistema Temático

De acordo com as proposições de Halliday e Matthiessen (2014), as imagens e os valores dispersos no texto dependem de um sistema que torne suas disposições plausíveis; o sistema Temático garante a organização das escolhas lexicais e a disposição gramatical no fluxo de informações do texto.

Esse processo é constante na léxico-gramática já que à medida que interagem com os ouvintes e falam coisas a eles sobre o mundo, os falantes constantemente organizam a forma que suas mensagens são construídas no sentido de sinalizar como uma parte da mensagem se encaixa com outras partes” (THOMPSON, 2014, p.145).

Esse sistema dispõe dois elementos que para formar a mensagem se combinam na estrutura da oração; um primeiro elemento que é anunciado como tema e que precede um conjunto oracional – e consequentemente informacional – que a ele é adicionado. Ao elemento que é apresentado no início da oração denomina-se Tema e o elemento que o segue chama-se Rema. A estrutura temática consiste de um Tema acompanhado de um Rema, conforme sintetizam Halliday e Matthiessen (2014), sendo o Tema, o elemento escolhido para ganhar proeminência na oração, sendo o Rema, o elemento pelo qual a informação do Tema é desenvolvida, de forma que a oração parte da proeminência à não-proeminência.

O Tema não se define necessariamente pela primeira palavra que compõe a oração, podendo constituir-se por um grupo nominal ou uma frase preposicionada ou oração; Halliday e Matthiessen (2014) definem como orientação geral que o Tema se define no primeiro

elemento com função experiencial-ideacional da oração, isto é, no primeiro elemento que cumprir a função de participante, de processo ou de circunstância na oração.

A posição temática de um elemento está relacionada à tipicidade da disposição dos elementos léxico-gramaticais em função do modo oracional. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), nas orações declarativas o padrão típico de realização faz com que o Tema corresponda ao Sujeito do sistema de Modo. Segundo Thompson (2014) essa disposição nas orações declarativas não é feita dessa forma em ocasião de haver razões específicas para não o fazer. O caso da oração disposta em ordem típica denomina-se Tema Não-marcado e o caso de disposição atípica denomina-se Tema Marcado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; THOMPSON, 2014).

Desse modo, a colocação de um adjunto ou de um complemento em posição temática implica a marcação do Tema. A atipicidade da oração cujo adjunto opera em posição temática é menos perceptível do que a escolha de um complemento para tal posição; para tanto, o argumento que estabelece para definir esse caso – o da colocação do adjunto em posição temática – como Tema Marcado é que é possível encontrar na situação de uso a motivação particular dessa escolha em detrimento da colocação de um sujeito em posição temática (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; THOMPSON, 2014).

Nas orações declarativas em Língua Portuguesa, a desinência verbal de pessoa permite que o nome ou o pronome que ocupa a posição de sujeito fique oculto; como é o caso do fragmento um: “chegamos às ruínas de um governo”, em que há uma elipse do pronome da primeira pessoa do plural, ocorrendo um caso de sujeito desinencial, uma vez que o sujeito é recuperado graças à desinência do processo verbal. Casos como esse geram divergências na determinação Tema da oração como sendo o processo ou o Sujeito elíptico. Ventura e Lima-Lopes (2002) advogam pela escolha do processo como Tema da oração, uma vez que a omissão do Sujeito representa uma escolha do falante. Já Bárbara e Gouveia (2001) apontam que, ainda que implícito, o Sujeito pode ser retomado na coesão do texto sendo a ele que o resto da oração se refere, portanto, por mais que esteja em elipse, o Sujeito cumpre uma função temática<sup>9</sup>.

No caso das orações interrogativas em língua portuguesa que requerem do interlocutor a escolha da polaridade – questão sim/não – o Tema, assim como nas orações declarativas será o primeiro elemento com função ideacional-experiencial; essa situação se difere, por exemplo, desse mesmo tipo de oração na língua inglesa, em que, em função da antecipação do operador

---

<sup>9</sup> Como é possível observar no quadro da página 46, no presente trabalho analisa-se essa questão aceitando a posição de Barbara e Gouveia (2001).

verbal finito, o mesmo ocupa posição temática na oração (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Em orações interrogativas formuladas com os elementos QU: quando, quem, onde, o que, por que, como – isto é, as que requerem o fornecimento uma informação do interlocutor – os elementos QU, que representam em si a informação faltante, aparecerão em posição temática, fazendo a oração interrogativa, uma oração de Tema Não-marcado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; THOMPSON, 2014).

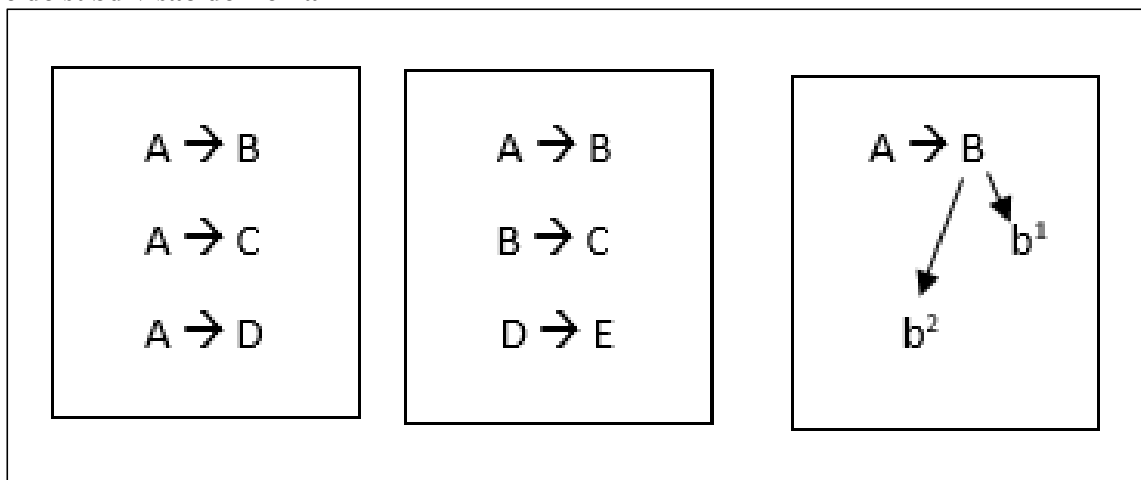
Nas orações imperativas, o processo do respectivo modo que principia a oração equivale ao Tema oracional, sendo esse o padrão típico de uma oração imperativa de Tema Não-marcado. Quando o processo for antecedido para algum elemento pronominal ou circunstancial, haverá o caso de Tema-marcado (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Como já mencionado, a definição do tema na oração ocorre em relação à ocorrência do primeiro elemento ideacional-experencial. As orações que iniciam por esse tipo de elemento são de Tema simples. Para tanto, esse elemento ideacional-experencial pode ser precedido por outros elementos tanto de valor interpessoal quanto de valor textual, nessa configuração a oração possuirá um Tema múltiplo, podendo ser composto por, além do Tema ideacional, por um Tema interpessoal, Tema Textual.

Conforme explicam Fuzer e Cabral (2010) o Tema ideacional será o primeiro elemento oracional que cumpre função no sistema de Transitividade; o Tema Interpessoal poderá ser composto por os elementos *Qu* – que sinalizam a solicitação de resposta – vocativos, adjuntos modais, orações mentais em primeira ou segunda pessoas; o Tema textual, por sua vez, poderá ocorrer pela evocação de conjunções, pronomes relativos, sequencializadores e continuativos (FUZER; CABRAL, 2010).

O encadeamento entre os diferentes Temas nas orações de um texto pode demonstrar a organização e o desenvolvimento de um tópico ao longo de uma sequência textual. A essa organização dá-se o nome de progressão temática. Fuzer e Cabral (2010) destacam três tipos principais de padrão de progressão temática: padrão com Tema constante, padrão linear e padrão de subdivisão de Tema. A figura cinco apresenta logo abaixo, respectivamente, os esquemas correspondentes aos padrões mencionados:

**Figura 5: Representação dos padrões de progressão temática de Tema constante, Linear e de subdivisão de Rema**



Fonte: adaptado de Fuzer e Cabral (2010).

O padrão constante mantém a ocorrência do mesmo Tema ao longo da sequência oracional, como é possível notar no **fragmento 2** extraído do discurso do senador Fernando Collor, em que o autor cita o um trecho do livro do historiador Marco Antônio Villa: “Ele respeitou as solicitações dos parlamentares, encaminhou, através do Banco Central e da Receita Federal, toda a documentação solicitada, cumpriu as determinações legais, não coagiu o Supremo Tribunal Federal e respeitou a Constituição”. O trecho coloca em posição temática o sujeito que refere-se a pessoa política de Fernando Collor. A retomada do mesmo Tema ao longo das cinco orações faz com que a sequência adquira um padrão constante.

O padrão linear ocorre quando o Rema de uma oração torna-se o Tema da oração subsequente, isto é, o desenvolvimento tópico se dá à medida que o Rema de uma oração abre o precedente que será tematizado na oração seguinte. Esse padrão é perceptível no fragmento 3 extraído do discurso do senador Fernando Collor, qual se registra da seguinte maneira: “Por tudo isso, o sistema está em ruínas! E ruínas, Sr. Presidente, demandam reconstrução. Reconstrução requer determinação que, por sua vez, exige conscientização e admissão da verdade”. Nesse fragmento, percebe-se que o componente presente no Rema da oração é tematizado na oração seguinte.

Ademais, no padrão de derivação do Rema, o elemento que constitui o Rema da oração, dá origem a duas ou mais orações ocupando nessas a posição temática. É o que pode ser notado no fragmento 3 do discurso do Senador Fernando Collor: “Não discutimos crimes comuns – isto é pacífico! A estes, a Constituição reserva o juízo ao Supremo Tribunal Federal”. É possível verificar no fragmento que o Rema “crimes comuns” se desdobra como Tema nas duas orações subsequentes.

Esses elementos relativos ao sistema Tema-Rema, juntamente com os demais componentes analíticos da Gramática Sistêmico-Funcional, compõem os instrumentos de análise das representações sociais.

Mas antes de passar propriamente dito à demonstração de uma análise de representações sociais, torna-se necessário discutir as dissonâncias e consonâncias entre as vertentes. Tanto a discussão, quanto a análise, serão tratadas no capítulo a seguir.

### **CAPÍTULO 3 - DIÁLOGO ENTRE AS TEORIAS**

Conceber as representações sociais como fenômenos quase-tangíveis implica reconhecer que a pesquisa acerca do fenômeno se dá com base em uma investigação de evidências; essas evidências podem ser obtidas nas práticas e comportamentos dos sujeitos, em textos de diferentes modalidades e de contextos da atividade humana.

Nesse sentido, há um amplo reconhecimento por parte de autores como Duveen e Lloyd (1990), Spink (1993), Minayo (2008) e Moscovici (2009; 1961/2012) sobre a relação entre linguagem e a manifestação das representações sociais; isso leva, de certa forma, dentro do estudo das representações sociais, segundo Moscovici (2009, p. 220), a uma insistência “no laço profundo entre cognição e comunicação, entre operações mentais e operações linguísticas, entre informação e significação” (MOSCOVICI, 2009, p. 220).

Como mencionado ainda na introdução do presente trabalho, a admissão desse pressuposto (relação entre linguagem e representações sociais) abre possibilidade para um campo de atuação no que tange à contribuição dos estudos linguísticos sobre as evidências relativas às representações sociais que ficam marcadas na materialidade dos signos. Para tanto, essa possibilidade se abre para o inventário de teorias de análise de cunho linguístico: Análise de Conteúdo, Análise do Discurso Francesa, Análise do Discurso Crítica, Semiótica Francesa, Gramática Sistêmico-Funcional. Cada uma dessas perspectivas possui um modelo que concebe de maneira específica o trabalho da linguagem no qual as representações se manifestam. Por exemplo, a Análise de Conteúdo possui pressupostos e procedimentos próprios para a análise de textos em que as representações sociais se manifestam, esses pressupostos e procedimentos revelam aspectos do objeto analisado de maneira distinta do que do que revelariam outras abordagens.

O presente capítulo remete-se ao terceiro objetivo, qual se propõe a observar e discutir a intersecção entre as teorias apresentadas anteriormente, para que se possa vislumbrar a especificidade do tratamento da Gramática Sistêmico-Funcional dado à linguagem, e, por conseguinte, a especificidade do tratamento dado às representações sociais em ocasião de uma abertura de diálogo com a Teoria das Representações Sociais. Não obstante, para supor tal especificidade é necessário localizar os pontos de intersecção entre as vertentes teóricas.

Isto é, não abrir mão da indissociabilidade teórico-metodológica, mais precisamente, não abrir mão de um alicerce teórico que não deixe o procedimento metodológico caracterizar-se como mera arbitrariedade. Nesse cenário, submeter a análise das representações sociais à Gramática Sistêmico-Funcional é lidar com 1) as convenções de possibilidades e restrições



teóricas que uma vertente impõe sobre a outra, bem como lidar com 2) a trama de situações e materiais analisáveis no percurso de investigação.

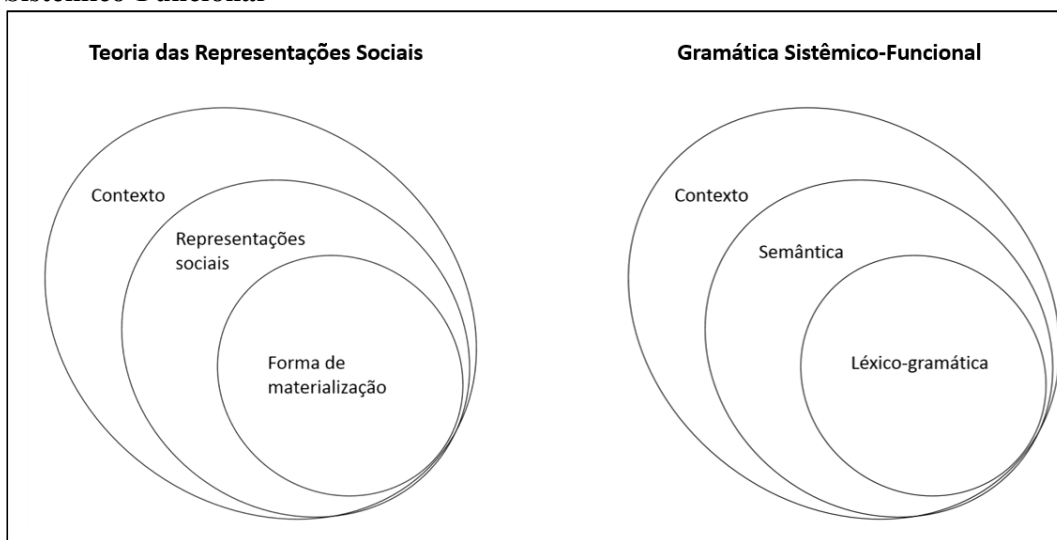
### 3.1 Linguagem, representações sociais e a tríade de significados

Que aspecto teórico/conceitual faz da Gramática Sistêmico-Funcional um aporte metodológico viável para a análise de representações sociais?

O traço comum mais aparente entre o campo de estudos da Teoria das Representações Sociais e o da Gramática Sistêmico-Funcional é a produção de significados em determinados contextos, plausíveis de serem analisados. No âmbito da Teoria das Representações Sociais, os indivíduos e os grupos constroem suas representações sociais pelos significados que atribuem aos objetos – em seus respectivos ambientes de interação – no intuito de torná-los concretos e administráveis ao cotidiano. A perspectiva psicossocial da Teoria das Representações Sociais, no âmbito das teorias do conhecimento, reconhece e situa o fenômeno das representações sociais (conhecimentos práticos e teorias do senso comum) como teia de significados capaz de criar a realidade social (SPINK, 1993, p. 303). Esses significados tornam-se tangíveis quando se materializam nas formas comportamentais, gestuais, visuais e verbais. Já para a perspectiva Sistêmico-Funcional, o escopo da significação (semântica) ocupa o mais alto estrato na linguagem; “servindo como interface entre a os elementos linguísticos e o ambiente fora deles, [...] a semântica transforma as relações experienciais e interpessoais em significado e a léxico-gramática transforma esse significado em palavras” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 42-43).

Há, pois, seja na Teoria das Representações Sociais, seja na Gramática Sistêmico-Funcional uma básica e explícita alusão à existência de contextos que determinam e são construídos por certas visões de mundo ou significações, bem como ao fato de que tais visões de mundo ou significações materializam-se pela disposição dos recursos dos sistemas semióticos materiais e sociais. Em síntese, na Teoria das Representações Sociais e na Gramática Sistêmico-Funcional, há, genericamente, um cenário comum quanto à produção de significados envolvida em determinado contexto e plausível de observação por sua forma de materialização, sendo que, no caso específico da Gramática Sistêmico-Funcional desenvolvida por Halliday e Matthiessen (2014), essa materialização se dá no nível da léxico-gramática. Essa confluência pode ser observada na Figura 6, logo abaixo.

**Figura 6: Confluência teórica entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional**



Fonte: elaboração própria a partir das teorias em tela

Nesse sentido, a operação das representações sociais em relação ao contexto cotidiano e ao seu nível de manifestação pode ser aproximada à dimensão de estratificação da linguagem (HALLIDAY, 1994, HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014); considerando que, em sua materialização na linguagem verbal, as representações sociais podem manifestar-se em textos orais e escritos realizados por um estrato léxico-gramatical.

A essa altura, é necessária uma dissociação em relação à aproximação esboçada na Figura 6; a existência do ponto comum entre as vertentes teóricas não implica exclusividade metodológica por parte de uma teoria ou de outra, quanto à compatibilidade teórica de seus pressupostos básicos. Isso, pois a relação entre contexto, produção de significados e formas de materialização é lugar comum também em outras teorias de análise linguística. Com efeito, observando o papel que cabe à Teoria das Representações Sociais nessa aproximação e dissociação, destaca-se que o caráter, em certo sentido, metodologicamente aberto de seus conceitos faz com que, como explica Cabecinhas (2009), citando Moscovici, o rigor metodológico não sobreponha a preocupação heurística.

Em síntese, a consonância conceitual apresentada na Figura 6 é um lugar comum não somente nas vertentes em tela no presente estudo; um lugar comum, assumidamente genérico e, por ser de tal maneira, que permite um primeiro passo em direção a uma instrumentalização metodológica de maior contato entre as vertentes. Com efeito, a seguir, é realizada uma reflexão sobre cada uma das instâncias que constituem tal ponto de encontro.

Conforme apresentado no capítulo 2, a Gramática Sistêmico-Funcional entende por contexto, as condições materiais, sociais e semióticas que envolvem as situações de interação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Para tanto, Halliday e Matthiessen (2014) distinguem duas instâncias contextuais: uma ampla, referente ao potencial simbólico de uma comunidade e uma restrita, vinculada ao registro, em situações concretas de interação, de um conjunto de significados, dentre os possíveis no sistema cultural.

Já no caso da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1961/2012), no cenário de proposições moscovicianas, não há uma formulação sistemática sobre a instância do contexto, nem poderia haver, pelas circunstâncias e objetivos de Moscovici ao desenvolver a teoria.

Em relação às suas vertentes de desdobramento teórico, em seus pressupostos básicos, a vertente Estruturalista também não esboça grande atenção à sistematização da dimensão contextual. No caso específico da Teoria do Núcleo Central, expoente principal dessa vertente, essa dimensão é tratada de maneira indireta, em termos de resistência e suscetibilidade, de modo que os elementos do núcleo central da representação social são mais resistentes às circunstâncias do contexto imediato, enquanto os componentes periféricos das representações estão mais suscetíveis a ele (SÁ, 1996).

No caso da proposta da vertente Societal, as proposições que se aproximam à dimensão contextual são as relacionadas aos processos nos quais as representações sociais interagem. Nesse sentido, o contexto é contemplado em termos das relações intraindividuais, interpessoais, intergrupais e societais que envolvem as representações. Desse modo, esses seriam níveis de contextos de interação nos quais os indivíduos produzem e trocam suas experiências.

Enfim, pode-se propor uma aproximação entre a dimensão contextual e o âmbito de experiências propostas na vertente Culturalista, isto é, propor uma aproximação entre o contextos e as experiências dos níveis subjetivo, intersubjetivo e transsubjetivo (JODELET, 2007; 2009). De maneira análoga à vertente Societal, essas dimensões propostas na vertente Culturalista visam à construção de sentido das representações sociais, não obstante, tais dimensões remetem, ainda que indiretamente, a contextos de interação em que tais representações sociais são produzidas.

Além da aproximação feita em relação às vertentes observadas no estudo ora apresentado, é possível aproximar as representações sociais, como já dito, à instância semântica da linguagem, uma vez, observando tais representações como significados atribuídos a objetos da realidade.

Com efeito, a leitura do estrato semântico no qual se encontraria as significações produzidas nas representações sociais divide-se em uma ótica de três linhas de significados: ideacionais, interpessoais e textuais, o que leva respectivamente a mecanismos analíticos específicos. Dessa forma, submeter o fenômeno das representações sociais à análise sistêmico-funcional implica conduzir a análise em uma perspectiva trinocular, isto é, compreensiva de três aspectos distintos da significação.

Essa implicação pode sugerir que a submissão do fenômeno das representações sociais aos critérios da ótica sistêmico-funcional é arbitrária. Nesse sentido, a questão emergente refere-se à existência, no entendimento da Teoria das Representações Sociais, de uma abertura conceitual/metodológica que permitisse uma aproximação com a tríade de linhas de significados da Gramática Sistêmico-Funcional.

Para tanto, pode-se voltar à tríade proposta por Moscovici (1961/2012) para análise dos conjuntos de representações sociais, no que tange às noções de informação, campo de representação ou imagem e atitude, conforme apresentado no capítulo 1, página 23 e 24.

Conforme já apresentado, para Moscovici (1961/2012), a informação está relacionada ao repertório de informações que faz com que o sujeito tenha uma visão coerente do objeto; na perspectiva de Halliday e Matthiessen (2014) a metafunção textual ordena o fluxo de informações em formas apropriadas de significação.

Segundo Moscovici (1961/2012), o campo de representação ou imagem é composto por elementos de conteúdo concreto que revelam um aspecto do objeto; para Halliday e Matthiessen (2014) a metafunção ideacional refere-se à construção de significados acerca da experiência humana.

Em Moscovici (1961/2012), a atitude refere-se à orientação global em relação ao objeto; para Halliday e Matthiessen (2014, p.30) “a metafunção interpessoal é assim denominada para sugerir que é tanto interativa quanto pessoal”.

A princípio, a utilização metodológica que Moscovici (1961/2012) faz das noções supracitadas se distingue das da perspectiva sistêmico-funcional em função de procedimentos de coleta e dispositivos analíticos distintos. Para tanto, a compatibilidade conceitual acerca de uma organização informacional, disposição imagética e posicionamento do sujeito sugere que: a) as representações sociais não se reduzem a um dos fatores tomados isoladamente; b) há a possibilidade de uma sondagem sistêmico-funcional sobre as representações sociais pela via das três linhas de significados e respectivos sistemas léxico-gramaticais, quando na análise de amostras textuais de composição oracional.

As representações sociais como significados construídos acerca da realidade no sentido de torná-la tangível só podem ser verificadas, postas à prova e legitimadas em função de sua materialização em componentes concretos, como no comportamento e na linguagem, por exemplo. Isso alude à característica fundamental das representações sociais, enquanto fenômenos quase-tangíveis (MOSCOVICI, 1961/2012).

Para tanto, esse aspecto abre campo para a análise sistêmico-funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), no que se refere a investigações realizadas acerca de representações sociais manifestas em materiais de natureza verbal.

Uma vez entregues as representações sociais expressas em linguagem verbal ao analista, cujo aporte é a Gramática Sistêmico-Funcional, ele irá observar, na materialidade linguística, a disposição léxico-gramatical pela qual tais representações se manifestam.

A matéria léxico-gramatical, enquanto objeto de averiguação, não é interesse e recurso exclusivo à Gramática Sistêmico-Funcional para se chegar à ponderação sobre as relações semânticas. Não obstante, a especificidade da Gramática Sistêmico-Funcional não está na exclusividade do tratamento de um aspecto da matéria concreta da linguagem, e sim no trato sistêmico e funcional que estabelece sobre tal matéria, que permite revelar – não de maneira pior ou melhor que outras técnicas, pois tais méritos não interessam no momento – de maneira distinta de outras vertentes linguísticas os traços característicos do objeto em questão.

O fato é que em síntese, o fenômeno das representações sociais pode ser observado em diferentes estratos, isto é, pode-se observar tal fenômeno e suas relações sob a ótica da estratificação assumida pela Gramática Sistêmico-Funcional

Com efeito, a síntese da aproximação mencionada acima produz uma série de implicações. Uma vez que duas vertentes distintas estejam postas em um mesmo universo, uma consequência lógica de sua aproximação é a tensão entre suas leis internas. Nesse sentido, a aproximação das esferas contextual, de representações e de manifestação concreta com as instâncias contextual, semântica e léxico-gramatical implica submeter o objeto, representações sociais, a pressupostos metodológicos característicos da Gramática Sistêmico-Funcional acerca de princípios de operação e termos próprios de unidade analítica. Tais questões são discutidas na seção seguinte.

### 3.2 Realização, instanciação e unidade de análise

Como mencionado no capítulo 2, para Halliday e Matthiessen (2014), a visão estratificada da linguagem considera a operação de dois princípios sobre a organização dos diferentes estratos, a saber: realização e instanciação (ver Figura 1).

O princípio de realização refere-se, como já mencionado, ao vínculo funcional de manifestação mantido entre contexto, semântica e léxico-gramática. Mais do que a mera causalidade entre as instâncias, o princípio pressupõe mais um processo de reconstrução de uma instância a partir da outra. Isto é, de modo que as relações de contexto não são expressas fielmente por meio da linguagem e da materialidade léxico-gramatical, mas sim construídas com base nas próprias leis semióticas da instância.

Para tanto, observar as representações sociais sob a ótica da estratificação seria pensá-las operando sob as leis de funcionamento do princípio de realização.

Não obstante, vale mencionar que não se pode esperar, por parte da produção autoral da Teoria das Representações Sociais, uma compatibilidade terminológica no que se refere à operação de realização sobre a relação entre as representações sociais e suas formas de manifestação.

Isso significa que, mesmo reconhecendo a similaridade entre a disposição das representações sociais, enquanto significados que elaboram visões de mundo relacionadas a um contexto e a um nível de manifestação com os estratos contextual, semântico e léxico-gramatical, torna-se necessário ponderar algumas convenções terminológico-conceituais acerca do princípio de funcionamento da relação entre os estratos discutidos anteriormente, dentro da perspectiva da Teoria das Representações Sociais e dentro da ótica da Gramática Sistêmico-Funcional.

Por exemplo, a respeito da relação entre as representações sociais e a materialidade linguística, Duveen e Lloyd afirmam que os sistemas semióticos “como meios de comunicação para os grupos sociais [têm] suas operações [...] dependentes intersubjetivamente das representações compartilhadas por membros de um grupo. Nesse sentido, os sistemas semióticos podem ser vistos como expressões de representações sociais” (DUVEEN; LLOYD, 1990, p. 27). Em uma leitura sistêmico-funcional, as alternativas do sistema linguístico combinadas em instâncias contextuais realizam as representações sociais, tendo em vista que a relação entre os estratos contextual, semântico e léxico-gramatical são governados pelo princípio de realização e não de causalidade.

Admitir o princípio de realização na relação entre contexto, produção de significados gerados pelas representações sociais e sua respectiva materialização verbal é admitir um vínculo funcional entre essas três instâncias.

Por sua vez, o princípio de instanciação, conforme anunciado no Capítulo 2, opera com base na relação entre o potencial de significados (sistema) e a ocorrência semântica específica (instância) (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014); a instância configura-se, portanto, como uma amostra de um amplo número de possibilidades semânticas.

À medida que as representações sociais são submetidas a esse princípio, pode-se supor-lhes uma dimensão sistêmica que compreenda o potencial de significados do imaginário comum e uma dimensão iminente que compreenda as representações sociais acerca de objetos interessantes à situação específica em questão.

À medida que as representações sociais são submetidas a esse princípio, pode-se supor-lhes dois sentidos: um amplo e outro restrito. No sentido amplo, elas seriam entendidas como um sistema geral de conhecimentos cotidianos, isto é, o potencial de ideias de senso comum. No sentido restrito, as representações sociais seriam especificamente aquelas convenientes em um recorte semântico de uma situação particular.

Esse princípio em si, a instanciação, é essencial para a viabilidade de qualquer pesquisa em Representações sociais. Basta observar: as investigações científicas abordam não mais que uma instância de representações sociais circunscritas em uma situação específica. Pode-se visualizar o referido princípio, a título de exemplo, nos estudos de Garcia (1997), Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) e Porto (2007).

Garcia (1997) aborda as representações sociais de alimentação e saúde em funcionários públicos da cidade de São Paulo e obtém tais representações mediante entrevistas com os participantes. Já Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) observam as representações sociais do envelhecimento em sujeitos de faixa etária variável entre 52 e 92 anos. Porto (2007), por sua vez, analisa as representações sociais de tuberculose na transição do século XIX para o século XX, a partir de textos literários e não literários.

Os três estudos, ainda que com objetos, métodos e materiais distintos, estabelecem, dentro do universo – amplo e plástico – das representações sociais que compõem o senso comum, um recorte, isto é, uma instância específica em que determinadas representações sociais ocorrem.

Assim, seja em termos da amostra delimitada: os funcionários públicos paulistas em Garcia (1997), os sujeitos da terceira idade em Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) os textos literários e não literários de Porto (2007); seja em termos do objeto próprio das

representações sociais em questão: a alimentação e a saúde, o envelhecimento e a tuberculose respectivamente; seja em termos da maneira com que essas representações foram obtidas: entrevistas para Garcia (1997) e Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) e seleção de textos literários e não literários para Porto (2007), esses estudos estabelecem um recorte dentro do que seria, sob a ótica do princípio da instanciação, um sistema de representações e práticas sociais, constituintes do cotidiano, do imaginário e do senso comum. Isso porque cada um dos casos investiga uma amostra da totalidade de representações sociais que formam seu respectivo sistema cultural.

De modo geral, em termos metodológicos, os estudos sobre representações sociais demonstram consciência desse aspecto, bem como, nem tendem a pretendê-lo de forma distinta. De maneira que, a consciência de que o aspecto estudado é uma instância dentro de um campo de fenômenos fica expressa na utilização de termos como análise prototípica (WACHELKE; WOLTER, 2011), sujeitos genéricos (SPINK, 1995) e amostragem probabilística (REIS; OLIVEIRA; GOMES, 2009).

Apesar da aparente obviedade da constatação de que as pesquisas sobre representações sociais não contemplam a totalidade de um sistema de valores e práticas sociais por meio de um único estudo, a contribuição relativa a essa identificação está em compreender de maneira mais sistemática como tal amostra ou instância se constitui.

Nesse sentido, voltando aos estudos de Garcia (1997), Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999) e Porto (2007), vale notar que, sob ponto de vista sistêmico-funcional, a escolha dos sujeitos, suas relações com o objeto de representação social e a maneira com que tal representações sociais foram coletadas não são, nesses três estudos, um fator aleatório quanto à instância específica escolhida pelos pesquisadores para investigação. Uma vez que a escolha dos sujeitos, suas relações com o objeto de representação social e a maneira com que tal representações sociais foram coletadas correspondem respectivamente a traços das relações, campo e modo, isto é, a variáveis do contexto de situação.

Assim, o princípio de instanciação fornece um instrumento não só para compreender a amostra levantada em estudos de representações sociais como uma instância específica, mas também para compreender tal instância como uma situação concreta, que possui traços que se amoldam em três variáveis características: campo, relações e modo.

Para tanto, admitindo que a investigação acerca das representações sociais aborde uma instância de ampla configuração ou sistema de representações sociais, qual seria, sob a perspectiva sistêmico-funcional e sobre a matéria verbal, para tal investigação, sua unidade de análise?



Enquanto fenômeno manifesto na linguagem verbal, as representações aparecem em textos produzidos por sujeitos, em determinados contextos, o que se deve à própria natureza social do fenômeno (MOREIRA *et al*, 2015); como os significados produzidos pelos sujeitos interessam fortemente às pesquisas sobre representações sociais, o texto, enquanto entidade semântica, é na maioria das vezes a unidade principal que viabiliza a análise de do fenômeno. É o que se pode perceber nas pesquisas de Lahlou (1996), Teixeira e Algeri (2011), Teixeira *et al*. (2013), Teixeira, Machado e Menegazzo (2014), Stenzel, Saha e Guareschi (2006) e Guareschi (2010) mencionadas no Capítulo 1 desta dissertação.

Seja em pesquisas experimentais que envolvam a linguagem verbal coletada com instrumento de associação livre como nos estudos de Lahlou (1996), Teixeira e Algeri (2011), Teixeira *et al*. (2013), Teixeira, Machado e Menegazzo (2014), seja em pesquisas que estabeleçam um recorte de material verbal nas práticas típicas do cotidiano como em Guareschi (2010), o texto é, em grande parte, o principal objeto que viabiliza a análise das representações sociais. O que muda na condução de uma pesquisa para outra é a indução sobre o objeto da representação social, que no caso das pesquisas experimentais de associação livre, por exemplo, se dá pela utilização de um termo indutor que delimita o campo semântico do texto produzido pelo participante da pesquisa; enquanto nas pesquisas de recorte de amostras verbais coletadas em textos que operam no cotidiano, a indução se dá na etapa de organização da análise, à medida que o analista delimita o objeto a ser priorizado na discussão dos dados.

A diferença de procedimento implica diretamente as condições da situação de geração dos dados; nos estudos de de Lahlou (1996), Teixeira e Algeri (2011), Teixeira *et al*. (2013), Teixeira, Machado e Menegazzo (2014), os textos instanciam os significados em situações das quais o pesquisador participa mais ativamente e imediatamente próximo do participante na produção desses textos. Na pesquisa de Guareschi (2010), o contexto de situação em que o texto objeto da análise é gerado está, em comparação às pesquisas mencionadas no início do parágrafo, alheio à participação do pesquisador durante a produção dos textos.

No caso das pesquisas de associação livre, sua realização semântica é apenas de natureza lexical. Enquanto nas pesquisas de recorte de amostras verbais do cotidiano, por sua mais comum realização oracional, estão mais propensas a uma análise léxico-gramatical como é possível verificar nas pesquisas de Brasil (2010), Olmos (2011) e Silva (2014).

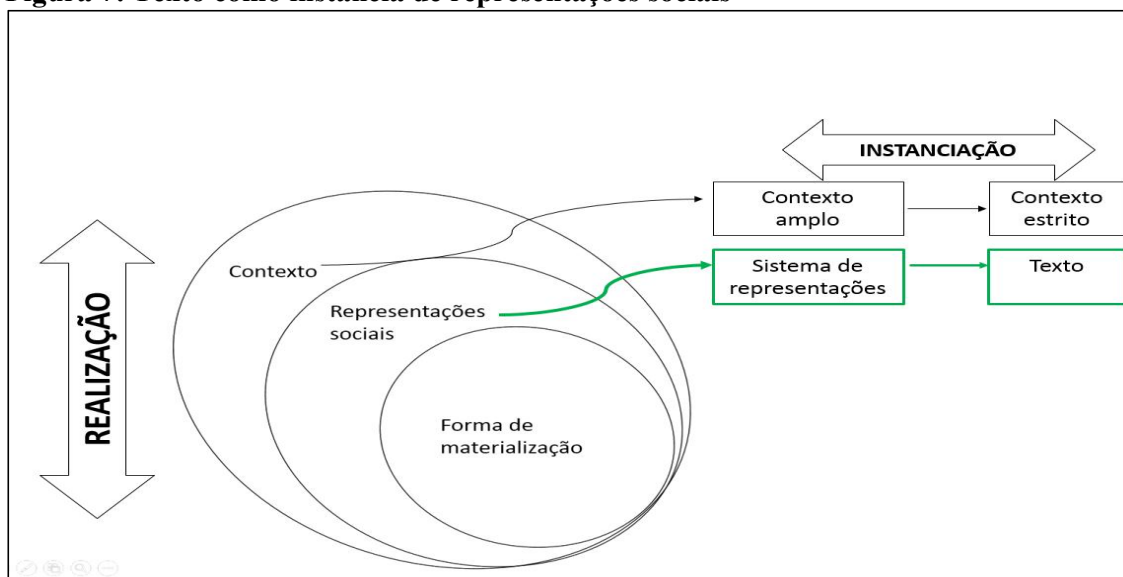
### 3.3 Limitações decorrentes da aproximação teórica

Depreende-se do que foi exposto, o fato de que a Gramática Sistêmico-Funcional oferece, em diferentes aspectos, uma contribuição acerca da organização metodológica em investigações sobre representações sociais. Seja pela aproximação apurada sobre os pontos convergentes entre as teorizações em questão, isto é, a proximidade entre os estratos que envolvem a produção de significados. Seja pela indução feita a partir da referida aproximação inicial, a qual permitiu tecer considerações sobre o princípio de realização entre os estratos e sobre o princípio da instanciação que, por sua vez, produz efeitos sobre a seleção da amostra e sua unidade de análise.

Não obstante, a aproximação entre a Gramática Sistêmico-Funcional e a Teoria das Representações Sociais também conduz à previsão de cenários de restrição, a partir das próprias convenções assumidas com tal aproximação. Tais cenários estão vinculados 1) à pertinência qualitativa e quantitativa das representações sociais instanciadas em um texto ou em um conjunto de textos; 2) à disposição do nível de realização das representações sociais; e 3) à contemplação de processos característicos das representações sociais por meio dos dispositivos de análise da perspectiva sistêmico-funcional.

A primeira observação se dá em função da resolução obtida, uma vez que se admite sobre as representações sociais a operação do princípio de instanciação. A operação desse princípio leva à consideração do texto como uma instância de representações sociais e, por conseguinte, à unidade de análise de suas relações de significado como pode ser observado na Figura 7. Por sua vez, a admissão do texto como unidade de análise das relações de significado das representações sociais conduz à seguinte questão: uma vez o texto admitido como unidade de análise de representações sociais, qualquer amostra textual pode ser considerada uma propícia unidade de análise em investigações sobre representações sociais? É dizer: toda análise de representações sociais via matéria linguística depende do texto, mas todo texto é matéria viável para tal análise?

**Figura 7: Texto como instância de representações sociais**



Fonte: elaboração própria

A questão supracitada põe-se frente a um aspecto teórico e a outro metodológico da Teoria das Representações Sociais.

Acerca do aspecto teórico, vale retomar a observação de Vala (*apud* CABECINHAS, 2004) o fato de as representações sociais possuírem critérios de definição com fundamentos quantitativo, genético e funcional. Esses critérios correspondem, respectivamente, conforme o autor, à relação que as representações mantêm com o número de indivíduos que a partilham, com a natureza coletiva de sua construção e com sua importância funcional na dinâmica do cotidiano.

Nesse sentido, o texto, para se tornar matéria viável para análise em investigações sobre representações sociais, precisa atender aos critérios supracitados.

Para tanto, pode-se observar a seguinte construção textual, extraída de uma peça de teatro, supondo que essa ilustre uma situação cotidiana. Nessa situação, um casal de jovens aguarda a chuva passar para sair de casa, a essa altura, eles encontram o pai do rapaz.

OTÁVIO (*entra de capa, sacudindo o guarda-chuva*) – Ué, que é isso?  
 TIÃO – Esperando a chuva passa!  
 MARIA – Boa Noite, seu Otávio! ...  
 OTÁVIO – Salve! ... Pegaram muita chuva?  
 MARIA – Um pouco ...<sup>10</sup>

<sup>10</sup> GUARNIERI, Gianfrancesco. *Eles não usam black-tie*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 2016.

O fragmento acima enquadra-se em um registro de uma situação específica que tem como campo a espera pelo término da chuva, como relações a interação entre Otávio, Tião e Maria. A alternância do diálogo ocorre mediante diferentes orações. Essas orações, para tanto, podem ser analisadas, sob a perspectiva sistêmico-funcional, em seu nível léxico-gramatical. Portanto, esse fragmento consiste em um texto com características analisáveis pela Gramática Sistêmico-Funcional.

Contudo, a unidade apresentada acima não apresenta um objeto que se enquadre nos critérios propostos por Vala (*apud* CABECINHAS, 2004).

Para tanto, retornando ao o Fragmento 1, apresentado no capítulo 2: “Chegamos às ruínas de um governo” e tomando-o como unidade textual, pode-se observar que o fragmento exprime uma relação com a política do cenário atual enquanto objeto partilhado pelo interesse social. Nesse sentido, ainda que tal excerto supere a óbice teórica, não possui autonomia suficiente para indicar pertinência metodológica para uma investigação sobre representações sociais.

Acerca do aspecto metodológico, pondera-se a contribuição pragmática oferecida pela análise à psicologia da sociedade. Esse traço, característico das pesquisas de caráter aplicado, visa uma devolutiva à comunidade investigada, ou mesmo, a possibilidade de uma intervenção, termo utilizado por Jodelet (2007) para denotar a ação realizada a partir do conhecimento levantado acerca das representações sociais de determinado grupo. Nesse sentido, apesar de o Fragmento 1 apresentar um objeto de interesse social, esse texto, por si só, não oferece indícios suficientes para subsidiar uma intervenção.

A segunda observação restritiva faz referência à ponderação levantada no final da seção anterior e está relacionada à apresentação do material textual no nível da materialidade linguística.

As pesquisas sobre representações sociais que abordam a matéria verbal têm, de maneira geral, o texto como unidade de análise. Para tanto, a disposição léxico-gramatical dos textos investigados mediante distintos procedimentos é o que torna uma pesquisa mais ou menos propensa à análise sistêmico-funcional.

Isso significa que, por exemplo, tanto o material obtido através do método de associação livre quanto as amostras de composição oracional obtidas em entrevistas, mídias e discursos podem ser tratadas como textos e enquanto textos podem ser observadas no quadro de estratos da semântica, do contexto de situação e do contexto de cultura. Para tanto, os elementos obtidos em associação livre não viabilizam a análise pelos dispositivos do estrato da léxico-gramática. Assim, o pesquisador pode correlacionar as evocações de associação livre à

situação em que se gerou os dados, às condições culturais da população que participou da amostra, bem como ele pode averiguar tais evocações à luz das diferentes relações metafóricas, metonímicas, hiperonímias, hiponímias e sinonímias. Mas há, excetuando-se os casos de questões complementares, uma restrição com o vínculo gramatical que se estabelece tipicamente nas orações.

Com efeito, os textos que contêm representações sociais, propensos à análise sistêmico-funcional, são aqueles que possuem estrutura sintática, uma vez que o eixo sintagmático é fundamental para tal análise.

A terceira observação restritiva refere-se à aptidão metodológica da Gramática Sistêmico-Funcional para tratar de processos característicos da Teoria das Representações Sociais. Isto é, ainda que, conforme discutido na seção anterior, haja a possibilidade de a Gramática Sistêmico-Funcional oferecer clareza analítica a diferentes aspectos acerca das representações sociais, há momentos teóricos que essas teorizações chegam a pontos opostos quase incontornáveis. Nesse sentido, de um lado está o caráter sistêmico da teorização linguística em questão; de outro lado está a dinâmica processual de familiarização com novos conhecimentos por meio da ancoragem e da objetificação.

Assim, por um lado, a Gramática Sistêmico-Funcional elaborada por Halliday debruça-se fundamentalmente sobre a prática da descrição (WEBSTER, 2009). Tal dimensão descritiva atenta fundamentalmente à constituição do sistema e funcionamento de seus elementos constituintes. Nesse cenário, a descrição de um conjunto de representações sociais, relacionadas a um contexto de situação e a um contexto de cultura tem propensão sincrônica.

Para tanto, por outro lado, na base da dinâmica e da plasticidade das representações sociais, há os processos de ancoragem e de objetivação. Esses processos, sobretudo a ancoragem – “já que é por meio da ancoragem que a representação se enraíza nas relações sociais” (VILLAS BÔAS, 2010, p. 393) –, possuem propensão diacrônica, uma vez que o processo de familiarização da realidade precisa ser contemplado em sua dispersão no tempo.

Diante do exposto, é possível verificar que as teorias em questão possuem pontos de encontro, possibilidade que abrem entre si, mas também possuem pontos de restrição. Ambos os aspectos, as possibilidades de diálogo e as restrições entre as teorias são pertinentes para a implementação de uma análise sistêmico-funcional de representações sociais. Tendo em vista, tais discussões, no capítulo seguinte, apresenta-se uma análise demonstrativa que ilustra as possibilidades de diálogo entre as teorias.

## **CAPÍTULO 4 - ANÁLISE SISTÊMICO-FUNCIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS; UMA POSSIBILIDADE**

Esse capítulo está relacionado ao quarto objetivo específico desse trabalho, isto é, o objetivo de demonstrar as possibilidades de concordância entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional. O intuito desse capítulo, portanto, é vislumbrar e demonstrar essa aproximação, discutindo, a partir da submissão de um texto à análise sistêmico-funcional, sob quais condições os significados evocados em tal texto são concebidos em relação ao fenômeno das representações sociais. Par tanto, aproxima-se os dispositivos teóricos e analíticos propostos por Halliday e Matthiessen (2014) na Gramática Sistêmico-Funcional aos pressupostos teóricos formulados por Moscovici (2009; 1961/2012) no âmbito da Teoria das Representações Sociais.

Destarte, utiliza-se, para a análise, o discurso feito pelo então senador Fernando Collor de Mello durante a primeira fase de votação de admissibilidade do impedimento da então presidente Dilma Rouseff (ANEXO I).

Nesse sentido, o capítulo versa sobre a circunscrição contextual, arranjo semântico e disposição léxico-gramatical das representações sociais mobilizadas no texto em questão.

### **4.1 A política, a justiça e a jurisprudência dos seus**

Não estive na primeira linha do impeachment até ler a explosiva entrevista do irmão caçula do Presidente, Pedro Collor, à revista Veja, denunciando com todas as letras um esquema de corrupção que chegava ao Palácio do Planalto. Temia as consequências (sic) institucionais da deposição de um Presidente. Utilizei mesmo uma frase de efeito, que no entanto se demonstrou incorreta: "Impeachment é como bomba atômica, serve para dissuadir, mas não deve ser usada" (CARDOSO, 2006, p. 24).

A política, seja por seu vínculo moral, à luz de uma perspectiva aristotélica, seja por seu laço com as relações de poder, sob uma ótica maquiavélica, constitui um processo fundamental para a dinâmica e organização da cultura das civilizações.

À luz da contribuição de Halliday e Matthiessen (2014) e Meurer (2004a), a respeito do contexto de cultura, pode-se observar o cenário da estrutura política nas quais se desenvolveram os processos relativos ao impedimento presidencial acolhido em 2015.

Nesse sentido, tomando como base a noção de contexto de cultura de Halliday e Matthiessen (2014), a concretização de um evento político, para tanto, representa a escolha de

uma determinada comunidade em detrimento da dispensa da escolha de outras alternativas. Nesse sentido, o presidencialismo representa, no regime democrático, uma alternativa ao parlamentarismo; assim como o regime democrático coloca-se em alternativa ao regime monárquico.

Um acontecimento dentro de uma situação específica, político ou não, apresenta-se, sob a perspectiva sistêmico-funcional, como a concretização de uma possibilidade – em função da configuração de condições concretas – dentre um amplo conjunto de possibilidades cultivadas ao longo do curso histórico das comunidades. As práticas que constituem a existência de um processo de impedimento presidencial são, antes disso, possibilidades correlatas a muitas outras que constituem o ordenamento cultural. Dessa maneira, a existência de uma sessão de apreciação sobre a admissibilidade do processo de impedimento de um presidente ou de uma presidente pressupõe a possibilidade de um impedimento presidencial que subentende a existência de um modelo presidencialista que, em seu turno, prevê um sistema de práticas políticas (lícitas ou ilícitas) que, por sua vez, presume um conjunto de práticas jurídicas de regulação política.

A instauração da República em 1889 abriu campo para, com a promulgação da primeira constituição, dois anos depois em 1891, a instalação do modelo presidencialista, cuja base voltou-se à experiência norte-americana de 1787 (BONAVIDES, 2000; SENADO, 2010). Por sua vez, o modelo constitucional americano partiu basicamente da fórmula de Montesquieu acerca da separação dos poderes: executivo, legislativo e judiciário (BONAVIDES, 2000). Nessa configuração básica, as práticas jurídicas e políticas devem operar conjuntamente.

No âmbito do presidencialismo brasileiro, nem sempre se manteve o pacto democrático. Consta, por exemplo, nesse sentido, a ditadura Vargas (1937-1945) e a ditadura militar (1964-1985).

Após o momento de recessão democrática estabelecida pelo período militar, o vínculo com o modelo presidencialista foi reafirmado com a promulgação da Constituição de 1988 que recobrou o compromisso com a democracia. Tal compromisso foi reafirmado sobre o Estado Democrático de Direito, o qual, teoricamente, é definido pela soberania popular, isto é, a “autêntica, efetiva e legítima participação democrática do povo nos mecanismos de produção e controle das decisões políticas” (SILVA, 2005, p. 226).

No referido modelo, presidencial e democrático, o presidente, mediante a outorga da nação soberana, assume o papel de chefe de governo e chefe de estado. Ainda que no comando dessas duas instâncias, o presidente, no âmbito do poder executivo, está sujeito à fiscalização e sanção por parte dos outros dois poderes. Para tanto, “a responsabilidade do Presidente no

presidencialismo é penal e não política; responde ele por crime de responsabilidade no exercício da competência constitucional, de ordem administrativa, que lhe é atribuída” (BONAVIDES, 2000, p. 386). Uma vez registrados crimes de responsabilidade do presidente, quando no exercício de seu mandato, ele pode ser afastado mediante proposição, acolhimento e admissão de pedido de impedimento presidencial.

No âmbito da estrutura legislativa, conforme a Lei 1079/50, a proposição de um pedido de impedimento presidencial pode ser feito por qualquer agente da sociedade civil. Não obstante, a prática de acolhimento do pedido só é outorgada pelo agente político em exercício da presidência da câmara dos deputados.

Consoante, em dois de dezembro de 2015 foi acolhido pelo presidente da câmara dos deputados, Eduardo Cunha, o pedido de impedimento presidencial elaborado pelos agentes jurídicos Janaína Conceição Paschoal, Miguel Reale Jr. e Hélio Bicudo. Após acolhimento, o processo seguiu em julgamento pela câmara dos deputados e senado, até a votação final, no senado, no dia trinta e um de agosto de agosto de 2016, quando os agentes da casa decidiram que a então presidente estava inapta ao exercício do cargo.

Nesse contexto amplo, situa-se o evento específico da primeira votação sobre a admissibilidade do processo de impedimento da presidente Dilma no dia onze de maio de 2016. Na ocasião, o senador Fernando Collor de Melo posicionou-se a respeito do processo.

Nessa ocasião específica, pode-se identificar as três variáveis (HALLIDAY; MATHIESSEN, 2014) que constituem a configuração contextual da situação: campo, relações e modo. Assim, de maneira sintética, a variável contextual de campo, isto é, o objeto mobilizado na situação, diz respeito à apreciação da procedência jurídica e política dos atos da então presidente Dilma Rousseff. No caso da variável relações, leva-se em conta a participação do senador Fernando Collor, então senador e ex-presidente destituído do cargo; Dilma Rousseff, então presidente em julgamento; os senadores a quem Collor se direciona no ambiente imediato; a população em geral, espectadora do caso, mediante as transmissões televisivas. Por fim, a variável de modo está relacionada ao papel que a linguagem cumpre na situação; assim, a linguagem cumpre papel oral presencial, na interação dentro do ambiente do senado, e oral virtual, no que tange à interação com a população que acompanhou o julgamento pela televisão ou pela *internet*.

A partir de tal descrição, é possível passar a como os significados de representações sociais são instanciados no texto. Para identificação e caracterização de tais representações sociais, mediante a colaboração da Teoria das Representações Sociais e da Gramática Sistêmico-Funcional, a análise segue através das categorias de informação, campo e atitude,



propostas por Moscovici (2012) em sua realização léxico-gramatical nos sistemas de Tema/Rema, de Transitividade e de Modo, propostos por Halliday e Matthiessen (2014).

## 4.2 A informação

O primeiro passo é a sondagem a respeito do fluxo informacional do texto, no intuito de averiguar a disposição de suas informações acerca de determinados objetos do conhecimento.

Mais do que a necessidade de uma réplica ante o argumento de que, em Moscovici (1961/2012), a noção de informação foi utilizada com finalidade e em circunstância metodológica distintas das da presente pesquisa, é necessária uma dissociação e, conseguinte, reconhecimento de que a utilização do material investigado e o respectivo procedimento de abordagem não mudam o fato de a presente pesquisa ainda envolver uma investigação sobre o grau de informação de textos. A diferença fundamental que vale não só para a noção de informação, mas também para a de campo e atitude (MOSCOVICI, 1961/2012) é que as condições de instanciação mudam, já que as variáveis de situação – (campo, relações e modo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) – na pesquisa de Moscovici e na presente pesquisa são diferentes.

A análise da dimensão da informação (MOSCOVICI, 1961/2012) das representações sociais afina-se à metafunção textual que, por sua vez, refere-se à combinação dos significados ideacionais e interpessoais em informação lógica e tangível (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Com efeito, no texto em tela, a metafunção textual – e, nesse sentido, a dimensão de informação das representações sociais – realiza-se através do sistema Temático (ANEXO II).

A classificação dos Temas evocados ao longo do texto demonstra que a exposição de Collor perpassa diferentes elementos temáticos. Todavia, é possível perceber que a dispersão individual dos temas na sequência das orações estabelece progressão e recorrência, de modo que torna possível a identificação de núcleos temáticos por meio de agrupamentos semânticos.

Desse modo, é observável a recorrência de orações que colocam em posição temática, ou que desenvolvem em seus remas, elementos léxico-gramaticais relacionados à política, conforme expressam os fragmentos dois, três, quatro, cinco e seis, expressos respectivamente nos Quadros quatro, cinco, seis, sete e oito abaixo.

**Quadro 4: estrutura temática do fragmento dois**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	

		Sob o presidencialismo	usufruímos tão somente de espasmos de democracia
--	--	------------------------	--

Fonte: elaboração própria

#### Quadro 5: estrutura temática do fragmento três

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
	Não há mais	como sustentar	um sistema anacrônico, contaminado e deteriorado em sua essência, em sua prática e nos exemplos traumáticos de nossa República.

Fonte: elaboração própria

#### Quadro 6: estrutura temática do fragmento quatro

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		nenhum presidente da República	transmitiu o cargo a seu sucessor
		sob as mesmas regras	que recebeu do antecessor
		Tendo	eles cumprido integralmente seus respectivos mandatos.

Fonte: elaboração própria

#### Quadro 7: estrutura temática do fragmento cinco

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Os partidos	mais do que votar
		[Os partidos]	precisam formular políticas.

Fonte: elaboração própria

#### Quadro 8: estrutura temática do fragmento seis

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Entre retóricas e evidências, entre quimeras e realidades, entre o golpe e a farsa do golpe,	
apesar de tudo e		por tudo isso,	a população brasileira evoluiu na participação política.
Mas	Sras. e Srs. Senadores,	admitamos,	[nós]
		[nós]	regredimos no agir da política.
		[eu]	Reafirmo
		uma Nova Política	precisa se estabelecer.
		Seja	qual for o resultado de hoje,
		[nós]	precisamos virar esta página, repensar e instituir a política
pela qual		[a política]	a sociedade clama.
		O atual processo de impeachment	nada mais é do que a tentativa
		[a tentativa de]	a partir do passado, aplinar o presente
para		[a tentativa de]	decantar o futuro

Fonte: elaboração própria

Destaca-se ainda a evocação de elementos relacionados ao núcleo temático de justiça, seja em posição de temática, seja em retomada por meio de Rema. As orações relacionadas a esse agrupamento semântico são apresentadas nos fragmentos sete e oito, respectivamente dispersos nos Quadros nove e dez abaixo.

**Quadro 9: estrutura temática do fragmento sete**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		– isto [crimes comuns]	é pacífico!
		A estes, [crimes comuns]	a Constituição reserva o juízo ao Supremo Tribunal Federal
		Ao Senado da República	cabem a pronúncia e o julgamento quanto aos crimes de responsabilidade.
		Esta [o que cabe a cada jurisdição]	é uma diferenciação importante.
		Aqui, [no senado]	hoje, julga-se responsabilidade.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 10: estrutura temática do fragmento oito**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
É		nesta quadra, de adversidades para uns e tragédias para outros	que constatamos
que		o maior crime de responsabilidade	está na irresponsabilidade pelo desleixo com a política; na irresponsabilidade pela deterioração econômica de um país; na irresponsabilidade pelos sucessivos e achapantes déficits fiscais e orçamentários; na irresponsabilidade pelo aparelhamento desenfreado do Estado
que		o [o estado]	torna inchado, arrogante e ineficaz;
		[o maior crime de responsabilidade está]	está na irresponsabilidade pela ação ou omissão perante obstruções da justiça.
		É	crime de responsabilidade, Sr. Presidente, a mera irresponsabilidade com o País,
		Seja	por incompetência, negligência ou má fé

Fonte: elaboração própria

Ademais, é possível verificar em diferentes orações a recorrência de Temas/Remas relacionados ao próprio senador Collor. A realização temática nesse caso ocorre em orações a) iniciadas em primeira pessoa, quando o Collor toma espaço no texto para fatos que envolvem sua personalidade e b) iniciadas em terceira pessoa, quando o senador recorre a autores, os quais referem-se à sua personalidade. Essas orações são demonstradas nos fragmentos nove e dez, respectivamente organizados nos Quadros onze e doze abaixo.

**Quadro 11: estrutura temática do fragmento nove**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		[eu]	Falei – na minha convicção – dos erros na economia, na excessiva intervenção estatal, nas imprudentes renúncias fiscais.
		[eu]	Falei da falta de diálogo com o Parlamento.
		Nos raros encontros com a presidente,	externei minhas preocupações, especialmente após a sua reeleição
quando		[após sua reeleição]	[eu]sugeri a ela uma reconciliação de seu novo governo com seus eleitores e com a classe política
		[eu]	Sugeri
		[a presidente]	fosse à televisão pedir desculpas por tudo
que			
que		[tudo]	se falou na campanha eleitoral,
		Desmentido	depois por seus próprios atos, nos primeiros meses do atual mandato.
		[eu]	Alertei-a sobre a possibilidade de sofrer impeachment.
Mas		não [eles]	me escutaram.
		[eu]	Coloquei-me à disposição

Fonte: elaboração própria

**Quadro 12: estrutura temática do fragmento dez**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Ele	respeitou as solicitações dos parlamentares,
		[ele]	encaminhou, através do Banco Central e da Receita Federal, toda a documentação solicitada,
		[ele]	cumpriu as determinações legais,
		[ele]	não coagiu o Supremo Tribunal Federal
e		[ele]	respeitou a Constituição.
		Isso tudo	em meio ao maior bombardeio midiático da nossa história
e		[ele]	tendo de conviver com uma acelerada tramitação da denúncia – e depois do processo –
que		[processo]	criou obstáculos à plena defesa.
		[ele]	Aceitou o afastamento
e		[ele]	se preparou para a defesa no Senado.
		[ele]	Perdeu.
		[ele]	Buscou reparações na Justiça,
		[ele]	defendeu-se em vários processos
e		[ele]	acabou absolvido em todos eles

Fonte: elaboração própria

Finalmente, vale destacar a recorrência de circunstâncias temporais em posição temática. A colocação desse tipo de circunstâncias em posição temática configura cada fragmento oracional como uma oração de Tema marcado, isto é, uma oração que não possui uma ordem temática típica (VENTURA; LIMA-LOPES, 2002). Tais orações são apresentadas nos fragmentos onze, doze, treze, quatorze, quinze e dezesseis, dispersos respectivamente nos quadros treze, quatorze, quinze, dezesseis, dezessete e dezoito abaixo.

**Quadro 13: estrutura temática do fragmento onze**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Em 1992,	esse trecho foi utilizado, por Barbosa Lima Sobrinho, como intróito à denúncia [...]

Fonte: elaboração própria

**Quadro 14: estrutura temática do fragmento doze**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Em 1992,	fui instado a renunciar

Fonte: elaboração própria

**Quadro 15: estrutura temática do fragmento treze**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Em 1992,	em processo análogo, bastaram menos de 4 meses, entre a apresentação da denúncia até a decisão

Fonte: elaboração própria

**Quadro 16: estrutura temática do fragmento quatorze**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Dois anos depois,	fui absolvido de todas as acusações no Supremo Tribunal Federal

Fonte: elaboração própria

**Quadro 17: estrutura temática do fragmento quinze**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
	Ainda	na denúncia de 92,	Lima Sobrinho pregava, [...]

Fonte: elaboração própria

**Quadro 18: estrutura temática do fragmento dezesseis**

TEMA			REMA
Textual	Interpessoal	Ideacional	
		Há 11 anos	vimos o choro de parlamentares decepcionados com as agruras e a verdade crua de um partido.
		Hoje,	envoltos em tormentos muito piores, não vemos sequer uma lágrima, de constrangimento que seja.

Fonte: elaboração própria

Nesse sentido, conforme apresentado ao longo dos fragmentos dois ao dezesseis, a análise temática sobre o texto permite o levantamento de quatro grupos semânticos: política, justiça, personalidade política de Collor e relação temporal. Para tanto, a observação acerca

desse agrupamento temático leva à questão sobre em que medida tais elementos temáticos estabelecem vínculos com conhecimentos de representações sociais.

Frente a esse problema, pode-se utilizar novamente a proposta de Vala (*apud* CABECINHAS, 2004), acerca dos critérios de definição de uma representação social. Conforme a referida proposta, apenas os três primeiros agrupamentos semânticos podem ser tomados como representações sociais, uma vez que pressupõem potencialmente a relação de um certo número de indivíduos com o objeto. Isto é, política, justiça, personalidade política de Collor em diferentes momentos da história são objetos de interesse comum. Por conseguinte, pode-se supor sobre esses objetos, certa natureza de construção coletiva. Ademais, no sentido amplo, tais objetos cumprem funções nos respectivos contextos e, no caso em particular analisado, esses objetos cumprem a função influenciar sobre a admissibilidade do processo de impedimento presidencial.

Desse modo, a análise temática permite constatar a existência de pelo menos três objetos de representações sociais no recorte textual analisado. Essa constatação torna-se significativa à medida que demonstra o princípio da instanciação atuando em relação às representações sociais conforme suposto no capítulo anterior. Isto é, o texto, enquanto unidade semântica e unidade de análise de representações sociais, não necessariamente ou obrigatoriamente apresenta sua disposição de significados relativa a um único objeto de representação social.

Há, na Gramática Sistêmico-Funcional, uma explicação para isso. O contexto de situação instancia o contexto de cultura (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), isto é, o registro de uma situação específica torna-se uma instância de um conjunto de práticas sociais e institucionais relativas a determinada comunidade (FUZER; CABRAL, 2010). Conforme Halliday e Matthiessen (2014), esse registro de situação realiza-se no estrato semântico que, de maneira análoga, efetua o processo de instanciação de diferentes significados vinculados às práticas sociais e institucionais do contexto de cultura (ver Figura 1).

Assim, a condição de encaminhamento do processo de admissibilidade do processo de impedimento presidencial de Dilma Rousseff – na ocasião específica: do julgamento feito pelo senado e do pronunciamento de um ex-presidente que, não cumpriu integralmente seu mandato em função de enfrentamentos jurídicos – evoca a ação de práticas jurídicas sobre a suspeita de ilicitudes em práticas políticas, bem como, evoca uma personalidade pública que historicamente esteve no centro do debate de uma situação congênere.

Por conseguinte, essas características instanciadas na situação realizam-se no estrato semântico que evoca, por sua vez, representações sociais instanciadas de sistemas de

representações sociais que mantêm uma relação íntima com o potencial de significados que compõe a cultura de uma comunidade.

Em síntese, a instanciamento dos sistemas de representações sociais no texto está relacionada à instanciamento das práticas sociais e institucionais instanciadas no contexto de situação.

Abre-se um parêntesis para relembrar: o que os pesquisadores de representações sociais tipicamente fazem é delimitar um objeto como foco de investigação. Como comentado no capítulo anterior, tal delimitação é feita por meio da leitura e da classificação do tema em textos produzidos de forma não controlada e por meio da indução específica em textos produzidos de forma mais controlada em situações de laboratório, como é o caso da indução por livre associação. Pode-se fechar o parêntesis.

O levantamento temático oferece, ao analista de representações sociais, dois caminhos. Em ambos os caminhos, obtém-se graus significativos de espontaneidade quanto ao processo de geração das representações sociais.

O primeiro caminho é, a partir do reconhecimento da informação, no sentido de Moscovici (1961/2012), disponível na instância textual coletada, concentrar a caracterização acerca de um objeto específico do texto, de acordo com os interesses e propósitos estabelecidos para investigação.

O segundo caminho trata-se de algo pouco explorado dentro das investigações sobre representações sociais. Ele oferece ao pesquisador de representações sociais a possibilidade de verificar a disposição desse fenômeno em uma rede articulada de objetos do conhecimento. Caminho pertinente inclusive à investigação política e judiciária, uma vez havendo um período quando sobre a prática de atos políticos escusos se faz tão presente a regulação pelas práticas jurídicas e quando sobre as práticas jurídicas se torna rara a isenção política.

Há, contudo, um agrupamento temático levantado, a saber: “relação temporal”, que não se configura como um objeto de representações sociais.

Esse agrupamento temático realiza-se na oração em posição de Tema-Marcado, isto é, quando o Tema – ponto de partida figurativo da oração – não é um elemento típico. Em outras palavras, nas orações declarativas de língua portuguesa, a ordem típica dos componentes da oração é: Ator, Processo e Circunstância, em exemplos de orações materiais; as orações, que realizam o referido agrupamento, iniciam pela circunstância de tempo que realiza a relação temporal. Conforme Halliday e Matthiessen (2014), há, sobre a escolha do elemento de posição temática, uma relação de importância, pela atribuição da responsabilidade a tal elemento para cumprir a função de ponto de partida da oração.

Contudo, a questão que emerge diz respeito ao que justifica a existência desse agrupamento temático, relação temporal, e qual a sua relação com os objetos de representações sociais em curso no texto.

A justificativa para a existência desse grupo temático é similar à justificativa para a existência de objetos da representação social do texto. De forma que, a situação da apreciação da admissibilidade do impedimento de uma presidente, pelo pronunciamento de um ex-presidente que vivenciou situação análoga, evoca, além das dimensões pertinentes aos aspectos políticos e jurídicos envolvidos, uma relação temporal que permeia as práticas políticas e jurídicas realizadas principalmente entre a instauração do primeiro impedimento presidencial em 1992 e do segundo em 2015.

Para tanto, a relação que esse agrupamento temático mantém com os objetos de representações sociais apresenta-se no sentido de auxiliar na manutenção da coerência das relações semânticas mantidas entre as representações sociais e das relações pragmáticas mantidas entre as variáveis da respectiva situação. Como observa Moscovici (2009), “representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo”. Desse modo, o componente temporal possui a função de dar coerência e conformidade às possíveis discrepâncias existentes entre as relações políticas, com as relações jurídicas e com as relações que envolvem a personalidade pública de Collor.

O estudo sobre a organização da informação (MOSCOVICI, 1961/2012) das representações sociais por meio da análise temática (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) permitiu a verificação que o texto em tela possui quatro agrupamentos temáticos: política, justiça, personalidade pública de Collor e relação temporal. De tais agrupamentos, os três primeiros estabelecem podem ser caracterizados como objetos de representações sociais enquanto o último auxilia no estabelecimento de coerência entre tais objetos. A existência de diferentes objetos de representações sociais na unidade de análise textual demonstra a operação do princípio de instanciação sobre as representações sociais. Uma vez realizado o levantamento acerca da informação, passa-se à caracterização campo de representação presente no texto.



### 4.3 Campo

O levantamento temático não define por si a totalidade da análise das representações sociais, uma vez que consiste na identificação, porém não na caracterização, dos objetos de representações sociais presentes no texto.

Concluída a etapa da análise da informação, é como se o pesquisador se pusesse frente a uma estante repleta de livros. Por um lado, a visão frontal que esse analista tem da prateleira permite que ele saiba, pela identificação constante na lombada das obras, quais os livros presentes na estante e onde esses se localizam. Por outro lado, essa identificação panorâmica não permite que o pesquisador reconheça o conteúdo de cada obra, a peculiaridade de seus sentidos e o valor que assume em relação às demais e em relação ao todo da estante. Assim, para conhecer os livros, mais do que saber quantos são e onde estão, é preciso que o analista dê passos em direção aos livros, tome-os em seus conteúdos e valores individuais e coletivos.

Com efeito, de maneira análoga, tal identificação da informação auxilia na visualização do panorama de objetos das representações sociais em curso no texto em análise. De tal maneira que, após tal identificação, pode-se iniciar a caracterização mais profunda das propriedades e fronteiras dos elementos das representações sociais identificadas no texto. Ou seja, após a sondagem inicial acerca da informação dispersa no texto, é possível passar à caracterização de um ou mais objetos de representações sociais conforme o interesse da pesquisa.

Nesse sentido, dentre os objetos de representação social, caracteriza-se o campo da representação social da personalidade pública de Collor. Análise da dimensão do campo (MOSCOVICI, 1961/2012) das representações sociais afina-se à metafunção ideacional que, por sua vez, refere-se às imagens construídas sobre os objetos da experiência (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Com efeito, no texto em tela, a metafunção ideacional – e, nesse sentido, a dimensão do campo das representações sociais – realiza-se através do sistema de Transitividade.

Nas orações em que a personalidade pública de Collor aparece, seja no Tema, seja no Rema da oração, é perceptível o cumprimento de diferentes funções gramaticais pelos elementos referentes a esse agrupamento temático. Isto é, a figura temática de Collor assume diferentes posições gramaticais ao longo do texto.

Em um primeiro momento, é possível perceber que a figura de Collor assume uma posição passiva em relação às experiências nas quais se encontra envolvido. Assim, esse componente temático encontra-se na função de Alvo e Cliente como nos fragmentos dezessete,

dezoito e dezenove, respectivamente apresentados nos quadros dezenove, vinte e vinte e um abaixo.

**Quadro 19: Transitividade do fragmento dezessete**

Dizente	Processo Verbal	Alvo
ele [por Barbosa Lima Sobrinho]	apresentou	contra mim.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 20: Transitividade do fragmento dezoito**

Circunstância de tempo	Alvo	Processo Verbal	Oração Verbal Encaixada
Em 1992,	[eu]	fui instado	a renunciar

Fonte: elaboração própria

**Quadro 21: Transitividade do fragmento dezenove**

Meta	Cliente	Processo Material
[os direitos políticos] que	me	caçaram

Fonte: elaboração própria

É possível notar que nos três fragmentos acima, as duas primeiras duas orações são de natureza verbal e a última é de natureza material. Fuzer (2009) observa que no contexto cultural de práticas jurídicas, os processos verbais e materiais atuam fortemente com fronteiras não muito claras entre si. Isso pois esses processos realizam práticas de ações verbais e materiais que são mobilizadas em tais contextos. No caso das orações acima, a figura de Collor colocase de maneira passiva em relação às ações verbais e materiais supracitadas.

Assim, o campo (MOSCOVICI, 1961/2012) da representação social realizado nas orações dos fragmentos dezessete, dezoito e dezenove evoca a imagem da figura pública de Collor como vítima dos processos jurídicos e políticos a que foi submetido.

Ainda em um primeiro momento, a figura temática de Collor exerce funções ativas nas orações. Assim, os elementos desse agrupamento temático cumprem a função de Ator nas orações dos fragmentos vinte, vinte e um, vinte e dois e vinte e três, dispostos nos Quadros vinte e dois, vinte e três, vinte e quatro e vinte e cinco abaixo.

**Quadro 22: Transitividade do fragmento vinte**

Ator	Processo Material	Meta
[eu] me	utilizei	de advogados particulares

Fonte: elaboração própria

**Quadro 23: Transitividade do fragmento vinte e um**

Ator	Processo Material	Meta
[eu]	perdi	meu mandato

Fonte: elaboração própria

**Quadro 24: Transitividade do fragmento vinte e dois**

Ator	Processo Material	Meta
[eu]	não recebi	qualquer tipo de reparação

Fonte: elaboração própria

**Quadro 25: Transitividade do fragmento vinte e três**

Dizente	Processo Verbal	Receptor
[eu]	recorri	ao próprio Supremo

Fonte: elaboração própria

É importante notar que, ainda que a figura de Collor exerça funções ativas nas orações mencionadas acima, os processos de tais orações são realizados em dois sentidos: a) no sentido de processos que conduzem a ações frustradas nos fragmentos vinte um e vinte e dois; e b) no sentido de reações de defesa – isto é ações dadas em resposta aos ataques que a figura pública sofrera – nos fragmentos vinte e vinte e três.

Nesse sentido, nos fragmentos vinte e vinte e três, o campo (MOSCOVICI, 1961/2012), realizado nas respectivas orações, evoca a imagem de uma figura política que, quando em função ativa, tem suas ações malsucedidas em consequência dos processos em que exerce função passiva. Ademais, nos fragmentos vinte e vinte e três, o campo evoca a imagem da reação de defesa de tal figura pública frente os ataques jurídicos e políticos a que foi submetido.

Em um segundo momento, a figura pública de Collor também exerce função ativa nas orações. Nesses casos, esse elemento temático cumpre a função de ativa em Processos Verbais. Essa relação é exposta nos fragmentos vinte e quatro, vinte e cinco, vinte e seis, vinte e sete e vinte e oito, organizados Quadros vinte e seis, vinte e sete, vinte e oito, vinte e nove e trinta abaixo.

**Quadro 26: Transitividade do fragmento vinte e quatro**

Dizente	Processo Verbal	Circunstância de ângulo	Verbiagem
[eu]	falei	– na minha convicção	– dos erros na economia, na excessiva intervenção estatal, nas imprudentes renúncias fiscais.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 27: Transitividade do fragmento vinte e cinco**

Dizente	Processo Verbal	Verbiagem
[eu]	falei	da falta de diálogo com o Parlamento.

Fonte: elaboração própria

**Quadro 28: Transitividade do fragmento vinte e seis**

Circunstância de Tempo	Dizente	Processo Verbal	Verbiagem	Circunstância de Tempo
Nos raros encontros com a presidente,	[eu]	externei	minhas preocupações	especialmente após a sua reeleição

Fonte: elaboração própria

**Quadro 29: Transitividade do fragmento vinte e sete**

Dizente	Processo Verbal	Verbiagem
		Oração projetada
[eu]	sugeri	que fosse à televisão pedir desculpas por tudo

Fonte: elaboração própria

**Quadro 30: Transitividade do fragmento vinte e oito**

Dizente	Processo Verbal	Receptor	Circunstância de Assunto
[eu]	alertei-	- a [a presidente]	sobre a possibilidade de sofrer impeachment.

Fonte: elaboração própria

Nos fragmentos acima, a figura pública de Collor cumpre papel ativo. Por sua vez, a função léxico-gramatical cumprida por esse componente temático é a de Dizente. Desse modo, o campo (MOSCOVICI, 1961/2012) de representação social evoca a imagem de um conselheiro político experiente que tem sua experiência ignorada. Isto é, a imagem de um agente que por meio de processos verbais atua no meio político próximo à então presidente Dilma Rousseff.

Em um terceiro momento, a figura pública de Collor volta a exercer funções ativas nas orações. Para tanto, nesses casos, esse componente temático é evocado em terceira pessoa, por meio de uma citação direta. Essa relação é demonstrada nos fragmentos vinte e nove, trinta, trinta e um, trinta dois e trinta e três, organizados respectivamente nos Quadros trinta e um, trinta e dois, trinta e três, trinta e quatro e trinta e cinco.

**Quadro 31: Transitividade do fragmento vinte e nove**

Comportante	Processo Comportamental	Entidade Comportamental
Ele	respeitou	as solicitações dos parlamentares,

Fonte: elaboração própria

**Quadro 32: Transitividade do fragmento trinta**

Ator	Processo Material	Circunstância de meio	Meta
[Ele]	encaminhou	através do Banco Central e da Receita Federal,	toda a documentação solicitada,

Fonte: elaboração própria

**Quadro 33: Transitividade do fragmento trinta e um**

Ator	Processo Material	Meta
[Ele]	cumpriu	as determinações legais,

Fonte: elaboração própria

**Quadro 34: Transitividade do fragmento trinta e dois**

Ator	Processo Material	Meta
------	-------------------	------

[Ele]	não coagiu	o Supremo Tribunal Federal
-------	------------	----------------------------

Fonte: elaboração própria

### **Quadro 35: Transitividade do fragmento trinta e três**

<b>Comportante</b>	<b>Processo Comportamental</b>	<b>Entidade Comportamental</b>
Ele	respeitou	a Constituição

Fonte: elaboração própria

Conforme mencionado, nos fragmentos acima, a figura pública de Collor é evocada em terceira pessoa por meio do recurso de citação direta. A presença de outra voz no texto é ilustrativa no sentido de que demonstra que o campo de representações sociais presentes no texto é uma construção de natureza social e não exclusivamente individual. Essa constatação é significativa ante a dúvida de que a vinculação autoral do texto pudesse implicar uma construção de significados individuais, impedindo a verificação, portanto, de representações sociais.

A função léxico-gramatical cumprida pela figura pública de Collor é a de Ator e de Comportante em orações materiais e comportamentais respectivamente. Esses elementos léxico-gramaticais realizam um aspecto do campo, produzindo uma imagem de um agente que comporta-se e age apropriadamente frente a questões políticas e judiciais.

Em síntese, o estudo do campo (MOSCOVICI, 1961/2012) das representações sociais, por meio da análise do sistema de Transitividade, permitiu observar que a figura pública de Collor assume imagens distintas através do cumprimento de diferentes funções no âmbito da léxico-gramática do texto.

Assim, esse componente temático cumpre: função passiva em certas orações que expressam processos jurídicos e políticos; e função ativa em orações nas quais o desfecho do processo verbal é negativo ou em que o processo represente uma reação a ações jurídicas e políticas. Ademais, esse componente temático é evocado como Dizente em orações que denotam um processo de aconselhamento político. Finalmente, a figura pública de Collor cumpre a função de um agente que comporta-se e age conforme os preceitos das práticas jurídicas.

Sendo assim, pode-se obter cinco imagens relacionadas à personalidade pública de Collor, a saber: Collor como vítima do processo judiciário e político; como agente em atos de defesa; como ator em ações malsucedidas; como conselheiro político experiente, porém ignorado; e como agente que age e comporta-se adequadamente às demandas jurídicas. No entanto, essas imagens só fazem sentido à luz da relação de atitude que se estabelece sobre elas.

Uma vez feito o levantamento da informação, por meio da análise temática, e realizada a identificação do campo de representação da figura pública de Collor, mediante a análise da Transitividade, passa-se, na próxima seção, à análise da atitude relacionada à representação social da figura pública de Collor no texto.

#### 4.4 Atitude

A visualização acerca do campo da representação social da figura pública de Collor não garante a contemplação da totalidade da representação social. É necessário observar em que medida a relação de atitude entre os sujeitos envolvidos auxilia na construção de tal representação.

A atitude complementa, portanto, o posicionamento dos sujeitos em relação ao objeto do campo de representação; como mencionado no Capítulo 1, a atitude “termina de explicitar a orientação global em relação ao objeto da representação social” (MOSCOVICI, 1961/2012, p. 65).

Para tanto, analisa-se a atitude da representação social da figura pública de Collor. A análise da dimensão de atitude (MOSCOVICI, 1961/2012) das representações sociais afina-se à metafunção interpessoal que, por sua vez, refere-se às relações estabelecidas entre o sujeito com o objeto e com os outros sujeitos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Com efeito, no texto em tela, a metafunção interpessoal – e, nesse sentido, a dimensão da atitude das representações sociais – realiza-se através de diferentes sistemas, dentre os quais, prioriza-se o sistema de Modo, o qual é composto por Sujeito e Finito.

Na análise da atitude relativa à representação social da personalidade pública de Collor, o aspecto interpessoal e, portanto, atitudinal pertinente é o tempo verbal componente do Finito. Assim como o fator temporal possui importância para o amplo contexto político e jurídico brasileiro na transição entre o primeiro e o segundo processo de impedimento presidencial, bem como, importância para o contexto específico do pronunciamento de Collor; e ainda, mediante as circunstâncias temporais, possui importância na organização temática da dimensão da informação das representações do texto; o elemento temporal na estrutura gramatical do Finito possui a relevância na função de organizar o posicionamento dos sujeitos em relação ao objeto da representação.

De forma majoritária, as orações que envolvem a figura pública de Collor são orações que possuem o tempo verbal pretérito perfeito em sua estrutura de Finito, como demonstra o fragmento trinta e três, disposto no Quadro trinta e seis abaixo.

**Quadro 36: Estrutura de MODO do fragmento trinta e três**

Modo		Resíduo
Sujeito	Finito [pretérito perfeito]	
Ele	respeitou	a Constituição

Fonte: elaboração própria

Cabe destacar que o padrão de atitude não é uniforme ao longo de todo o texto. A configuração de atitude pode variar de acordo com o objeto de representação, uma vez que o sujeito mantém relações atitudinais distintas em relação aos diferentes objetos. Essa situação pode ser ilustrada a partir do fragmento trinta e quatro, organizado no Quadro trinta e sete abaixo, que faz alusão ao tópico política.

**Quadro 37: Estrutura de MODO do fragmento trinta e quatro**

Modo		Resíduo
Sujeito	Modalidade de obrigação	
	Finito [presente do indicativo]	
[Os partidos]	precisam	formular políticas.

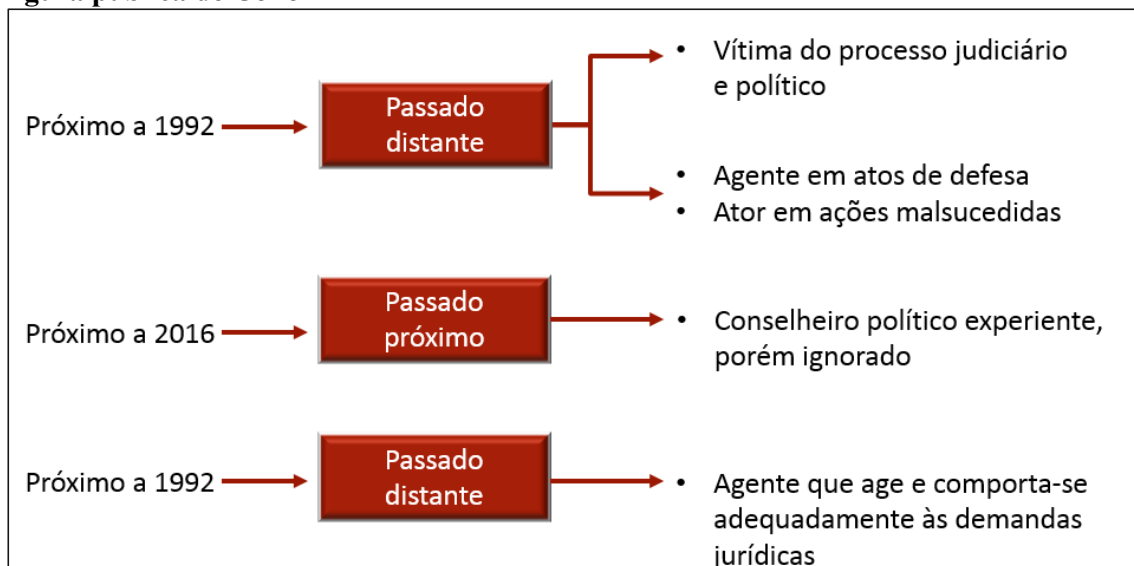
Fonte: elaboração própria

No caso do fragmento acima, a relação temporal entre o sujeito e o objeto é regulada pelo tempo verbal presente e também pelo caráter de obrigação a respeito da formulação de políticas.

Retornando ao objeto da figura pública de Collor, observa-se que, ainda que os tempos verbais da estrutura do Finito estejam majoritariamente no pretérito perfeito, é possível, no que diz respeito a esse tempo verbal, distinguir dois tipos de passado: passado distante, próximo a 1992, e passado recente, próximo a 2016. Esses dois passados organizam os posicionamento do sujeito na distribuição de imagens ao longo do texto.

A relação entre os dois tipos de passado e as imagens correspondentes à figura pública de Collor é apresentada na Figura 8 abaixo.

**Figura 8: Relação entre os tipos de passado e as imagens do campo de representação da figura pública de Collor**



Fonte: elaboração própria

A relação com o tempo é essencial para a identidade estabelecida sobre o objeto. O passado mais distante, próximo a 1992, coloca a figura de Collor no centro do embate político e judiciário. Uma vez no centro do embate político-jurídico, submetido a processos judiciais, abre-se a possibilidade no mínimo para dois rótulos valorativos: o de vítima e o de culpado. No caso da representação da figura pública de Collor, produz-se a imagem de uma vítima do sistema judiciário e político que, embora respeite a ética do sistema, tem suas ações de defesa fadadas à frustração em função da própria coerção de tal sistema jurídico e político.

No passado próximo, próximo a 2016, a figura pública de Collor não está mais submetida aos processos de 1992, de modo que a possibilidade de valoração como vítima ou culpado não existe mais. Nesse caso, a posição social e política da figura pública de Collor, no passado próximo, implica a valoração de conselheiro experiente. Não obstante, mesmo no passado próximo, as condições social e política fazem com que os conselhos de tal agente sejam ignorados pelo sistema político vigente.

#### **4.5 Resolução: a representação social da figura pública de Collor no pronunciamento de apreciação sobre a admissibilidade do impedimento da presidente Dilma Rousseff**

As representações sociais, enquanto teias de significados construídos acerca da realidade, no intuito de torná-la tangível e comunicável, afinam-se com a dimensão semântica dos estratos da linguagem na perspectiva da Gramática Sistêmico-Funcional. Esses significados



estão relacionados a determinado contexto e manifestam-se em um nível concreto de linguagem.

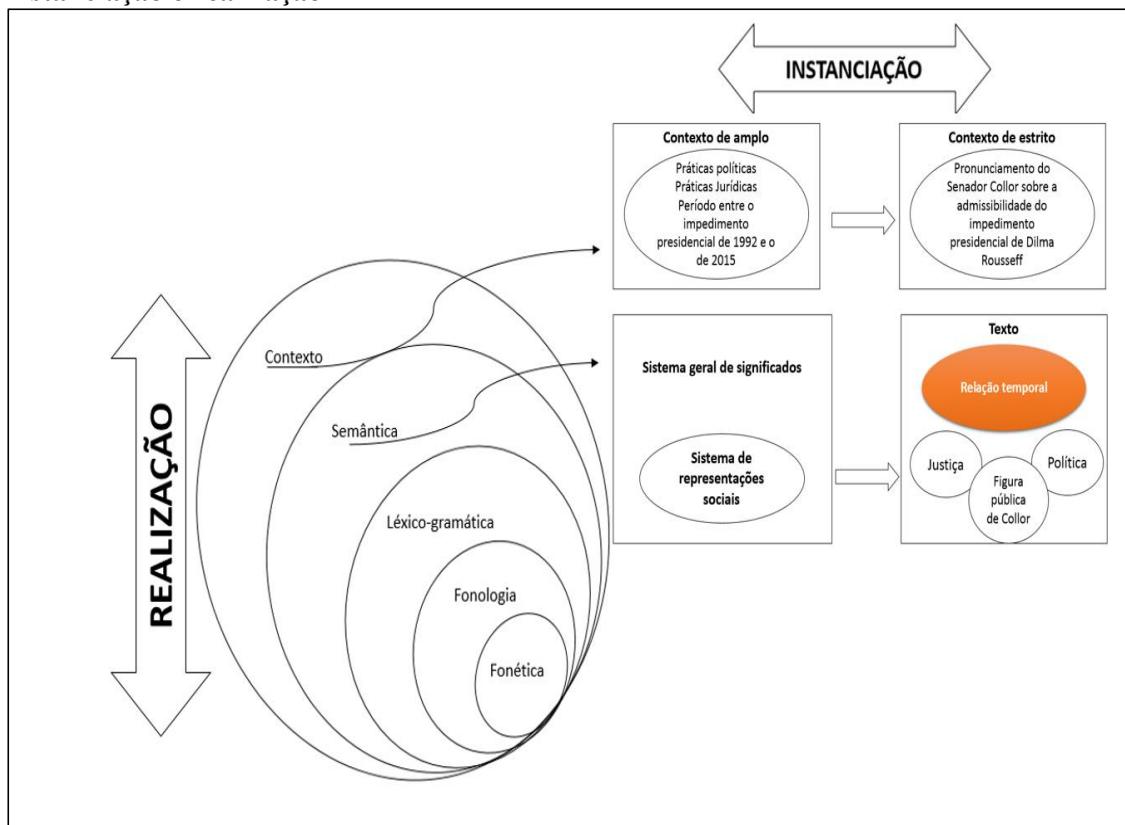
No âmbito dessas relações de significado, foi possível caracterizar as relações de informação, campo e atitude por meio da análise dos sistemas Temático, de Transitividade e de Modo, os quais realizam respectivamente as metafunções textual, ideacional e interpessoal.

A análise da informação das representações sociais no texto de pronunciamento do senador Fernando Collor sobre a admissibilidade do impedimento de Dilma Rousseff, realizada mediante o levantamento do sistema Temático, demonstrou que o texto instancia diferentes objetos de representação social. Nesse sentido, elementos temáticos correspondem a quatro famílias semânticas, dentre as quais, três são objetos de representação social. Assim, a análise temática forneceu recursos para a identificação de três objetos de representações sociais: política, justiça e figura pública de Collor.

A esses objetos de representações sociais, soma-se um agrupamento temático referente à relação temporal.

A presença desses agrupamentos temáticos decorre das relações produzidas no âmbito do contexto cultural, instanciadas no âmbito do contexto situacional. Essas relações contextuais são realizadas no nível semântico, em um processo que envolve a instanciação de diferentes representações sociais. Busca-se sintetizar essa relação na Figura 9 abaixo.

**Figura 9: Relação entre as instâncias contextual e semântica sob os princípios de instanciação e realização**



Fonte: elaboração própria

Conforme mencionado, a análise da informação da representação, realizada mediante o levantamento temático de objetos de representação social não é suficiente, por si, para caracterizar tais objetos. Não obstante, essa etapa inicial permite que o pesquisador tenha clareza a respeito dos objetos de representações sociais que perpassam o texto. Desse modo, o pesquisador tem a possibilidade e optar por um objeto específico, de acordo com o interesse da pesquisa, para compor a análise de campo da representação social.

Nesse sentido, na segunda seção desse capítulo, dentre os três objetos possíveis, optou-se pela análise de campo do agrupamento semântico respectivo à figura pública de Collor.

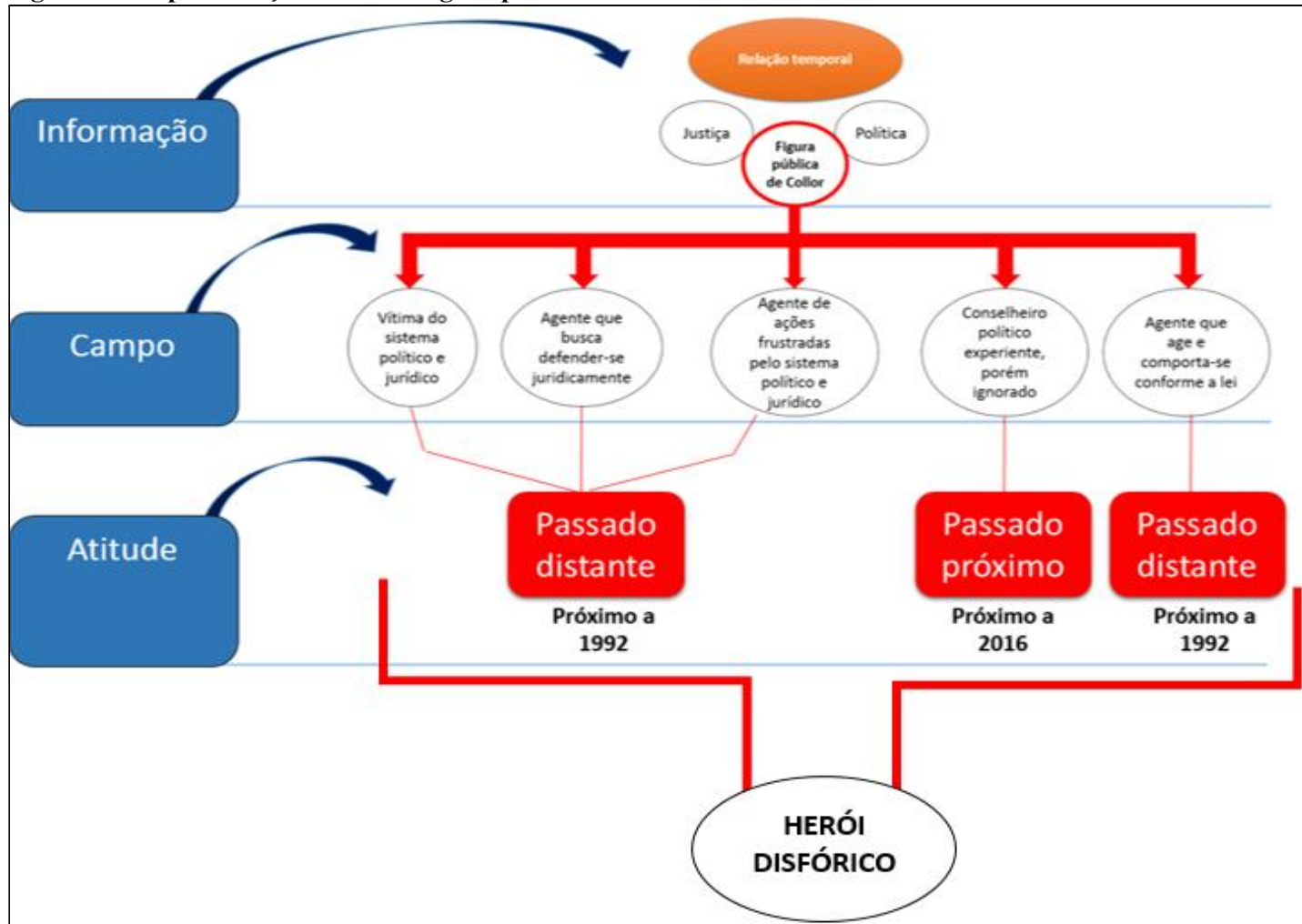
A partir da análise da função léxico-gramatical que esse componente temático cumpre dentro do texto, foi possível observar cinco imagens referentes a esse tema. Essas imagens projetam a figura pública de Collor como vítima do processo judiciário e político; como agente em atos de defesa; como ator em ações malsucedidas; como conselheiro político experiente, porém ignorado; e como agente que age e comporta-se adequadamente às demandas jurídicas.

Para tanto, essas imagens ganham maior sentido, uma vez considerada a atitude assumida em relação a elas.

Nesse sentido, observou-se que a referência temporal na estrutura do Finito delimita o posicionamento em relação às imagens, uma vez que, pode-se notar a existência de um passado distante e de um passado próximo. Essa relação temporal dá contorno mais claro em relação às imagens do campo de representação e serve, não somente para posicionar o objeto representado, mas também para colocar a posição do sujeito em relação a esses objetos.

Para tanto, levando em conta a dispersão das cinco referidas imagens sobre a personalidade pública de Collor ao longo do texto, bem como, considerando a atitude manifestada pelo posicionamento temporal, cabe refletir se tal caracterização leva a uma definição específica para tal objeto de representação. A síntese da caracterização das dimensões de informação, campo e atitude leva a crer que a figura pública de Collor é representada ao longo do texto como um herói disfórico. Tal relação é demonstrada na Figura 10 abaixo:

Figura 10: Representação social da figura pública de Fernando Collor



Fonte: elaboração própria

A noção de euforia e de disforia é condicionada à relação, positiva ou negativa respectivamente, que envolve determinada ação (GREIMAS, 1973). Assim, a partir dos indícios levantados nas dimensões de informação, campo e atitude, a representação social da figura pública de Collor aproxima-se à representação de um herói disfórico. Disfórico, pois as ações de Collor, seja nos processos em que se submete ou em que é submetido ao sistema judiciário, seja nos processos em que se propõe a aconselhamento políticos, não produzem desfechos efetivos. Heroico, pois ainda que sem efetividade, as ações de Collor, dispersas no passado próximo e no passado distante, demonstram compromisso ético com a política e com a justiça.

É certo que essa representação social pode aparecer de maneira completamente distinta em uma pesquisa que envolva outras condições de geração de dados. Nesse sentido, a hipótese provável de que resultados distintos apareceriam justifica-se no fato de que as variáveis de contexto de situação (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) seriam diferentes e, portanto, também seriam diferentes as relações de significado que envolveriam as representações sociais.

## CONCLUSÕES

O presente trabalho colocou-se frente a duas teorias de campos distintos do conhecimento científico, sendo uma teoria pertencente ao campo da Psicologia Social e outra ao campo da Linguística, de modo que a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional correspondem respectivamente a esses campos disciplinares mencionados.

O ponto comum entre as referidas teorias é a linguagem.

Há uma relação íntima entre a linguagem e a manifestação das representações sociais; relação endossada por autores como Minayo (2008) e Moscovici (2009). Por sua vez, a Gramática Sistêmico-Funcional dispõe de elementos analíticos que permitem que relações de significados sejam vislumbradas mediante sua materialização léxico-gramatical em sua correlação com as dinâmicas contextuais.

Nesse sentido, a questão que se buscou contemplar ao longo do trabalho refere-se às possibilidades e aos limites para a utilização da Gramática Sistêmico-Funcional como método de análise para representações sociais.

Assim, com o objetivo geral de observar a Gramática Sistêmico-Funcional como método de análise para a Teoria das Representações Sociais, formulou-se quatro objetivos específicos relacionados a) à realização de um levantamento teórico sobre a Teoria das Representações Sociais, enquanto fenômeno manifesto majoritariamente pela linguagem; b) à segmentação das contribuições e dos pressupostos da Gramática Sistêmico-Funcional que auxiliam na análise das formas de conhecimento; c) à discussão sobre a intersecção – possíveis pontos concordantes e conflitantes – entre as teorias em questão; e, d) à demonstração de como a concordância analítica entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional aparece em amostras textuais.

Com efeito, o capítulo um vinculou-se à realização do primeiro objetivo específico. Nesse capítulo, foram apresentados os pressupostos gerais acerca da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2009; 2012).

O capítulo um, portanto, apresentou os pressupostos relacionados à definição do campo de atuação da Teoria das Representações Sociais, bem como expôs dissociações acerca da definição de representações sociais. Além disso, o capítulo mostrou informações acerca dos processos de familiarização das representações sociais e discutiu perspectivas e contribuições a respeito da natureza social da representação.

Ainda, o capítulo um apresentou desdobramentos teóricos da Teoria das Representações Sociais, mediante a exposição sobre três vertentes da referida teoria, a saber: vertente Estruturalista (SÁ, 1996), vertente Societal (ALMEIDA, 2005; 2009) e vertente Culturalista (JODELET, 2009). Por fim, o capítulo discutiu a diversidade de procedimentos empregados em trabalhos de investigação sobre as representações sociais.

Para tanto, o capítulo dois ligou-se ao segundo objetivo da pesquisa. Nesse capítulo foram apresentadas as bases gerais da teorização elaborada acerca da Gramática Sistêmico-Funcional (MEURER, 2004a; HALLIDAY, 2009; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Nesse capítulo, foram expostas: a concepção sistêmico-funcional da linguagem; a proposta de funcionamento dos princípios de funcionamento, instanciação e realização, no âmbito da arquitetura da linguagem. Bem como, foram descritos, ao longo do capítulo, os diferentes estratos da linguagem, incluindo, a descrição dos sistemas do estrato léxico-gramatical, os quais realizam as relações de significado do estrato semântico.

O capítulo três relacionou-se ao terceiro objetivo do presente trabalho. Destarte, no referido capítulo, foram discutidos os possíveis pontos de contato e as possíveis restrições existentes entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional.

Para tanto, tal capítulo estabeleceu, como consonância geral entre as teorias em questão, a partir do pressuposto comum no que tange à construção de significados, em certos contextos, sob determinadas formas de materialização. Assim, foi perceptível em ambas as teorias, uma relação de presença dos estratos contextual, semântico e de materialização.

Na aproximação feita entre os estratos na perspectiva sistêmico-funcional e na perspectiva da Teoria das Representações Sociais, vale destacar o paralelo traçado – no âmbito do estrato semântico – entre as dimensões informação, campo e atitude, traçadas por Moscovici (2012), e as metafunções textual, ideacional e interpessoal, propostas por Halliday e Matthiessen (2014).

A admissão desse ponto de contato entre as teorias – isto é, a admissão de que a Gramática Sistêmico-Funcional considera os estratos contextual, semântico e léxico-gramatical e, por sua vez, a Teoria das Representações Sociais considera as dimensões do contexto, dos significados produzidos pelas representações sociais e de suas formas de materialização – implica a possibilidade de se observar o funcionamento do fenômeno das representações sociais à luz de princípios que explicam a organização da estratificação da linguagem, bem como implica a possibilidade de se considerar o texto como unidade de análise de representações sociais.

Nesse sentido, foi possível supor que as representações sociais realizam significados do nível contextual e tais significados são realizados em níveis linguísticos concretos como em segmentos lexicais e gramaticais. Por outro lado, tornou-se plausível a suposição de que o texto configura-se como uma instância de representações sociais.

Finalmente, o capítulo três também discutiu alguns limites para a utilização da Gramática Sistêmico-Funcional como método para a análise de representações sociais. Essas limitações referem-se à forma com que os textos apresentam-se para uma investigação sobre representações sociais; à disposição linguística desses textos, no sentido da viabilidade de uma análise léxico-gramatical; e finalmente o fato de haver limitações na Gramática Sistêmico-Funcional, quanto ao tratamento de alguns processos característicos da Teoria das Representações Sociais, como os processos de ancoragem e de objetivação.

O capítulo quatro remeteu-se ao quarto objetivo desse trabalho. Para tanto, o capítulo apresentou, por meio da observação de uma amostra textual, uma demonstração de pontos a serem levantados em uma análise sistêmico-funcional de um texto.

A amostra textual analisada foi o pronunciamento do senador Fernando Collor de Mello, ao dia onze do mês de maio do ano de 2016, acerca da admissibilidade do pedido de impedimento presidencial de Dilma Rousseff, em sessão de julgamento no senado.

Diante disso, o referido capítulo dissertou acerca das relações envolvendo o contexto cultural amplo do cenário político e jurídico e vislumbrou, de maneira específica, o contexto situacional do julgamento supracitado, sob a análise das variáveis campo, relações e modo.

O estudo dos significados da informação, campo e atitude, isto é, o estudo, em aproximação à Gramática Sistêmico-Funcional, dos significados textuais, ideacionais e interpessoais, foi contemplado mediante a observação dos respectivos sistemas de manifestação léxico-gramatical: Tema/Rema, Transitividade e Modo.

A análise da informação permitiu o levantamento de quatro agrupamentos semânticos, sendo eles: política, justiça, figura pública de Collor e relação temporal. Desses núcleos temáticos, concluiu-se que os três primeiros correspondem a objetos de representações sociais.

O capítulo mostra que, ainda que o agrupamento temático correspondente à “relação temporal” não seja considerado como um objeto de representação social, é tal agrupamento temático que harmoniza a relação entre os demais objetos de representações sociais do texto. Assim, o componente temático cumpre uma função em relação às representações sociais do texto. Da mesma forma que é o tempo que cumpre uma função peculiar ao unir, em ocasião de julgamento, um ex-presidente, outrora réu, na posição de julgar a então presidente. Da mesma forma que é o tempo que, no curso histórico das práticas políticas e jurídicas da cultura brasileira



traz duas vezes, após a reafirmação do pacto com a democracia, a possibilidade de impedimento presidencial.

A análise do campo de representação social abriu a possibilidade para que fosse feita a caracterização léxico-gramatical dos objetos levantados na análise de informação. Especificamente, a análise do campo das representações deteve-se sobre a figura política de Collor. A essa altura, é possível identificar que o referido componente temático cumpre diferentes funções léxico-gramaticais e, por conseguinte, aparece em diferentes imagens ao longo do texto.

A análise da atitude, por sua vez, complementa a totalidade do sentido da representação social, posicionando o objeto de representação em relação ao tempo. Nesse sentido, identificou-se que as imagens do campo das representações sociais da “figura pública de Collor” são representadas no curso temporal de dois tipos de pretérito: um passado distante e um passado próximo. Esse posicionamento ou atitude temporal é o que permite que o campo da representação social da “figura pública de Collor” assumam diferentes imagens ao longo do texto.

É o posicionamento em passado distante e passado próximo que permite que a imagem da figura pública de Collor apresente-se: como vítima do sistema político e jurídico; como agente que sofre as competências de tais sistemas; como agente que cumpre as prescrições jurídicas; e como conselheiro político que tem sua experiência ignorada. A alocação dessas imagens formam um todo coerente da representação social da figura pública de Collor como um herói disfórico, isto é, como uma personalidade moralmente nobre, mas que tem suas ações malsucedidas, desprestigiadas ou ignoradas.

Diante disso, quais são as implicações decorrentes da aproximação entre a Teoria das Representações Sociais e a Gramática Sistêmico-Funcional?

O primeiro ponto é a possibilidade de aproximação entre as teorias ocorre pela localização do fenômeno das representações sociais no quadro teórico da Gramática Sistêmico-Funcional. A referida localização previne quanto à suspeita de mera arbitrariedade no estabelecimento do contato entre as teorias. Tais aproximação e localização são feitas em um sentido restrito e em um sentido amplo.

No sentido restrito, há a localização do fenômeno das representações sociais no estrato semântico da linguagem. Bem como, há a aproximação das dimensões informação, campo e atitude com os significados textuais, ideacionais e interpessoais. Tal aproximação permite que as dimensões informação, campo e atitude sejam investigadas à luz dos sistemas léxico-gramaticais Tema/Rema, Transitividade e Modo. Com efeito, pode-se vislumbrar como as

formas de conhecimento entendidas como representações sociais se manifestam no nível léxico-gramatical.

No sentido amplo, o fenômeno das representações sociais é localizado na estrutura de estratificação da linguagem. Isso significa que a produção de significados das representações sociais em determinado contexto, sob certa forma de materialização pode ser vista na estrutura de estratos da linguagem.

Isso produz diferentes implicações, sendo essas, relacionadas aos princípios de realização e instanciação.

Nessa ótica, chega-se à conclusão de que os significados produzidos pelas representações sociais realizam aspectos que constituem o contexto de situação, onde essas representações se manifestam. A sistematização dos aspectos do contexto de situação que incidem sobre os significados das representações são dispersos, pela perspectiva sistêmico-funcional, em três variáveis: campo, relações e modo. Esse pode ser um ponto significativo para a sistematização da pluralidade das representações sociais, já que a resolução sobre mudança de uma representação social pode estar relacionada à mudança de uma ou mais variáveis do contexto de situação em que tais representações sociais se manifestam.

Destarte, caso seja levantada a indagação sobre a possibilidade de a resolução acerca da representação social da “figura pública de Collor” ser distinta, uma vez investigadas outras instâncias textuais, cabe mencionar que é absolutamente plausível que a resolução acerca da representação social da “figura pública de Collor” seja distinta, à medida que a pesquisa aborde uma ou mais variáveis distintas de situação.

A caracterização das variáveis, que constituem uma situação em que as representações sociais se manifestam, é um indício a respeito da peculiaridade da maneira com que tal situação instancia os elementos amplos da cultura, bem como, é um indício da especificidade do modo com que o texto instancia as representações sociais, de modo que, no âmbito cultural, de uma determinada comunidade, situações distintas podem instanciar de formas distintas as relações que envolvem o imaginário e as práticas sociais de tal cultura. A especificidade da situação afeta os textos nela produzidos, afetando também, a maneira com que o texto instancia os sistemas de conhecimentos de representações sociais.

No que tange ao texto, esse cumpre o papel de instância de representações sociais. Essa constatação parece abrir um caminho de investigação ainda pouco explorado no âmbito das pesquisas sobre representações sociais. Isso, pois há uma tendência de as pesquisas sobre representações sociais concentrarem-se sobre um único objeto de representação social, abstendo-se da relação que esse objeto mantém com outros objetos que perpassam o texto. Ora,

é forçoso supor que em um texto – que não tenha sofrido um recorte laboratorial muito específico – exista um único objeto de representação social, principalmente, pelo fato de que no âmbito contextual, como defende Meurer (2004a), as práticas forma cadeias, não atuando de maneira isolada.

Com efeito, abrem-se novas questões. Como convivem os diferentes objetos de representações sociais em uma mesma instância? Quais elementos garantem sua convivência? Qual é a relação desses elementos com a situação na qual se manifestam? Essas são, para tanto, indagações para outra instanciação textual e contextual, e não, para a da presente dissertação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.M.O. Abordagem societal das representações sociais. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n 3, p. 713-737, 2009.
- ALMEIDA, L.M. Representações sociais e prática pedagógica no processo de construção identitária. In: SANTOS, M. F. S. & ALMEIDA, L. M. (Orgs.). *Diálogos com a teoria da representação social*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005, p. 161-200.
- BRASIL, A. Maria. Tem que escrever?! Para quê? :representações sociais sobre escrita em uma comunidade escolar. Mestrado em Letras (dissertação), UFSM, 2010.
- BAKHTIN, M. (Volochinov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Franteschi Vieira 11. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBARA, L.; GOUVEIA, C.A.M. 2001. It is not there, but [it] is cohesive: the case of pronominal ellipsis of subject in Portuguese. 13º Euro-International Systemic Functional Linguistics Workshop. University of Brest, July 2001. *Direct Paper 46*. São Paulo: PUC-SP.
- BAUER, M; GASKELL, G. Towards a paradigm for research on social representations. *Journal for the theory of social behavior*. V.29, n.2, p.163-186, 1999.
- BAWARSHI, A. S.; REIFF, M. J. *Gênero: história, teoria, pesquisa, ensino*. Tradução de Benedito Gomes Bezerra *at al*. São Paulo: Parábola, 2013.
- BONAVIDES, P. *Ciência Política*. 10ª ed. São Paulo; Malheiros editores, 2000.
- CABECINHAS, R. Representações Sociais, relações intergrupais e cognição social. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, Ribeirão Preto, v.14 n.28, p. 125 -137, 2004.
- CABECINHAS, R. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. 2009. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9644/1/rosacabecinhas-cultura2009.pdf>. Acessos em: 24 de novembro de 2017.
- CARDOSO, F. H. *A arte da política: a história que vivi*. 3. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
- DOISE, W. Da Psicologia Social à Psicologia Societal. Tradução de Angela Maria de Oliveira Almeida. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. V. 18, n. 1, pp. 27-35, 2002,.
- DUVEEN, G. O poder das ideias. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução de Predrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009. pp. 7-28.
- DUVEEN, G.; LLOYD, B. *Social representations and development of knowledge*. Cambridge; Cambridge University, 1990.
- FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- FEYERABEND, P. *Contra o método*. Tradução de Octanny S. da Mata Leonidas Hegenberg. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.

- FUZER, C. Figuras ideacionais típicas da prática processual penal em gêneros textuais jurídicos. In: V Simpósio Internacional de Gêneros Textuais, 2009. *Anais ... SIGET*. Caxias do Sul: UCS, 2009. v. 1. p. 1-18.
- FUZER, C.; CABRAL, S. R. *Introdução à gramática sistêmico-funcional de língua portuguesa*. Caderno Didático; UFSM, 2010
- GARCIA, R. Representações sociais da alimentação e saúde e suas repercussões no comportamento alimentar. *Physis*, v.7, n.2, pp.51-68, 1997.
- GUARNIERI, Gianfrancesco. *Eles não usam black-tie*. 31ª ed. Rio de Janeiro: Editora civilização brasileira, 2016.
- GOUVEIA, C. A. M. Texto e Gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. *Matraga*. v. 16 n. 24, p. 13-47, 2009.
- GREIMAS, A.J. *Semântica estrutural*. Tradução de Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo; Cultrix, 1973.
- GUARESCHI, P. Representações Sociais; avanços teóricos e epistemológicos. *Temas em Psicologia da SBP*. Ribeirão Preto, v. 8 n. 3, p.249-256, 2000.
- GUARESCHI, P. Representações sociais, mídia e movimentos sociais. In GUARESCHI, P.; HERNANDEZ, A. ; CÁRDENAS, M. (orgs.) *Representações sociais em movimento; psicologia do ativismo político*. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2010, pp.77-91.
- GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: LAYRARGUES, Philippe P. (orgs.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004, pp.25-34.
- GUIMELLI, C. Concerning to the Structure of social representation. *Papers on social representations*. v.2, n2, p.85-92, 1993.
- HALLIDAY, M. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1994.
- HALLIDAY, M. Language as social semiotic. In: MAYBIN, Janet. (orgs.) *Language and Literacy in social practices*. Open University, 2003, pp. 23-44.
- HALLIDAY, M. A. K. *Methods, techniques and problems in:* HALLIDAY, Michael A. K.; WEBSTER, Jonath.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistic*. New York: Continuum, 2009, p.59-86.
- HALLIDAY, M. MATTHIESSEN, A. K. C. M. I. M. *Systemic functional grammar; a first step into theory*. 1997. DOI: <http://web.uam.es/departamentos/filoyletras/filoinglesa/Courses/LFC-SFL/FirstStep.html> acessos em: 27 de janeiro de 2016.
- HALLIDAY, M. MATTHIESSEN, A. K. C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 3<sup>rd</sup> ed. reviewed by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2004.
- HALLIDAY, M. MATTHIESSEN, A. K. C. M. I. M. *An introduction to functional grammar*. 4<sup>th</sup> ed. reviewed by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, 2014.

HASAN, R. The place of context in a systemic functional model HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J.). *Continuum Companion to Systemic Functional Linguistic*. New York: Continuum, 2009, pp. 166-189.

JODELET, D. Representações Sociais: um domínio em expansão. Tradução de Lílian Ulup In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, pp. 17-44.

JODELET, D. Imbricações entre representações sociais e intervenção. Tradução de Eugênia Paredes In: MOREIRA, S. P.; CAMARGO, B. V. (Orgs.). *Contribuições para a teoria e o método de estudo das representações sociais*. João Pessoa, UFPB, 2007. pp. 45-73.

JODELET, D. O movimento de retorno ao sujeito e a abordagem das representações sociais. Tradução de Lucelena Ferreira. *Sociedade e Estado*. Brasília, v. 24, n.3, 2009.

JODELET, Denise. Conferência de Denise Jodelet por ocasião do título de *doutor honoris causa* da Universidade federal do Rio de Janeiro. In: DOUSA, Clarilza Prado de. et AL (Orgs.) **Representações sociais**: estudos metodológicos em educação. Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2011.p. 11- 33.

LAHLOU, S. A method to extract social representations from linguistic corpora. *Japanese journal of experimental social psychology*., v.35, n.3. p. 278-391, 1996.

LEFF, E. *Epistemologia Ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela; revisão de Paulo Freire Vieira. São Paulo: Cortez, 2006. 240 p.

LÉVI-STRAUSS, C. *Mito e Significado*. Tradução de António Marques Bessa. Lisboa: Edições 70, (s/d).

LIMA, L. R. Processos Existenciais em reportagens de capa da Revista Superinteressante. *Domínios da Linguagem*, v. 6, n.1, pp. 261-284, 2012.

LIMA, L. R. *Processos Existenciais em reportagens de capa da Revista Superinteressante*. Mestrado em Letras (dissertação) UFSM, 2013

LIMA-LOPES, R. E. Processos relacionais em cartas publicitárias. *Rev. Brasileira de Lingüística Aplicada*, v. 8, n. 1, 2008.

LOPES, C. O projeto de psicologia científica de Edward Tolman. *Sci. stud.* v.7 n.2, 2009

MACHADO, E. H. S.; DENARDI, D. A. Representações sociais de estudantes de ensino fundamental público sobre o ensino de língua inglesa. *Uniletras*. V.34, n.2, 2012, p.139-156.

MACHADO, E. H. S. Discurso sobre ensino de língua inglesa e Gramática Sistêmico-Funcional. *Domínios de Linguagem*. V.8, n,1, p.316-340, 2014.

MARKOVÁ, I. Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente. Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2006.

MEURER, J. L. Ampliando a noção de contexto na Linguística Sistêmico-Funcional e na Análise Crítica do Discurso. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão; v. 4, n.esp., 2004, p.133-157.

MEURER, J. L. Role prescriptions, social practices, and social structures: a sociological basis for the contextualisation of analysis in SFG and CDA. In: YOUNG, L.; HARRISON, C. (orgs).

*Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis. Studies in Social Change.* London; New York: Continuum, 2004. pp. 85-99.

MORREIRA, J. A. C.; PADILHA, M. A.; SILVA, D. G. V.; SAPAG, J. Aspectos teóricos e metodológicos das representações sociais. *Texto Context Enfermagem*, v.24, n.4, pp 1157-1165, 2015.

MORIN, E. Ciência com consciência. Maria Alice Arraripe de Sampaio Doria. 8ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MOSCOVICI, S. Representações sociais: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2009.

MOSCOVICI, S. A Psicanálise, sua imagem e seu público. Tradução de Sônia Furmmann. Apresentação de Pedrinho Guaresqui. Petrópolis: Vozes, 2012 (original publicado em 1961).

MINAYO, M. C. S. *O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.* In: GUARESCHI, Pedrinho; JOVCHELOVITCH, Sandra. (Orgs.). Textos em representações sociais. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 89-111.

OLMOS, O. M. Q. *Adolescentes em editoriais da revista capricho.* Mestrado em Letras (dissertação), UFSM, 2011.

PACHECO, J. G. Representações Sociais da Loucura e práticas sociais; o desafio cotidiano da desinstitucionalização. Doutorado em Psicologia Social (tese), UNB, 2011.

PINHEIRO, P. Linguagem e Conhecimento em Platão: estudo sobre a correção dos nomes no Crátilo. *Lumina - Juiz de Fora - Facom/UFJF - V.6, n.1/2, p. 31-56, 2003*

PORTO, A. Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito. *Rev. Saúde Pública*, v.41, (supl.1), pp.43-49, 2007.

QUENZA, C. J. P. On the structural approach. *Theory and Psychology*, v.15, n.1, p.77-100, 2005.

REIS, A. T.; OLIVEIRA, D. C.; GOMES, A. M. T. Representações sociais sobre saúde entre adolescentes de escolas públicas do município do Rio de Janeiro *Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro*, v.17, n.4, pp. 473-478, 2009.

RUEDELL, A. Hermenêutica e linguagem em Schleiermacher. *Nat. hum.* V.14, n.2, s/p, 2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral* Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.. 27ªed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, F. *Escritos de Lingüística Geral.* Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2004.

SÁ, C. P. Núcleo Central das representações sociais. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTOS, I.. A linguagem na escolástica medieval. *Mirabilia (Vitória. Online)*, v. 16, p. 134-155, 2013.

SCHULZE, C. M. N.; CAMARGO, B. V. Psicologia social, representações sociais e métodos. *Temas em Psicologia da SBP. Ribeirão Preto*, v. 8 n. 3, 2000, p. 281-299.

SENADO, Presidencialismo nasceu com a república e foi confirmado em plebiscito em 1993. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Especiais/eleicoes2010/historia/presidencialismo-nasceu-com-a-republica-e-foi-confirmado-por-plebiscito-em-1993.aspx> acessos em: 21 de março de 2018.

SILVA, E. M. Estado Democrático de Direito. *Revista de Informação Legislativa*, v. 42 n. 167, pp.213-230, 2005.

SILVA, T. S. Análise Léxico-gramatical de Representações Sociais: o Caso dos Indivíduos com Esquizofrenia. *Glauks (UFV)*, v. 14, p. 1-17, 2014.

SPINK, M. J. P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9 n. 3, p. 300- 308, set. 1993.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In GUARESCHI Pedrinho. A.; JOVCHELOVITCH, Sandra. (org.), *Textos em representações sociais*. 2nd ed. Petrópolis, R.J.: Vozes, 1995.

STENZEL, L. M.; SAHA, L. J.; GUARESCHI, P. To be fat or thin? Social representations of the body among adolescent female students. *Brazil International Education Journal*, v.7, n.5, pp.611-631, 2006.

TEIXEIRA, E.S.; ALGERI, F.L. Representações de Meio Ambiente e Educação Ambiental: um estudo com docentes de Casas Familiares Rurais. *Práxis educativa (UEPG. Impresso)*, v. 6, p. 193-205, 2011.

TEIXEIRA, E. S.; MACHADO, E.H.S; MENEGAZZO, J. F. . Meio Ambiente e Educação: um estudo no Brasil e em Portugal. *Enciclopédia Biosfera*, v. 10, p. 1-13, 2014.

TEIXEIRA, E. S. *et al.* Pedagogia da Alternância e Representações Sociais de Meio Ambiente em Docentes e Discentes de Casas Familiares Rurais. *Redes (Santa Cruz do Sul. Online)*, v. 18, p. 100-117, 2013.

TERRA, I. G.; NASCIMENTO, A. R. Imagens e representações sociais; contribuições da análise semiótica. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21 n.2 p. 291-302, 2016

THOMPSON, G. *Introducing Systemic-Functional Linguistics*. 3ªed. Nova York: Routledge, 2014.

VASCONCELOS, E. M. Multimodalidade e Representações Sociais da Mulher em livros didáticos de língua inglesa para o ensino médio. Mestrado em Linguística Aplicada (dissertação), UECE, 2012.

VELOZ, M. C. T.; NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais do envelhecimento. *Psicol. Reflex. Crit.*, v.12, n.2, pp.479-501, 1999



VENTURA, C. S. M.; LIMA-LOPES, R. E.. O Tema: caracterização e realização em português. *DIRECT Papers*, São Paulo, v. 47, p. 1-18, 2002.

VILLAS BÔAS, Lúcia P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v.40 n.140, ago. 2010.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WACHELKE, J.; WOLTER, R. Critérios de construção e relato da análise prototípica para representações sociais. *Psic.: Teor. e Pesq.*, v.27, n.4, pp.521-526, 2011.

WAGNER, W, *et al.* Theory and method of social representations. *Asian journal of social psychology*, v. 2, n.1, 1999, pp. 95-125.

WEBSTER, J. J. An Introduction to Continuum Companion to Systemic Functional Linguistics. *In: HALLIDAY, M. A. K.; WEBSTER, J.). Continuum Companion to Systemic Functional Linguistic*. New York: Continuum, 2009, pp.01-11.

## **ANEXOS**

## ANEXO I

### Discurso de admissibilidade do impedimento presidencial de Dilma Rousseff feito por Fernando Collor de Mello

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores,  
Ruínas de um Governo!...

Este é o título de uma obra clássica de Rui Barbosa, de 1931. Nela, o autor afirma:

Todas as crises, (...), que pelo Brasil estão passando, e que dia a dia sentimos crescer aceleradamente, a crise política, a crise econômica, a crise financeira, não vêm a ser mais do que sintomas, exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral.

Em 1992, esse trecho foi utilizado, por Barbosa Lima Sobrinho, como intróito à denúncia que apresentou contra mim. Ruínas de um Governo!... É a expressão de Rui Barbosa para invocar as crises que atingiram o Brasil nos anos 30.

Sr. Presidente, jamais o Brasil passou, como hoje, por uma confluência tão clara, tão entrelaçada e aguda de crises na política, na economia, na moralidade e na institucionalidade. Chegamos ao ápice de todas as crises. Chegamos às ruínas de um governo, às ruínas de um país.

Este é o motivo pelo qual, aqui e agora, discutimos possíveis crimes de responsabilidade da presidente da República. Não discutimos crimes comuns – isto é pacífico! A estes, a Constituição reserva o juízo ao Supremo Tribunal Federal. Ao Senado da República cabem a pronúncia e o julgamento quanto aos crimes de responsabilidade. Esta é uma diferenciação importante. Aqui, hoje, julga-se responsabilidade.

Em 1992, em processo análogo, bastaram menos de 4 meses, entre a apresentação da denúncia até a decisão de renunciar no dia do último julgamento. No atual processo, já se foram mais de 8 meses. A depender do resultado de hoje, mais 6 meses são previstos até o julgamento final. O rito é o mesmo, mas o ritmo e o rigor, não. Basta lembrar. Entre a chegada no Senado da autorização da Câmara até meu afastamento provisório, transcorreram 48 horas.

Hoje, estamos há 23 dias somente na fase inicial nesta Casa. O parecer da Comissão Especial que hoje discutimos possui 128 páginas. O mesmo parecer de 1992, elaborado a toque de caixa, continha meia página com apenas 2 parágrafos – isso mesmo, 2 parágrafos!

O tempo é outro, Sr. Presidente.

Em 1992, fui instado a renunciar na suposição de que as acusações contra mim fossem verdadeiras. Mesmo sem a garantia da ampla defesa pelo Congresso, em todas as fases, me utilizei de advogados particulares. Dois anos depois, fui absolvido de todas as acusações no Supremo Tribunal Federal.

Portanto, dito pela mais alta Corte de Justiça do País, não houve crime. Mesmo assim, perdi meu mandato e não recebi qualquer tipo de reparação. Pelo contrário: depois da renúncia, recorri ao próprio Supremo para ao menos reaver os direitos políticos que me cassaram. Mesmo se tratando de matéria eminentemente constitucional – direitos políticos –, alheia ao mérito do impeachment, o Supremo negou o Mandado de Segurança sob a alegação de que não cabia à Corte se pronunciar sobre decisão do Senado, ainda que tomada após minha renúncia.

À época desta apreciação, o ministro Paulo Brossard chegou a ser interpelado pelo ministro Moreira Alves. Este chamou a atenção para a incoerência do voto de Brossard, já que, em seu livro sobre impeachment, o ministro defendia a impossibilidade do julgamento após a renúncia e, em seu voto, se manifestava de forma inversa. Ao se defender, Brossard se limitou a dizer: “Ministro Moreira Alves, livro é livro; voto é voto”. E para se justificar, assinalou:

“Absolutória ou condenatória, justa ou injusta, sábia ou errônea, da decisão do Senado não cabe recurso, direto ou indireto. Mas isto não é novidade. Todo órgão, seja de que natureza for, que decide em única ou última instância, decide inapelavelmente, acerte ou erre.” – encerra Brossard.

Desculpem-me por voltar no tempo. Mas o momento exige. Ainda na denúncia de 92, Lima Sobrinho pregava, e até profetizava. Escreveu ele

Nos regimes democráticos, o grande juiz dos governantes é o próprio povo (...). Representar o povo significa, nos processos de impeachment, interpretar e exprimir o sentido ético dominante, diante dos atos de abuso ou traição da confiança nacional.

A suprema prevaricação que podem cometer os representantes do povo, em processos de crime de responsabilidade, consiste em atuar sob pressão de influências espúrias ou para a satisfação de interesses pessoais ou partidários.

Em suma, o Presidente (...) há de ser julgado (...) com base nos largos e sólidos princípios da moralidade política.– encerra Lima Sobrinho.

Pois bem, Sr. Presidente, “todas as tragédias que se podem imaginar reduzem-se a uma mesma e única tragédia: o transcorrer do tempo”, dizia Simone Weil. É o mesmo tempo imperioso do mundo que nos traz à razão. É nesta quadra, de adversidades para uns e tragédias para outros, que constatamos que o maior crime de responsabilidade está na irresponsabilidade pelo desleixo com a política; na irresponsabilidade pela deterioração econômica de um país; na irresponsabilidade pelos sucessivos e acachapantes déficits fiscais e orçamentários; na irresponsabilidade pelo aparelhamento desenfreado do Estado que o torna inchado, arrogante e ineficaz; na irresponsabilidade pela ação ou omissão perante obstruções da justiça. É crime de responsabilidade, Sr. Presidente, a mera irresponsabilidade com o País, seja por incompetência, negligência ou má fé.

Mas não foi por falta de aviso. Desde o início deste governo, fui ao longo dos anos diversos interlocutores da presidente para mostrar os problemas que eu antevia, e que desembocaram nesta crise sem precedentes. Falei – na minha convicção – dos erros na economia, na excessiva intervenção estatal, nas imprudentes renúncias fiscais. Falei da falta de diálogo com o Parlamento. Nos raros encontros com a presidente, externei minhas preocupações, especialmente após a sua reeleição, quando sugeri a ela uma reconciliação de seu novo governo com seus eleitores e com a classe política. Sugeri que fosse à televisão pedir desculpas por tudo que se falou na campanha eleitoral, desmentido depois por seus próprios atos, nos primeiros meses do atual mandato. Alertei-a sobre a possibilidade de sofrer impeachment. Mas não me escutaram. Coloquei-me à disposição. Ouvidos de mercador. Desconsideraram minhas ponderações. Relegaram minha experiência. A autossuficiência pairava sobre a razão.

Contudo, Sr. Presidente, reafirmo que, em amplo contexto, o todo dessa obra em ruína da atual administração tem também um pano de fundo ainda invisível para muitos: o sistema presidencialista adotado por nossa República.

Lá se vão 127 anos de crises e insurreições, de revoltas e conflagrações, de golpes e revoluções. Suplantada a aristocracia imperial, superarmos a oligarquia republicana. Convivemos com estado de sítio, com estado de exceção.

Enfrentamos ditaduras, civil e militar. E, ainda hoje, estamos em processo de redemocratização.

Sob o presidencialismo usufruímos tão somente de espasmos de democracia. Não há mais como sustentar um sistema anacrônico, contaminado e deteriorado em sua essência, em sua prática e nos exemplos traumáticos de nossa República. Basta dizer que de 1926, com Artur Bernardes, até 2011, com

Lula, nenhum presidente da República transmitiu o cargo a seu sucessor sob as mesmas regras que recebeu do antecessor, tendo eles cumprido integralmente seus respectivos mandatos. Pelo visto, aquelas exceções serão mais uma vez quebradas, recomeçando novo ciclo de instabilidades. Não podemos mais recheiar nossa história com deposições, suicídio, renúncias e impedimentos. Não existe fórmula mágica dentro do nosso presidencialismo, ainda mais com uma lei nos moldes da 1.079, a “ressurrecta”, que dá margem a permanentes ameaças a qualquer governo. Não há como recuperar esse modelo de coalizão, de cooptação e fisiologismo, que envergonham a classe política. Enfim, não há como continuar tentando formar um número salvador, simplesmente somando zeros. Os partidos, mais do que votar, precisam formular políticas.

Por tudo isso, o sistema está em ruínas! E ruínas, Sr. Presidente, demandam reconstrução. Reconstrução requer determinação que, por sua vez, exige conscientização e admissão da verdade.

Há 11 anos vimos o choro de parlamentares decepcionados com as agruras e a verdade crua de um partido. Hoje, envoltos em tormentos muito piores, não vemos sequer uma lágrima, de constrangimento que seja. Ao contrário: o que se vê é a defesa rouca, cega, mouca e intransigente. Entre retóricas e evidências; entre quimeras e realidades, entre o golpe e a farsa do golpe, apesar de tudo e, por tudo isso, a população brasileira evoluiu na participação política. Mas admitamos, Sras. e Srs. Senadores, regredimos no agir da política.

Reafirmo: uma Nova Política precisa se estabelecer. Seja qual for o resultado de hoje, precisamos virar esta página, repensar e instituir a política pela qual a sociedade clama. O atual processo de impeachment nada mais é do que a tentativa de, a partir do passado, aplinar o presente para decantar o futuro. Um futuro em que precisaremos conciliar uma altiva e corajosa voz de comando do Executivo, com a moderadora e conciliadora voz do Legislativo.

Para concluir, reproduzo trecho do livro “Collor Presidente”, do historiador Marco Antônio Villa, que está prestes a lançá-lo. Novamente, peço a compreensão por retornar a 92. Mas a lucidez do texto reflete o que aqui vivemos.

Diz o autor:

(Abro aspas) Fatos posteriores, já no século 21, amplificaram o significado da ação (ou inanição) de Fernando Collor no auge da CPI e da denúncia na Câmara dos Deputados por crime de responsabilidade. Ele respeitou as solicitações dos parlamentares, encaminhou, através do Banco Central e da Receita Federal, toda a documentação solicitada, cumpriu as determinações legais, não coagiu o Supremo Tribunal Federal e respeitou a Constituição. Isso tudo em meio ao maior bombardeio midiático da nossa história e tendo de conviver com uma acelerada tramitação da denúncia – e depois do processo – que criou obstáculos à plena defesa. Aceitou o afastamento e se preparou para a defesa no Senado. Perdeu. Buscou reparações na Justiça, defendeu-se em vários processos e acabou absolvido em todos eles – os que envolviam atos quando do exercício da Presidência da República.

A renúncia de Fernando Collor – o impeachment nunca ocorreu – deu a ilusão de que as instituições forjadas pela Constituição de 1988 tinham passado no teste. Ledo engano. Acontecimentos posteriores – e mais graves – demonstraram que a consolidação do estado democrático de direito é um longo processo, tarefa de várias gerações. A crise de 1992 não passou de um momento de ampla e complexa rearticulação das elites política e econômica no interior do Estado, posicionando-se para embates que acabaram sendo travados, ainda na última década do século 20 e no início do século seguinte, por aqueles que tinham quadros – mais do que programas – para gerir a coisa pública. (Fecho aspas)

Encerro, Sr. Presidente, dizendo: a História me reservou este momento! Devo vivê-lo no estrito cumprimento de um dever. Porém, inspiro-me no ensinamento de Holbach:

Tudo nos prova que a cada dia nossos costumes se abrandam, os espíritos se esclarecem e a razão conquista terreno.

Muito obrigado.

## ANEXO II

**Análise temática do discurso de admissibilidade do impedimento presidencial de Dilma Rousseff feito por Fernando Collor de Mello**

	Tema textual	Tema interpessoal	Tema tópico	
1			Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores,	
2			Ruínas de um Governo!...	
3			Este [Ruínas de um governo]	é o título de uma obra clássica de Rui Barbosa, de 1931
4			Nela, [a obra clássica de Rui Barbosa]	o autor afirma:
5			Todas as crises, (...),	que pelo Brasil estão passando
6	e	que	dia a dia	sentimos crescer aceleradamente
7			Todas as crises,] a crise política, a crise econômica, a crise financeira	não vêm a ser mais do que sintomas, exteriorizações parciais, manifestações reveladoras de um estado mais profundo, uma suprema crise: a crise moral
8			Em 1992,	esse trecho foi utilizado, por Barbosa Lima Sobrinho, como intróito à denúncia
9	que		ele [por Barbosa Lima Sobrinho]	apresentou contra mim.
10			Ruínas de um Governo!..	É a expressão de Rui Barbosa
11			[a expressão de Rui Barbosa]	para invocar as crises
12	que		[crises]	atingiram o Brasil nos anos 30.
13			Sr. Presidente	
14			jamais	o Brasil, passou, como hoje, por uma confluência tão clara, tão entrelaçada e aguda de crises na política, na economia, na moralidade e na institucionalidade.
			[Nós]	Chegamos ao ápice de todas as crises
			[Nós]	Chegamos às ruínas de um governo, às ruínas de um país.
			Este [toda a situação de crise]	é o motivo pelo qual, aqui e agora,

			[Nós]	discutimos possíveis crimes de responsabilidade da presidente da República.
			[Nós]	<b>Não discutimos crimes comuns</b>
			– isto [crimes comuns]	<b>é pacífico!</b>
			<b>A estes, [crimes comuns]</b>	<b>a Constituição reserva o juízo ao Supremo Tribunal Federal</b>
			<b>Ao</b> Senado da República	cabem a pronúncia e o julgamento quanto aos crimes de responsabilidade.
			Esta [o que cabe a cada jurisdição]	é uma diferenciação importante.
			Aqui, [no senado]	hoje, julga-se responsabilidade.
			Em 1992	em processo análogo, bastaram menos de 4 meses, entre a apresentação da denúncia até a decisão
			[a decisão]	de renunciar no dia do último julgamento.
			No atual processo	já se foram mais de 8 meses.
			A depender do resultado de hoje,	mais 6 meses são previstos até o julgamento final
			O rito	é o mesmo
			mas o ritmo e o rigor,	não são.
		Basta	lembrar.	
			Entre a chegada no Senado da autorização da Câmara até meu afastamento provisório,	transcorreram 48 horas.
			Hoje,	estamos há 23 dias somente na fase inicial nesta Casa.
			O parecer da Comissão Especial	que hoje discutimos
			[O parecer da Comissão Especial]	possui 128 páginas.
			O mesmo parecer de 1992,	elaborado a toque de caixa, continha meia página com apenas 2 parágrafos
		– isso mesmo,	2 parágrafos!	
			O tempo	é outro, Sr. Presidente.
			Em 1992,	fui instado a renunciar
			na suposição de que as acusações contra mim	fossem verdadeiras.
		Mesmo	sem a garantia da ampla defesa pelo Congresso	em todas as fases,
			[eu]	me utilizei de advogados particulares
			Dois anos depois,	fui absolvido de todas as acusações no Supremo Tribunal Federal
	Portanto,		dito	pela mais alta Corte de Justiça do País,
			não houve	crime
		Mesmo	assim,	perdi meu mandato
	e		[eu]	não recebi qualquer tipo de reparação.
	Pelo contrário:		depois da renúncia,	[eu] recorri ao próprio Supremo
			[recorri]	para ao menos reaver os direitos políticos

			[os direitos políticos]	que me cassaram.
		Mesmo	se tratando de matéria eminentemente constitucional	– direitos políticos –, alheia ao mérito do impeachment,
			o Supremo	negou o Mandado de Segurança sob a alegação
			[alegação] de que	não cabia à Corte se pronunciar sobre decisão do Senado
		ainda que	tomada [decisão]	após minha renúncia
			À época desta apreciação,	o ministro Paulo Brossard chegou a ser interpelado pelo ministro Moreira Alves.
			Este [Moreira Alves]	chamou a atenção para a incoerência do voto de Brossard,
		já que	em seu livro sobre impeachment,	o ministro defendia a impossibilidade do julgamento após a renúncia
	e,		em seu voto	[o ministro] se manifestava de forma inversa.
			Ao se defender,	
			Brossard	se limitou a dizer:
			“Ministro Moreira Alves,	
			livro	é livro;
			voto	é voto”
	E para		se justificar,	
			[ele]	assinou:
			“Absolutória ou condenatória, justa ou injusta, sábia ou errônea,	da decisão do Senado não cabe recurso, direto ou indireto
	Mas		isto [a referida lei]	não é novidade.
			Todo órgão,	seja de que natureza for
			[Todo órgão,]	que decide em única ou última instância
			[órgão de última instância]	decide inapelavelmente
			[órgão de última instância]	acerte
	ou		[órgão de última instância]	erre.
			– encerra	Brossard.
			Desculpem-me	por voltar no tempo.
	Mas		o momento	exige.
		Ainda	na denúncia de 92	Lima Sobrinho pregava,
	e		[Lima Sobrinho]	até profetizava.
			Escreveu	ele
			Nos regimes democráticos,	o grande juiz dos governantes é o próprio povo
			(...). Representar o povo	significa, nos processos de impeachment, interpretar e exprimir o sentido ético dominante, diante dos atos de abuso ou traição da confiança nacional
			A suprema prevaricação	[que podem cometer os representantes do povo, em processos de crime de responsabilidade,]
			[A suprema prevaricação]	consiste em atuar sob pressão de influências espúrias ou para a satisfação de interesses pessoais ou partidários.



	Em suma		o Presidente	(...) há de ser julgado (...) com base nos largos e sólidos princípios da moralidade política.–
			encerra	Lima Sobrinho.
	Pois bem,		Sr. Presidente,	
			“todas as tragédias	que se podem imaginar
			[“todas as tragédias ]	reduzem-se a uma mesma e única tragédia: o transcorrer do tempo”,
			dizia	Simone Weil
			É	o mesmo tempo imperioso do mundo
	que		[tempo imperioso do mundo]	nos traz à razão.
	É		nesta quadra, de adversidades para uns e tragédias para outros	que constatamos
	que		o maior crime de responsabilidade	está na irresponsabilidade pelo desleixo com a política; na irresponsabilidade pela deterioração econômica de um país; na irresponsabilidade pelos sucessivos e acachapantes déficits fiscais e orçamentários; na irresponsabilidade pelo aparelhamento desenfreado do Estado
	que		o [o estado]	torna inchado, arrogante e ineficaz;
			[o maior crime de responsabilidade está]	está na irresponsabilidade pela ação ou omissão perante obstruções da justiça.
			É	crime de responsabilidade, Sr. Presidente, a mera irresponsabilidade com o País,
			seja	por incompetência, negligência ou má fé
	Mas		não foi	por falta de aviso.
			Desde o início deste governo,	fui ao longo dos anos a diversos interlocutores da presidente
			[fui]	para mostrar os problemas
	que			
			[problemas]	eu antevia
	e que		problemas]	desembocaram nesta crise sem precedentes.
			[eu]	Falei – na minha convicção – dos erros na economia, na excessiva intervenção estatal, nas imprudentes renúncias fiscais.
			[eu]	Falei da falta de diálogo com o Parlamento.
			Nos raros encontros com a presidente,	externei minhas preocupações, especialmente após a sua reeleição
	quando		[após sua reeleição]	[eu]sugeri a ela uma reconciliação de seu novo governo com seus eleitores e com a classe política
			[eu]	Sugeri
			[a presidente]	fosse à televisão pedir desculpas por tudo
	que			
	que		[tudo]	se falou na campanha eleitoral,
			desmentido	depois por seus próprios atos, nos primeiros meses do atual mandato.
			[eu]	Alertei-a sobre a possibilidade de sofrer impeachment.
	Mas		não [eles]	me escutaram.
			[eu]	Coloquei-me à disposição

			Ouvidos de mercador.	
			[eles]	Desconsideraram minhas ponderações.
			[eles]	Relegaram minha experiência
			A autossuficiência	pairava sobre a razão.
	Contudo,	Sr. Presidente,		
			[eu]	reafirmo que,
			em amplo contexto,	o todo dessa obra em ruína da atual administração tem também um pano de fundo ainda invisível para muitos: o sistema presidencialista adotado por nossa República.
			Lá se vão	127 anos de crises e insurreições, de revoltas e conflagrações, de golpes e revoluções.
			superada aristocracia imperial,	superarmos a oligarquia republicana.
			[nós]	Convivemos com estado de sítio, com estado de exceção.
			[nós]	Enfrentamos ditaduras, civil e militar.
	E,	ainda	hoje	estamos em processo de redemocratização.
			Sob o presidencialismo	usufruímos tão somente de espasmos de democracia
		Não há mais	como sustentar	um sistema anacrônico, contaminado e deteriorado em sua essência, em sua prática e nos exemplos traumáticos de nossa República.
		Basta	dizer	que de 1926, com Artur Bernardes, até 2011, com Lula,
			nenhum presidente da República	transmitiu o cargo a seu sucessor
			sob as mesmas regras	que recebeu do antecessor
			tendo	eles cumprido integralmente seus respectivos mandatos
			Pelo visto aquelas exceções	serão mais uma vez quebradas,
			recomeçando	novo ciclo de instabilidades.
			[nós]	Não podemos mais recheiar nossa história com deposições, suicídio, renúncias e impedimentos.
			Não existe	fórmula mágica dentro do nosso presidencialismo
		ainda mais	com uma lei nos moldes da 1.079, a “ressurrecta”,	que dá margem a permanentes ameaças a qualquer governo.
		Não há	como recuperar	esse modelo de coalizão, de cooptação e fisiologismo,
			[coalizão, de cooptação e fisiologismo.]	que envergonham a classe política
	Enfim	não há	como continuar tentando formar	um número salvador, simplesmente somando zeros.
			Os partidos	mais do que votar
			[Os partidos]	precisam formular políticas.
			<b>Por tudo isso</b>	<b>o sistema está em ruínas!</b>

			<b>E ruínas,</b>	<b>Sr .Presidente, demandam reconstrução.</b>
			<b>Reconstrução</b>	<b>requer determinação</b>
	<b>que, por sua vez</b>		<b>[determinação]</b>	<b>exige conscientização e admissão da verdade.</b>
			Há 11 anos	vimos o choro de parlamentares decepcionados com as agruras e a verdade crua de um partido.
			Hoje,	envoltos em tormentos muito piores, não vemos sequer uma lágrima, de constrangimento que seja.
	Ao contrário		o que se vê	é a defesa rouca, cega, mouca e intransigente.
			Entre retóricas e evidências	
			entre quimeras e realidades	
			entre o golpe e a farsa do golpe	
	apesar de tudo e		, por tudo isso,	a população brasileira evoluiu na participação política.
	Mas	Sras. e Srs. Senadores,	admitamos,	
			[nós]	regredimos no agir da política.
			[eu]	Reafirmo
			uma Nova Política	precisa se estabelecer.
			Seja	qual for o resultado de hoje,
			[nós]	precisamos virar esta página, repensar e instituir a política
	pela qual		[a política]	a sociedade clama.
			O atual processo de impeachment	nada mais é do que a tentativa
			[a tentativa de]	a partir do passado, aplinar o presente
	para		[a tentativa de]	decantar o futuro
			Um futuro em que	precisaremos conciliar uma ativa e corajosa voz de comando do Executivo, com a moderadora e conciliadora voz do Legislativo.
		Para	concluir	
			[eu]	reproduzo trecho do livro “Collor Presidente”, do historiador Marco Antônio Villa,
	que		[o autor]	está prestes a lançá-lo
		Novamente	[eu	peço a compreensão por retornar a 92.
	Mas		a lucidez do texto	reflete o que aqui
				vivemos.
			Diz	o autor:
			[eu]	(Abro aspas)
			Fatos posteriores,	já no século 21, amplificaram o significado da ação (ou inanição) de Fernando Collor no auge da CPI e da denúncia na Câmara dos Deputados por crime de responsabilidade
			<b>Ele</b>	<b>respeitou as solicitações dos parlamentares,</b>
			[ele]	<b>encaminhou, através do Banco Central e da Receita Federal, toda a documentação solicitada,</b>
			[ele]	<b>cumpriu as determinações legais,</b>
			[ele]	<b>não coagiu o Supremo Tribunal Federal</b>
	e		[ele]	<b>respeitou a Constituição.</b>
			Isso tudo	em meio ao maior bombardeio midiático da nossa história

	e		[ele]	tendo de conviver com uma acelerada tramitação da denúncia – e depois do processo –
	que		[processo]	criou obstáculos à plena defesa.
			[ele]	Aceitou o afastamento
	e		[ele]	se preparou para a defesa no Senado.
			[ele]	Perdeu.
			[ele]	Buscou reparações na Justiça,
			[ele]	defendeu-se em vários processos
	e		[ele]	acabou absolvido em todos eles
			[os processos]	os que envolviam atos quando do exercício da Presidência da República
			A renúncia de Fernando Collor	
			o impeachment	nunca ocorreu
			[A renúncia de Fernando Collor]	deu a ilusão de que as instituições forjadas pela Constituição de 1988
			<b>[as instituições]</b>	—tinham passado no teste.
		Ledo engano.		
			Acontecimentos posteriores	– e mais graves – demonstraram
	que		a consolidação do estado democrático de direito	é um longo processo, tarefa de várias gerações.
			A crise de 1992	não passou de um momento de ampla e complexa rearticulação das elites política e econômica no interior do Estado,
			posicionando-se	para embates
	que		[embates]	acabaram sendo travados, ainda na última década do século 20 e no início do século seguinte,
			por aqueles	que tinham quadros– mais do que programas –
			[programas]	para gerir a coisa pública
			[eu]	(Fecho aspas)
			[eu]	Encerro, Sr. Presidente,
			dizendo:	
			a História	me reservou este momento!
			[eu]	Devo vivê-lo no estrito cumprimento de um dever.
	Porém,		[eu]	inspiro-me no ensinamento de Holbach:
			Tudo	nos prova
	que		a cada dia	nossos costumes se abrandam,
			os espíritos	se esclarecem
	e		a razão	conquista terreno.
		Muito obrigado.		